

TROCAS
PROTAGONISMO
EXPERIMENTAÇÃO
REPERTÓRIO
PONTES
TERRITÓRIO
SARAU
CIDADANIA CULTURAL
CONSTRUÇÃO
AFETOS
DIREITO À CIDADANIA
LGBT
FEMINISMO
VOZES QUE E COAM
NEGRITUDE

Juventudes e formação: trajetórias, narrativas e poéticas

Programa Jovem Monitor/a Cultural

ESPAÇOS PÚBLICOS
ENCONTROS
LEITURA
ESCUTAS
JUVENTUDES
GÊNERO
HISTÓRIAS
CRIATIVIDADE
ARTE METODOLOGIA
POÉTICAS
DIÁLOGO
NARRATIVAS
DIVERSIDADE
ARTIVISMO
EDUCAÇÃO CULTURAL

Juventudes e formação: trajetórias, narrativas e poéticas

Programa Jovem Monitor/a Cultural

Instituto Pólis
São Paulo, 2017

Juventudes e formação: trajetórias, narrativas e poéticas

Realização: Instituto Pólis

Apoio: Centro Cultural da Juventude (CCJ) e Ação Educativa

Coordenação de edição, organização e produção: Hamilton Faria, Valmir de Souza e Wanda Martins

Programa Jovem Monitor/a Cultural – PJMC, 2017

Equipe de produção: Altair Moreira, Bruna Mantese, Dayane Rodrigues, Hamilton Faria, Iraci Oliveira, Janaina Santana, Jandilson Vieira, Laura Juliana dos Santos, Leandro Noronha da Fonseca, Luiz Barata, Marcelo Freitas, Martha Lemos, Valmir de Souza, Wallace Augusto Nunes, Wanda Martins

Fotos: Leandro Noronha da Fonseca

Projeto gráfico e diagramação: Silvia Amstalden

Revisão: Lara Milani

Agradecimentos:

Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, Centro Cultural da Juventude, Jovens Monitores/as do PJMC, Equipe Pólis do PJMC, Equipe da Ação Educativa do PJMC, Equipe do Instituto Pólis, Adriano Borges, Alexandre Barbosa Pereira, Alexandre Piero, Ana Paula Santana Correia, Ana Paula Prudêncio, Anna Luiza Salles Souto, Andreza Davidian, Antonio Eleilson Leite, Daniel Fagundes, David Oliveira, Felipe Nicassio, Jorge Kayano, Louise Marinho, Luciana Mercante, Luis Carlos Ferreira (Endoque), Raquel Luanda, Roney Rodrigues, Tania Maria Masselli, Yasmim Nóbrega.

Juventudes e formação: trajetórias, narrativas e poéticas

Programa Jovem Monitor/a Cultural

Instituto Pólis
São Paulo, 2017



Sumário

Apresentação 6

Experimentação: reinventando a cidadania cultural 8

Juventudes nas diversidades e os desafios da formação de jovens 18

Formação Teórica: Armetodologia e poéticas do aprendizado 47

Eu comunico, tu comunicas, nós comunicamos. Comunicação e Juventudes no PJMC/Pólis 63

Gestão compartilhada do Programa – Entre o equilíbrio e a inquietação 68

Indicadores: perfis, resultados e impactos 86

Entrevistas 108

PJMC: diálogos entre gestoras/es e jovens. Entrevista com a Secretária Municipal de Cultura de São Paulo 109

O PJMC: a construção de um política pública. Conversa com gestores do programa 117

Cartas de jovens poetas 132

Apresentação

Inícios são desafiantes, mas o que termina é singular em sua condição de mostrar os resultados da sementeira e da colheita. É aí que vemos como se deram nossos cuidados, reconhecimentos, tropeços, quedas, (novos) horizontes e caminhos. Enfim, qual foi a obra que criamos. Nesse sentido, a palavra é apropriada: obra. Obra em processo, não acabada, em contínua gestação. Um conjunto de proposições, processos, pensamentos, ações e poéticas. Este trabalho que ora apresentamos sistematiza esta pletera de questões. Como verão, foram muitos os desafios. Conviver com jovens de 18 a 29 anos, com experiências culturais e de vida, com vivências territoriais, reafirmações e dilemas do existir, identidades e escolhas; com potências que se desenham em seu dia a dia. Pois elas/es, sabemos, não são folhas de papel a serem escritas nem cântaros que podemos encher de água a nosso bel-prazer; tampouco barro ou madeira aos quais damos forma quando e como desejamos. São pessoas ricas culturalmente, com processos de vida em curso, aprendizados cheios de dificuldades em múltiplos espaços da cidade, sujeitas a várias discriminações sociais e culturais e exclusões, singulares em suas potências de existir e de exercer. Foi a esse desafio que nos entregamos: formar (formar?) jovens para a ação cultural, para a cidadania, para serem jovens, para a vida. E aí podemos dizer: mais aprendemos, escutamos, ouvimos suas vozes e poéticas, que mostramos os caminhos a serem trilhados neste momento complexo da humanidade e do planeta. Buscamos facilitar processos, cultivar diversidades, ampliar repertórios com novos temas fundamentais para a atuação e a vida; buscamos ainda ampliar diálogos, reforçar redes entre as/os jovens e outros segmentos culturais; buscamos também o cultivo dos afetos, dos toques, dos olhares, dos sentires de si, do outro e da convivência. O processo educativo, conforme veremos na publicação, buscou acrescentar humanidades, compreender o momento cultural da cidade, o momento existencial e identitário das/os jovens, para que pudessem atuar melhor nos equipamentos e nos territórios, mas também estabelecer convivências, vínculos e legados para sua própria vida. E rimos, e choramos, debatemos, conflitamos – com dissonâncias e convergências –, caminhamos pela cidade, ruas, avenidas, praças, becos, mas também criamos arte e pensamentos; brincamos e dançamos num aprendizado que passa pelo sensível, não apenas pela racionalidade estabelecida; ouvimos, escutamos reclamações, dores, metamorfoses, buscando acolher os sentimentos e as indagações das/os jovens.

Debatemos questões essenciais para as juventudes e a vida contemporânea, como a condição e a qualidade de vida, a participação, a orientação sexual, a cor e raça/etnia, as transformações existenciais dos cole-

tivos e de cada uma/um, os cuidados com a saúde, com a alimentação, com a relação, o meio ambiente, o direito à cidade, as estéticas, a cultura alimentar, a ética da convivência e da não violência e da cultura de paz, as políticas públicas de cultura, a ação e a cidadania cultural. Também “queimamos” nosso espírito com as marcas da mudança, com os toques de nossa paixão como educadores, aquelas que ficam para sempre em nossa memória, pois jamais desejamos apagar o fogo durante esse processo. Como diz Rubem Alves, “sem fogo o nosso sofrimento diminui. Mas também se apaga a grande possibilidade de transformação”.

Nesta obra fica a marca de um tempo, sedimentada pelo compromisso da equipe do Pólis, da Ação Educativa e de tantas e tantos colaboradoras/es. Aqui deixamos registrado um pouco desse trabalho, a parte traduzível em palavras, porque os sentimentos, a estética e as poéticas desse momento ficarão para sempre em nossa vida, em nossa forma de olhar para o mundo e para as coisas, depois dessa experiência singular.

Antes de concluir, desejamos sintetizar o movimento da publicação, da gênese até a edição: temos por experiência de décadas sistematizar nosso aprendizado em reflexões e poéticas. O tempo com certeza depurará o que restará de durável para a experiência educativa. Confiamos no registro como uma forma de preservar a memória e facilitar a ação do tempo em sua inelutável descoberta de acontecimentos evidentes ou ocultos.

Este é um trabalho coletivo, sem textos autorais, a não ser nosso debate sobre formação de jovens e as entrevistas. Na verdade, os autores foram todos os integrantes da equipe do Programa Jovem Monitor/a Cultural (PJMC)/Pólis, pois nosso sistema de trabalho trouxe reflexões comuns em todos os campos específicos. Em cada capítulo sentimos a presença do coletivo, da equipe do PJMC/Pólis e, em alguns casos, de técnicos de outras equipes do instituto. Permeamos a publicação com frases das/os jovens e com suas cartas poéticas, publicadas no fim do livro. Ao lermos seus testemunhos, podemos ter a dimensão da grandeza do programa. Incluímos também a voz das/os gestoras/es, também atores fundamentais para a construção do programa. E não negamos os conflitos e os olhares de fala de cada uma/um, pois a riqueza da experiência fluiu muito por todos os poros de nossos diálogos.

A todas e a todos – equipe do Pólis e da Ação Educativa do PJMC, gestoras/es da secretaria e principalmente as/os jovens –, nossa gratidão.

Lembrando os indígenas Kaxinawá, do Acre, que, para se referirem àqueles que se sintonizam como irmãos, ainda mais que como amigos, usam o termo Txai, isto é, “metade de mim em você, metade de você em mim”. Assim nos sentimos neste momento.

Nesta obra em progresso, encerramos um ciclo à espera de outro – tão forte e verdadeiro como esse.

A black and white photograph of a large crowd of people at what appears to be a concert or festival. The image is dominated by numerous arms raised high in the air, with hands open, creating a sense of collective energy and participation. The background is dark, making the raised hands stand out. The overall mood is one of excitement and community.

**EXPERIMENTAÇÃO:
REINVENTANDO A
CIDADANIA
CULTURAL**

O Pólis e a ação social e cultural

O Pólis foi fundado em junho de 1987, momento de reconstrução democrática, com o objetivo de ampliar a democracia por meio do fortalecimento das iniciativas da sociedade civil e da redemocratização dos governos municipais, produzindo políticas sociais.

Durante sua história, especializou-se na produção de conhecimentos, articulação de redes e fóruns, pesquisa e estudos e assessorias em políticas sociais, atuando em várias áreas: participação popular, políticas culturais, direitos à cidade, segurança alimentar, sustentabilidade e resíduos sólidos. No campo da formação, criou a Escola de Cidadania, em que desenvolveu atividades de formação com lideranças de movimentos sociais, jovens e técnicos do poder público. Ao longo de sua história mais recente, também fortaleceu valores de cidadania e convivência por meio de programas e atividades de cultura de paz e convivência.

Até hoje o urbano, as políticas sociais, as novas culturas políticas participativas e democráticas, o fortalecimento de movimentos socioculturais e as redes da sociedade civil são temas importantes para o Pólis.

No campo da cultura, fazem parte do repertório do Instituto Pólis cidadania cultural, políticas públicas de cultura, diversidades culturais, juventudes, convivência e cultura de paz (mais recentemente), materializadas em projetos locais, nacionais e internacionais. Destacamos aqui a articulação de 65 países e a atuação em cem nações ao integrarmos a coordenação da dinâmica mundial da Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário (1997), que teve por objetivo a aproximação intercultural e a geração de propostas para a construção de novos processos civilizatórios, que

Desde o início de suas atividades, o Pólis integra programas e projetos de formação, especialmente de jovens. Em 1991/1992 participou da coordenação do Programa Leitor Infinito, com a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) de São Paulo, envolvendo mil funcionárias/os de bibliotecas públicas e infantojuvenis, juntamente com USP, PUC e Unicamp.

buscavam fortalecer novos modos de vida plurais e solidários no Brasil e no planeta. Nesse âmbito criamos a proposta da Carta de Responsabilidades do Artista com base na dinâmica de dezessete países. Destacamos também o papel do instituto na articulação do Fórum Intermunicipal de Cultura (FIC), com atuação marcante em todo o país de 1995 a 2004, multiplicando experiências e propostas de cidadania cultural, principalmente entre jovens;

sua atuação na construção do 1º Seminário de Políticas Públicas para a Cultura Popular, em Brasília (2005); a criação e reorganização de conselhos e conferências de cultura; e outros projetos locais relevantes.

Desde o início de suas atividades, o Pólis integra programas e projetos de formação, especialmente de jovens. Em 1991/1992 participou da coordenação do Programa Leitor Infinito, com a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) de São Paulo, envolvendo mil funcionárias/os de bibliotecas públicas e infantojuvenis, juntamente com USP, PUC e Unicamp. Depois participou de formação em redes locais, nacionais e internacionais em cursos de Políticas de Cultura e em parcerias de formação em pós-graduação em universidades (USP, PUC, FGV e Universidade Metodista).

Desde os anos 1990, o instituto promoveu iniciativas e ações junto a movimentos sociais, culturais, associações, fóruns, conselhos e projetos de fortalecimento da sociedade civil que envolveram a juventude. Na área de Juventude do Pólis, pesquisas e ações importantes foram e continuam a ser realizadas com várias parcerias.

Entre 2003 e 2005, no Projeto Geração Formando para a Cidadania, a instituição deu um salto em propostas de elaboração de projetos comunitários. O Mapa das Artes em Cidade Tiradentes, por sua vez, contou com o protagonismo de jovens da região e sua produção literária e artística. O

Mapeamento Sociocultural Santo Amaro em Rede também merece destaque do ponto de vista dos processos formativos de jovens. É preciso destacar ainda o programa de formação mais recente nos Pontos de Cultura (2009/2013), quando circulou pelo Brasil com o Pontão de Cultura de Paz. A participação na rede dos Pontos de Cultura (Programa Cultura Viva) e a articulação realizada por meio do Pontão de Convivência e Cultura de Paz ofereceram: formação em cultura da não violência e comunicação não violenta em todo o Brasil, com vinte auscultas socioculturais para seiscentas/os agentes de cultura, beneficiando indiretamente mais de 3 mil integrantes de Pontos de Cultura, em sua maioria jovens; realização de um Encontro Nacional de Cultura de Paz com duzentas/os participantes; encontros de ocupação de rua com arte e cultura em São Paulo e no Rio de Janeiro, articulando Pontos de Cultura e coletivos socioculturais de jovens.

A participação na rede dos Pontos de Cultura (Programa Cultura Viva) e a articulação realizada por meio do Pontão de Convivência e Cultura de Paz ofereceram: formação em cultura da não violência e comunicação não violenta em todo o Brasil.

Foi um trimestre de muita aprendizagem. Antes do programa, eu não tinha acesso à cultura. Depois do projeto, estou tendo acesso a outras coisas e aprendendo muito. Eu quero isso [contato com cultura] para a vida. Fabíola Inácio de Souza, Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes

Essas experiências permitiram enxergar relações territoriais, de pertença, de comunicação, de formação de redes, de memória e identidades. Ainda assim, a busca era por novas contribuições e aprendizados, para avançar em educação cultural rumo à cooperação, à gestão partilhada e à cidadania.

Com esse repertório, estávamos preparados para, em 2014, integrarmos o Programa Jovem Monitor/a Cultural (PJMC), da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo em convênio com a Ação Educativa e o Instituto Pólis.

O Programa Jovem Monitor/a Cultural (PJMC)

Uma geração pulsante, em sua maioria da periferia de São Paulo e em grande parte pertencente a coletivos culturais, vivendo em cenários de exclusão e de vulnerabilidade social, com dificuldades de acesso à cultura e ao mercado de trabalho – esse é o público do PJMC.

A iniciativa teve início em 2008, da experiência de trabalho do Centro Cultural da Juventude (CCJ), voltada para o desenvolvimento artístico e o atendimento ao público, em um contrato de prestação de serviços. A Lei n. 14.968/2009 dispõe sobre a qualificação do turismo no muni-

Entre os objetivos do programa destacam-se o estímulo à inserção socioeconômica de jovens e o desenvolvimento da experimentação profissional no campo da cultura por meio da interação entre equipamentos e territórios na área de abrangência da SMC.

cípio de São Paulo por meio da capacitação de jovens. Com essa lei foram implementados dois programas: o Programa Jovem Monitor/a de Turismo e o Programa Jovem Monitor/a Cultural. O programa voltado para o turismo deveria, à época, capacitar jovens para lidar com o tu-

rismo na cidade de São Paulo durante a Copa do Mundo de 2014. Já o Programa Jovem Monitor/a Cultural volta-se para a formação e atuação das/os jovens nos diferentes espaços culturais da Secretaria de Cultura, e sua formação deve abranger conhecimentos de história, artes plásticas, literatura, cinema, música, entre outras linguagens artísticas. Entre os objetivos do programa destacam-se o estímulo à inserção socioeconômica de jovens e o desenvolvimento da experimentação profissional no campo da cultura por meio da interação entre equipamentos e territórios na área de abrangência da SMC.

As/Os jovens que podem participar do programa devem ter entre 18 e 29 anos, ter completado o Ensino Médio e pertencer, preferencialmente, a uma família de baixa renda. No ato de inscrição, devem escolher o equipamento cultural em que desejam atuar, tendo em vista que preci-

sam residir na área da subprefeitura ou de subprefeituras vizinhas aos equipamentos escolhidos. Deverão atuar de nove meses, no mínimo, até um período máximo de dois anos. O decreto também deixa claro que a inserção das/os jovens no programa não caracteriza nenhum vínculo empregatício, embora elas/es atuem durante 24 horas semanais/seis horas diárias nos equipamentos.

A formação teórica (seis horas semanais) é executada pelo Instituto Pólis e pela Ação Educativa. Nela estão incluídas informações e referências sobre as regiões e os entornos dos equipamentos culturais; conhecimentos históricos e artísticos sobre linguagens existentes nos equipamentos de atuação; conhecimentos sobre grupos juvenis, movimentos culturais e políticas de juventude; interfaces da cultura com demais áreas; e incentivo ao protagonismo e à participação das/os jovens.

Já a formação prática deve concentrar seus esforços, de acordo com o decreto, em atividades de atendimento ao público e produção de programação cultural, bem como ser acompanhada pelo gestor do equipamento.

O decreto dispõe ainda sobre auxílio pecuniário mensal; caso o jovem não cumpra sua carga horária, tal auxílio não é pago integralmente.

De 2009 a 2013, o PJMC foi realizado como ação exclusiva do CCJ, cuja formação das/os inscritas/os estava a cargo do Instituto Tomie Ohtake. A partir de 2013, ao ser implementado por meio de convênio, o programa foi ampliado para outros equipamentos da Secretaria de Cultura, entre os quais as bibliotecas públicas e o Museu da Cidade. Logo após se expandiu para teatros, bibliotecas, casas de cultura, centros culturais e jovens de todas as regiões da cidade, do centro às periferias.

A partir de 2013, a Ação Educativa, por meio de edital público, passou a ser uma entidade conveniada ao PJMC; em 2014, além das/os jovens ligados ao CCJ, a Ação Educativa passou a coordenar a formação de jovens que atuam em bibliotecas e também no Arquivo Histórico do Museu da Cidade. Atualmente realiza a formação de jovens, divididos em três espaços: CCJ, 49 bibliotecas públicas e Museu da Cidade e Arquivo Histórico.

No fim de 2014, o Instituto Pólis, também por meio de edital público, foi conveniado para a formação de jovens ligadas/os às casas de cultura, aos centros culturais, aos teatros distritais e ao Gabinete da Secretaria Municipal de Cultura (Departamento de Expansão Cultural, de Formação, Cidadania Cultural, Fomentos, Programação etc.).

Por ser um programa-piloto em construção, que interliga juventude, trabalho e cultura, e, portanto, ainda em caráter de experimentação, embora esteja em ampliação, um dos intuitos demonstrados pelas instituições conveniadas (Pólis e Ação Educativa) é fortalecê-lo como política pública voltada para a juventude.

O PJMC em ação no Instituto Pólis

O PJMC é integrado por jovens que se formaram, em grande parte, fora dos espaços convencionais da educação, embora também venham da escola. Elas/es vivenciam outras linguagens e repertórios aprendidos em seus territórios.

Embora o Pólis tenha já desenvolvido muitos projetos e programas de formação ao longo de sua história, estes foram, em grande parte, pontuais e menos territorializados, com público variado em idade e formação.

Embora o Pólis tenha já desenvolvido muitos projetos e programas de formação ao longo de sua história, estes foram, em grande parte, pontuais e menos territorializados, com público variado em idade e formação.

No entanto, o PJMC reúne um conjunto de ingredientes: jovens em sua maioria das periferias e ligados a coletivos de cultura e arte, com formação em grupos cujas trajetórias de formação passam por aprendizados em seus próprios grupos e territórios,

com baixa renda familiar e questões identitárias, étnicas, de gênero e sexualidade permeando sua existência.

No Pólis, o objetivo geral do programa é contribuir para a formação de jovens no campo da cultura, visando ampliar os universos socioculturais juvenis na cidade de São Paulo, fortalecendo suas iniciativas e atuações criativas nos equipamentos públicos e na cidade. As/os jovens participam de formação teórica e prática do PJMC, para ampliação de repertórios e protagonismos, interagindo no equipamento e no território, como expressão da cidadania cultural e do direito à cidade.

Entre os objetivos específicos destacam-se: promover a formação de jovens monitoras/es, possibilitando-lhes situar-se no momento civilizatório contemporâneo, na cidade e nas dinâmicas territoriais das periferias e do centro; ter em vista a condição social e existencial dessa/e jovem, o olhar

Por outro lado, a formação teórica estimula o protagonismo das/os jovens, pois estas/es muitas vezes se tornam sujeitos da ação cultural no programa.

das políticas públicas de cultura e juventude e a convivência intercultural, por meio do reconhecimento da diversidade das manifestações culturais e artísticas. Por outro lado, a formação

teórica estimula o protagonismo das/os jovens, pois estas/es muitas vezes se tornam sujeitos da ação cultural no programa, tomando iniciativas, incluindo seus saberes e debatendo sobre caminhos a serem tomados pela formação, o que ultrapassa a pedagogia convencional; e também as/os prepara para a vida com experimentações, vivências e valores.

Além disso, o PJMC busca incentivar a participação de jovens nas várias instâncias institucionais do poder público, na sociedade e também dentro do próprio programa.

O protagonismo e a ampliação dos repertórios das/os jovens

Os resultados mais importantes no PJMC são o protagonismo das/os jovens dentro do programa, nos equipamentos, nos territórios e na própria vida, e a ampliação de seus repertórios culturais. É a busca do protagonismo, entendido como o exercício da criatividade e da autonomia, que pode impulsionar a formação, para além dos conceitos estabelecidos pela própria formação. É importante destacar que o protagonismo está intimamente ligado à presença dessas/es

Os resultados mais importantes no PJMC são o protagonismo das/os jovens dentro do programa, nos equipamentos, nos territórios e na própria vida, e a ampliação de seus repertórios culturais.

jovens nos equipamentos e nos territórios. Já que a/o jovem não se forma em protagonismo, mas já vem com ele, o importante é perceber que suas experiências vivas podem contribuir para um melhor funcionamento do equipamento e a presença de jovens e da cultura local nesses espaços, com resultados para sua vivência sociocultural e para sua própria vida.

Consideramos também que ampliação de repertório sem protagonismo é conhecimento sem direcionamento prático que pode incidir sobre o fazer cultural e os modos de vida da/o jovem. Os protagonismos – para usar a palavra no plural – são múltiplos e abrangem o conjunto das formações, e são considerados pelo Pólis valores fundamentais na criação de processos de participação e cidadania cultural, o que permite incidências transformadoras sobre modos de vida.

Para verificar as formas e os modos de participação das/os jovens, foram elaborados alguns indicadores de participação da juventude (ver capítulo sobre indicadores). Os indicadores de protagonismo levam em consideração as ações participativas vivenciadas pelas/os jovens que possam levar a mudanças do equipamento, dos usuários e da cidade. Esses indicadores também podem indicar, no âmbito do PJMC, a presença e a participação das/os jovens nos debates realizados, na instituição ou em outras instituições culturais, em encontros nos territórios etc.

No campo da formação teórica, as/os jovens também opinam sobre os temas, propondo agendas e sugerindo outras pautas de formação e ação. Nesse sentido, o programa possibilita um protagonismo limitado, pois, ainda que as/os jovens busquem interferir nas formações, elas/es estão inseridas/os em estruturas de gestão, com compromissos definidos e propostas de formação já determinadas na aprovação do edital.

O programa, embora em experimentação, já traz alguns frutos concretos: na formação teórica, as atividades das/os jovens não se limitam a ouvir explicações, incluindo também a construção de novos aprendizados e conhecimentos; na formação prática, elas/es não estão fadados

a realizar atividades burocráticas nos equipamentos ou servir de mão de obra, mas desenvolvem também ações culturais, artísticas e sociais relevantes para a cultura, mesmo que haja níveis diferenciados de participação em cada lugar.

Após dois anos de formação, pode-se afirmar que as/os jovens monitoras/es: dominam os fazeres dos equipamentos e os sentidos desses fa-

Após dois anos de formação, pode-se afirmar que as/os jovens monitoras/es: dominam os fazeres dos equipamentos e os sentidos desses fazeres; estão inseridas/os, de alguma forma, nas dinâmicas territoriais; encontram-se situadas/os num contexto maior das políticas públicas culturais municipais.

zeres; estão inseridas/os, de alguma forma, nas dinâmicas territoriais; encontram-se situadas/os num contexto maior das políticas públicas culturais municipais; foram apresentadas/os a redes de pessoas, grupos, coletivos e entidades envolvidos com a produção cultural e com movimentos socioculturais; passaram por processos de (des)construção de identidades

étnico-raciais, de gênero e sexualidade e se atentaram a diversas interseccionalidades durante os processos impulsionados pelo programa.

As/Os jovens, de forma geral, estiveram envolvidas/os na proposição de ideias e na implementação de iniciativas próprias no que diz respeito ao funcionamento e à forma de gestão do equipamento, e também no que diz respeito a propostas de atividades para integrar a programação de seus espaços culturais.

No âmbito institucional do programa, foi proposto o Conselho Participativo do PJMC, instituído em 2016 e constituído como instância interna de partilha dos processos de acompanhamento, avaliação, decisão e encaminhamentos do programa. O conselho é composto por representantes da equipe de gestão e da coordenação político-pedagógica do programa pela SMC e por equipes do Instituto Pólis, da Ação Educativa e do Programa Jovens Monitoras/es Culturais.

Limites e avanços do programa

Apesar das conquistas, há dilemas e entraves evidentes no exercício dos protagonismos individuais e coletivos pela maioria das/os jovens do programa. Alguns desses limites são mais difíceis de superar porque são constituídos por características estruturais da política pública, em que se pode destacar o déficit de funcionárias/os e, em algumas ocasiões, o não entendimento do caráter do programa por parte de gestoras/es, principalmente em seus aspectos formativos e de compreensão dos protagonismos das juventudes. Há, por outro lado, por parte das/os jovens,

a necessidade de melhor apropriação das potencialidades e limitações que se colocam em sua inserção nesses espaços culturais da cidade.

A estrutura do poder público, a forma como este atua na sociedade e o próprio fazer da política pública impõem limites ao programa, conforme já apontamos. Por outro lado, embora com ações relevantes e inovadoras, a secretaria, como é de amplo reconhecimento inclusive das/os gestoras/es públicas/os, ainda padece da necessidade de reforma administrativa e de formação continuada de gestoras/es nas áreas de políticas públicas de cultura, gestão e juventudes, para que reúna maiores condições de diálogo com as diversidades culturais da cidade. Assim, há tensões que atravessam as relações entre as dinâmicas das diversidades, especialmente jovens, e a atuação dos órgãos públicos. Também Estado e sociedade se tensionam em virtude de temporalidades distintas que marcam cada lugar: a burocracia da área pública e o tempo cultural das dinâmicas culturais e da própria cidade.

Deve-se destacar que a atuação das/os jovens nos equipamentos desencadeia um processo mais amplo de trocas e também, por que não dizer, de muitos aprendizados para gestoras/es, funcionárias/os e frequentadoras/es desses espaços, potencializando a ação formativa das políticas culturais nos equipamentos.

Assim, esse programa é um amplo laboratório de experiências vivas que poderá ser capaz de gerar novos jeitos de perceber, compreender, aprender com os saberes culturais das juventudes nos territórios da cidade. A todo momento, as/os jovens exercitam sua capacidade reativa e propositiva no programa, atuando nos equipamentos, nos territórios, em outras atividades, no Conselho Participativo e na cidade, e formando outras/os jovens, como foi o caso do Programa Scholas Cidadania – Projeto com Scholas Occurrentes, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e a SMC, abordado em outro capítulo desta publicação. Por sua vez, essas/es jovens também atuaram recentemente em sessões da Câmara de Vereadores para aprovação do orçamento de 2017, quando se destacaram na defesa da continuidade do programa e do aumento dos recursos para seu funcionamento. Todo esse processo qualifica-se por descobertas constantes, novas elaborações e percepções dos potenciais do PJMC e sua incidência na cultura, na cidadania cultural e na própria cidade.

Os obstáculos das dinâmicas em tensão não são poucos, e os protagonistas são constituídos em cenários de conflitos nem sempre amenos, mas sempre em transformação, enriquecendo os processos educativos e culturais.

Assim, esse programa é um amplo laboratório de experiências vivas que poderá ser capaz de gerar novos jeitos de perceber, compreender, aprender com os saberes culturais das juventudes nos territórios da cidade.

Aprendi muita coisa, sou diferente de quando entrei no programa. As formações me acrescentaram muito, em conhecer termos e reflexões, por exemplo. Sou um cidadão mais consciente. Entendo melhor a cidade de São Paulo e como estamos inseridos nela. Felipe Oliveira, Teatro Zanoní Ferrite

Em conclusão

Após dois anos de trabalho, pode-se afirmar que contribuímos para a ampliação dos repertórios das/os jovens e que as/os monitoras/es experimentaram fazeres em vários campos das políticas públicas de cultura e juventude, da gestão da secretaria e dos equipamentos; e da vivência nos territórios e na cidade. Podem-se destacar: participação no funcionamento do cotidiano de um equipamento; conhecimento de novas redes nos territórios e aspectos da produção cultural; desenvolvimento de programas e projetos; valorização do patrimônio material e imaterial; contatos com várias linguagens artísticas e com dinâmicas jovens e espaços culturais da cidade. No campo da formação teórica, destacamos: a ênfase na ampliação de repertórios; o conhecimento das diversidades das juventudes e suas linguagens criativas e manifestações culturais; a compreensão das questões identitárias envol-

O exercício do protagonismo das/os jovens é premissa fundamental do PJMC. Por isso, são garantidos espaços de participação e diálogo no âmbito do próprio programa, como é o caso do Conselho Participativo.

vendo as dimensões de pertencimentos locais e questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade; e processos participativos, de cidadania cultural e direito à cidade. Além disso, esse processo experimental enfatizou conhecimentos e vivências no campo da cultura alimentar,

mobilidade urbana e cultural, água, resíduos sólidos e meio ambiente, comunicação não violenta e cultura de paz, ética e estética etc., afirmando a importância do contato com saberes vitais para um bem viver.

O exercício do protagonismo das/os jovens é premissa fundamental do PJMC. Por isso, são garantidos espaços de participação e diálogo no âmbito do próprio programa, como é o caso do Conselho Participativo, que abre caminhos para que essa política pública seja construída coletivamente, de forma transparente e mais próxima da realidade das/os jovens e das dinâmicas nos territórios.

Todo esse conjunto de atividades, reflexões e desafios estarão ainda mais evidentes nas falas do encontro da equipe do Pólis com convidados de nossa parceira-irmã, a Ação Educativa, nos diversos textos, entrevistas de coordenadoras/es do programa e depoimentos das/os jovens.



**JUVENTUDES NAS
DIVERSIDADES E
OS DESAFIOS DA
FORMAÇÃO DE
JOVENS**

Anos 2015 e 2016, muitas conversas em equipe, e quase todas as semanas debatíamos algum aspecto da formação de juventudes no âmbito do Programa Jovem Monitor/a Cultural (PJMC). Quem são as juventudes hoje? Quais são os conteúdos necessários? Quais valores é importante reforçarmos? Como desenvolver escutas? Como estimular suas culturas e artes? Eram muitas perguntas, algumas sem respostas.

No entanto, o presente debate é o primeiro no qual buscamos uma visão de totalidade da condição jovem e nomeamos grandes desafios de sua formação hoje. Assim, na conversa que se segue, com a participação de Daniel Fagundes (do grupo de educação da Viração), Raquel Luanda e Louise Marinho (educadoras da Ação Educativa), bem como de toda a equipe do Pólis no PJMC, e a contribuição por escrito de Alexandre Barbosa Pereira, buscamos uma visão de maior abrangência dos dilemas das juventudes e do próprio processo formativo. Questões ricas emergiram para entendermos as juventudes hoje, embora reconhecemos serem ainda ensaios, levando em conta a complexidade destes segmentos: as potencialidades das juventudes e sua diversidade; a importância de entendê-las como pessoas individuais e como participantes de coletivos, não como seres de futuro, mas como seres de presente, sem jogar a ideia da responsabilidade exclusiva pelas ações de mudança em seus ombros. Mais: o papel limitado da escola e a necessidade de apostar na formação em espaços informais; o questionamento do significado do protagonismo e, ao mesmo tempo, sua relevância; a importância da formação para a vida, da escuta e da mediação de conflitos; a/o jovem como sujeito de direitos; e a formação – o termo ainda está em construção ou desconstrução – como fundamental para a construção dos direitos sociais e culturais. Ainda mais: questões de gênero, orientação sexual e raça como focos orientadores da formação contemporânea de juventudes, especialmente das/os jovens de periferia; a valorização das poéticas das/os jovens nos processos formativos. Ampliamos ainda mais a conversa quando enfatizamos a necessidade de diálogos ainda mais amplos que aqueles que ocorrem nos territórios; quando damos importância às redes, aos valores de convivência, aos contextos das diversidades e da política. Foram essas algumas das questões relevantes que emergiram no debate.

Compreendemos, por fim, que estamos apenas “rascunhando” o entendimento das dinâmicas das juventudes e de seu processo formativo. Assim, consideramos este um debate inaugural de nossa equipe com as características enunciadas, mas com contribuições significativas para abordarmos hoje o fenômeno da experimentação das/os jovens em formação fora da instituição escolar.

Optamos neste capítulo pela edição das falas das/os participantes, pois elas dizem muito das realidades mais candentes das/os jovens de

hoje e de seu processo formativo. A construção de um texto com esses conteúdos, neste caso, dá aos temas um caráter mais autoral e indica os lugares de fala de cada uma/um.

As entidades participantes com falas inspiradoras são:

- **Ação Educativa**, Assessoria, Pesquisa e Informação, associação civil sem fins lucrativos fundada em 1994. Sua missão é promover direitos educativos, culturais e da juventude, tendo em vista justiça social, democracia participativa e desenvolvimento sustentável;
- **Viração Educomunicação**, organização da sociedade civil sem fins lucrativos criada em março de 2003, apoiada, entre outras instituições, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Sua missão é a informação e formação jovem para jovens.

A questão das juventudes hoje é das mais complexas para o entendimento do momento das sociedades contemporâneas. Por outro lado, as/os jovens promovem renovações visíveis e contundentes e trazem esperanças como não víamos há muito tempo na história recente do Brasil e do mundo.

Conforme já afirmamos, a questão das juventudes hoje é das mais complexas para o entendimento do momento das sociedades contemporâneas. Por outro lado, as/os jovens promovem renovações visíveis e contundentes e trazem esperanças como não víamos há muito tempo na história recente do Brasil e do mundo.

A conversa está começando.

Juventudes e formação: para além da educação escolar

Alexandre Barbosa Pereira, professor da UNIFESP

São muitas as possibilidades de ser jovem. A condição juvenil expressa-se por meio de uma classe social, da questão étnico-racial, da questão de gênero e sexualidade, enfim, de muitas formas, por meio das intersecções entre esses fatores. O espaço da cultura é fundamental, pois é espaço de expressão em que se produzem sentidos e estéticas, um lugar em que fundamentalmente no mundo contemporâneo jovens formam coletivos e estão a todo momento inventando práticas culturais. Nesse processo, a relação com a educação torna-se muitas vezes tensa, porque a educação formal, tradicional e escolar tende a rejeitar e a repelir essas

práticas jovens. Então temos, de um lado, as práticas das/os jovens moradores das periferias e, de outro, uma educação que não quer dialogar

Formar para o trabalho é importante, mas esse formar tem de incluir perspectivas, projetos de vida de longo prazo que estruturem a vida dessas/es jovens e permitam o acesso a repertórios culturais e a uma estrutura social para prosseguir tanto no mundo do trabalho como na vida e na realização pessoal e coletiva. Acho que esse é um caminho.

com essas culturas juvenis. Por isso, formar para o trabalho é importante, mas esse formar tem de incluir perspectivas, projetos de vida de longo prazo que estruturem a vida dessas/es jovens e permitam o acesso a repertórios culturais e a uma estrutura social para prosseguir tanto no mundo do trabalho como na vida e na realização pessoal e coletiva. Acho que esse é um caminho.

A formação para a vida inclui o trabalho, mas não se reduz a isso. O importante é que jovens e adultos se unam para construir um mundo melhor, senão se coloca uma carga muito pesada sobre o ombro dessas/es jovens, como se elas/es fossem as/os únicas/os responsáveis por conduzir uma transformação do mundo. Na verdade, a criação de um futuro promissor mais justo envolve uma relação intergeracional que valorize, simultaneamente, a experiência dos mais velhos e a potência de experimentação dos mais jovens.

Viração e vibração: juventudes, protagonismo e comunicação

Daniel Fagundes – educador da Viração

A Viração é uma ONG que começou com um projeto específico de publicação, uma revista voltada para as questões da juventude e comunicação em âmbito nacional, e a partir daí passou a pensar, sistematizar e dialogar com diferentes questões sobre o universo juvenil. Não é um adulto ou outro agente externo falando sobre jovens. É o protagonismo juvenil na produção e sistematização de seu próprio saber, de suas próprias experiências, principalmente na área de comunicação. Também pensamos a juventude do ponto de vista de sua cultura local. Pensar em determinado fato político ou histórico do ponto de vista da periferia de São Paulo é diferente de pensá-lo do ponto de vista de Recife ou das comunidades ribeirinhas do Amazonas. É interessante dizer que a Viração tem uma série de formações nas quais os formadores também são jovens. O diálogo entre pares é uma força motriz; criamos um diálogo mais aberto e sensível às questões que as/os próprias/os jovens levantam e elencam. Pensar na gravidez na adolescência, por exemplo, do ponto de vista das/os jovens, auxilia no entendimento do porquê e do como conviver com

essa condição, além da simples informação. Esse protagonismo juvenil possibilita uma série de diálogos específicos que contribuem para uma formação mais contundente.

É importante ainda dizer que a cultura, assim como a comunicação, é algo inerente à prática juvenil. Produzir mídia e utilizar ferramentas de comunicação e expressão com essa característica jovem modifica o da mídia de massa e da mídia corporativa. Pensamos no tipo de suporte, plataforma, tipo de linguagem, e modo de escrita de uma matéria que possa ser mais atraente aos jovens. O suporte escrito é fundamental nesse sentido, pois consegue atingir diferentes realidades, com ou sem energia elétrica, ou internet, mais central ou periférica, etc. Se torna viável a diversos contextos.

É importante ainda dizer que a cultura, assim como a comunicação, é algo inerente à prática juvenil. Produzir mídia e utilizar ferramentas de comunicação e expressão com essa característica jovem modifica o da mídia de massa e da mídia corporativa.

Ação Educativa: estar juntos em ação

Raquel Luanda, assessora da área de juventude da Ação Educativa

Meu nome é Raquel, sou formada em Ciências Sociais na Unifesp. Atuo como educadora no projeto #JuventudescomDireitos com jovens de Sapopemba e São Mateus, na cidade de São Paulo, na Ação Educativa. Embora lide com jovens entre 15 e 20 anos, também sou jovem e mulher negra, e isso influencia muito minha maneira de ver e lidar com a questão da formação.

Então já coloco um dos desafios: considerar a diversidade das/os jovens. Quando falamos de jovens, não é só o território que deve ser considerado, mas também a identidade individual de cada um. Um grande desafio para a educação é partir das demandas individuais delas/es: quais questões as/os afligem ou despertam mais curiosidade nelas/es. O desafio é não falar de raça ou orientação sexual de forma distanciada; o desafio é ouvir e olhar para as/os jovens não como se tivesse o conteúdo a ser passado, sem considerar a vivência ou a própria experiência que elas/es têm. Essa é a primeira coisa. A formação de jovens é sempre uma troca. A sexualidade, por exemplo, já está posta; quando se fala de sexualidade, ela já existe. Temos mania

Quando falamos de jovens, não é só o território que deve ser considerado, mas também a identidade individual de cada um. Um grande desafio para a educação é partir das demandas individuais delas/es: quais questões as/os afligem ou despertam mais curiosidade nelas/es.

de falar de sexualidade como se as/os jovens não estivessem se relacionando, como se essas coisas não estivessem aí pairando no universo. O desafio é trabalhar com a juventude sem achar que ela é sempre a/o outra/o. Mesmo não sendo jovem isso é importante. Do contrário, há uma questão de autoridade aí.

E aqui estou falando de formação política, considerando que diversidade é qualidade. Infelizmente a escola não conseguiu perceber isso. Quanto mais você lida com a diversidade, mais possibilidade de articulação política e pensamento crítico vai sendo desenvolvida. Os desafios de hoje se organizam em torno da diversidade. Como se fala de gênero, orientação sexual, raça sem achar que se está falando do outro? Raça e gênero são conceitos relacionais.

É importante também pensar juventude não como futuro, mas como presente e detentora de direitos. Devemos partilhar informações para

É importante também pensar juventude não como futuro, mas como presente e detentora de direitos. Devemos partilhar informações para que as/os jovens consigam usar, se articular e ter mais segurança sobre as coisas com que estão lidando, sobre conhecimento mesmo.

que as/os jovens consigam usar, se articular e ter mais segurança sobre as coisas com que estão lidando, sobre conhecimento mesmo. Se você entende que ser negro não é uma coisa ruim, por exemplo, você se sente seguro de circular pela cidade. Devemos partilhar conhecimento e informações com o outro para que nos articulemos juntos; entender

juventude de maneira conjunta, não só torcer por aqueles que estão lá nas ocupações nas escolas, mas pensar como podemos fortalecer e somar juntos. Afinal, essa luta não é só delas/es.

Ação Educativa: dilemas da educação

Louise Marinho, da área de juventude da Ação Educativa

Meu nome é Louise, trabalho com Raquel na Ação Educativa. Estou no meu último ano de História na USP, tenho 26 anos. Participo também como professora no Cursinho Popular da Psico. Hoje um grande desafio é entender os cenários da educação. As/Os jovens têm uma aflição muito grande ao escolherem caminhos, perspectivas; tudo que vem acontecendo também gerou grande aflição. Antes não se tinha medo de as bolsas serem cortadas, pensando no Prouni, de que o acesso à universidade pública fosse se tornar ainda mais restrito. Essa questão também se relaciona com os perfis das/os jovens – são jovens geralmente em situação difícil – devido à baixa renda, classe, gênero. O cursinho popular se tor-

na para elas/es um espaço de segurança, de construção de identidade, e elas/es desenvolvem gostos, desejos, enfim, a que não teriam acesso em outros espaços. Às vezes elas/es trazem muitas demandas que não temos condições de resolver. A questão da cultura é muito boa porque se abre um campo muito forte; elas/es vão entendendo essas diversidades existentes e como vão trabalhar. Assim vão se acalmando, porque chegam muito aflitos, querendo coisas muito imediatas: “Quero passar no vestibular”, “Quero fazer um monte de coisas”, “Quero assumir minha identidade para minha família, como lido com isso?”. Isso gera muitas aflições. São importantes espaços de segurança que se colocam em perspectiva de ação. Aí surgem desafios para o processo formativo: como entender o que se passa na educação para conseguir trabalhar nesse espaço? Como torná-lo um espaço de segurança, mas que não acabe nele? O ideal é que o “tempo de cursinho” seja curto, que as/os jovens entrem o mais rápido possível nas universidades públicas.

O masculino e o feminino na formação

Raquel Luanda

Lidar com a questão de gênero para mim é lidar com oposição. Explico: falar de feminino não faz sentido se não falarmos também de masculino. Lidar com gênero como oposição, considerando a masculinidade, é muito importante, principalmente quando pensamos periferia, por conta do genocídio. Além disso, o tratamento dos meninos com as meninas tem de ser repensado, pois não se consegue trabalhar a violência de gênero falando só com as mulheres. Não podemos dizer somente para as mulheres se protegerem e se pouparem se os meninos não mudarem os comportamentos agressivos. Elas têm de ter autonomia sobre o próprio corpo, mas antes de tudo eles têm de respeitar quando elas dizem não.

Além disso, o tratamento dos meninos com as meninas tem de ser repensado, pois não se consegue trabalhar a violência de gênero falando só com as mulheres.

Mais uma prova que falar de gênero não é somente falar de meninas é a questão da escolarização. A escola é um ambiente tão opressor que as mulheres, por conta das cobranças que sofrem desde a primeira infância, conseguem se enquadrar nele de maneira mais “fácil”. Já meninos têm mais dificuldades de se adaptar e raramente são os “bons alunos”, mas mesmo assim conseguem entrar nos cursos de maior prestígio. Precisamos sempre pensar gênero como uma construção social baseada em uma oposição binária que deve ser desconstruída.

Relações de poder na formação

Louise Marinho

Compartilho a questão de gênero com Raquel: nas formações, precisamos sempre falar na masculinidade junto à questão das mulheres; não dá para dissociar.

No entanto, quero fazer uma reflexão sobre esse espaço mais informal dos cursinhos populares. Ele é pensado como se fosse um espaço para fortale-

Mas o que se pretende é um espaço mais horizontal, em que se tenha mais liberdade para trabalhar os conteúdos, trabalhar mais a relação entre educação e cultura, fazer uma formação política, discutir mais as desigualdades.

cer uma educação que já se tem – ou se deveria ter – na escola. Teríamos assim uma formação de conteúdos, uma educação mais formal. Mas o que se pretende é um espaço mais horizontal, em que se tenha mais liberdade para trabalhar os conteúdos, trabalhar mais a relação entre educação e cultura, fa-

zer uma formação política, discutir mais as desigualdades. Porém, a sociedade também se reproduz nesses espaços que queríamos mais horizontais.

Nisso destaco a relação professor-aluna/o, que é muito complicada nesses cursinhos populares e nos comerciais. Professores que acham que estão liberados para manter relações com as/os jovens. Essas relações são relações de poder. Então, quando falamos de gênero nesses espaços, também precisamos falar de professores, de sua masculinidade e de como usam isso para perpetuar relações abusivas e opressoras.

Usa-se muito o discurso da horizontalidade para perpetuar essas relações. Os cursinhos populares, por terem essa aura e serem considerados mais abertos, onde todas/os manteriam relações mais igualitárias, têm sido um campo fértil para cultivar essas relações abusivas. Cursinhos populares são espaços ricos de possibilidades, mas temos de considerar sempre o fato de que não estão fora da sociedade e também reproduzem relações desiguais. A questão é: após o reconhecimento disso, o que fazer? Como incorporar essa preocupação e seu combate na dinâmica do cursinho e do processo pedagógico?

A juventude e suas convivências autônomas

Altair Moreira, assessor de formação do Instituto Pólis

As juventudes pobres e negras, que sempre foram desassistidas pelo Estado, criaram suas próprias convivências e visões de mundo. Isso de certa forma as empoderou em suas experiências. Elas são extremamente fortes e conflitantes em relação aos saberes formais. A própria escola, as instituições e

boa parte dos que trabalham com formação ainda não conseguiram acolher essas experiências. Pela experiência com os pais, pela frustração com o ensino, pelo desassistir da saúde, violência policial etc., elas criaram formas e linguagens totalmente diferentes, o que nos faz ter dificuldades, mesmo no Pólis, para entender esse lugar, sentir esse lugar, discutir esse lugar.

Cento e trinta jovens convivem entre si, e essa convivência tem feito com que elas/es troquem experiências, reafirmem-se enquanto identidades. Isso é muito maior do que dar um curso X ou Y. Um acontecimento interessante no programa é a reunião dessas diversidades culturais e sociais dos bairros, da cidade, que confluem para cá nas segundas-feiras. Essa é, sem dúvida, a grande vivência, que afirma identidades por meio de experiências.

Estamos trabalhando com jovens de classe social pobre. Eu também fui de família pobre e sei que essa/e jovem já tem uma precatória na vida. E qual é a precatória? A partir dos 16 anos tem de ter economia em casa, ela/e precisa trabalhar, trazer o dinheiro. A/O jovem negro/o pobre tem maiores dificuldades. As/Os jovens questionam exatamente esses mecanismos da vida, da política, e as políticas públicas de cultura com as quais trabalhamos têm enorme dificuldade de conviver com essas experiências, a não ser de forma autoritária, quando fazem seus programas, porque o Estado nunca aceitou o protagonismo das/os jovens.

As/Os jovens quase sempre são vistos por boa parcela da sociedade e do Estado como pessoas irresponsáveis; seus pensamentos e ações não são tidos e aceitos como importantes para a construção de novos jeitos de ser e fazer, pensar política e reconstruir os territórios. Essas dinâmicas não

são importantes apenas para o bem viver e o estar bem, mas também para as políticas públicas, quando estas reafirmam suas identidades, direitos culturais e sociais. Isso implica novas dinâmicas para a vida das diversidades e para que o país seja realmente de todas/os. Entretanto, precisamos ressaltar que as/os jovens monitoras/es do programa chegaram até aqui

As/Os jovens questionam exatamente esses mecanismos da vida, da política, e as políticas públicas de cultura com as quais trabalhamos têm enorme dificuldade de conviver com essas experiências, a não ser de forma autoritária, quando fazem seus programas, porque o Estado nunca aceitou o protagonismo das/os jovens.

com as vivências culturais e sociais de que já dispõem, com suas histórias ancestrais, com a educação formal que em grande parte não deu certo, com as marcas da violência, principalmente sobre a/o negro/o e sobre a mulher. Por outro lado, tiveram vivências de reafirmação da cidadania protagonizadas pela cultura hip-hop. É importante que se diga que a cultura hip-hop foi fundante da cultura urbana brasileira, por suas contribuições para reafirmar identidades, despertar e reconfigurar as culturas

jovens periféricas, a potência juvenil e do povo pobre, dinâmica nunca contabilizada pelo *status quo*.

Jovens em rascunho: a/o jovem não pode ser jovem

Marcelo Freitas, agente de formação do PJMC

Tudo de que temos ideia ou que sabemos de jovens e juventudes é rascunho. Como podemos identificar jovens se no Brasil seu direito é negado, se não é possível à/ao jovem ser jovem? A todo momento recebem pressão social, econômica, educacional, e todos os seus direitos básicos são negados. Talvez mais à frente tenhamos mais clareza sobre jovens e ju-

Tudo de que temos ideia ou que sabemos de jovens e juventudes é rascunho.

ventudes, pois o modelo educacional não dá liberdade para a/o jovem colocar sua opinião, debater, pensar, ser estimulada/o ao pensamento crítico.

Precisamos debater sobre educação no Brasil, pois temos um modelo totalmente regrado, que não permite à/ao jovem ser jovem.

Por isso, só consigo ver rascunho de jovens: com potenciais, mas sem espaço, sem oportunidades, muitas vezes tolhidas/os, seja pela família, pela educação ou pelo sistema político e econômico da sociedade.

Não estamos inventando a roda

Raquel Luanda

Altair trouxe uma coisa muito importante. Precisamos parar de pensar que estamos inventando a roda ao propormos uma formação de jovens. Elas/es já se relacionam, e o que ele trouxe do hip-hop é fundamental. Um ponto-chave é valorizar as articulações políticas que já são feitas há muito tempo. O espaço formativo é mais um espaço possível para a for-

Um ponto-chave é valorizar as articulações políticas que já são feitas há muito tempo. O espaço formativo é mais um espaço possível para a formação delas/es, mas não é o único.

mação delas/es, mas não é o único. Como é que eu me penso como mulher – pensando nas mulheres que estão na transição de deixar o cabelo crespo? Estar em um espaço entre “iguais” é essencial na construção e

no fortalecimento de sua identidade. Por exemplo, é mais fácil para uma mulher que quer abandonar o alisamento fazer essa transição se ela tiver como referência próxima ou midiática alguém que use um black ou tranças. É fundamental reconhecer e valorizar as atuações culturais e políticas das/os jovens pretas/os de periferia.

Janelas que se abrem, diversidades

Janaina Santana, assessora de articulação do PJMC/Pólis

No PJMC vamos tocando nos assuntos e vão se abrindo várias janelas. Classe, gênero, raça, sexualidade – isso dá vários debates. E não damos conta da totalidade. Dentro da diversidade há diversidades. Ainda bem que não queremos concluir este debate – porque ele não se finda.

Escutei uma jovem dizer assim: “A gente passa a vida toda na escola e não aprende essas questões que aprendemos aqui nestas trocas”. Ela estava se referindo a essa imensidão de possibilidades e de abertura de janelas, porque a cada semana trazemos uma temática diferente. O que são os indígenas para um grupo brasileiro? Nós, que temos todas as ancestralidades desses grupos, desconhecemos essas populações, mal sabemos. Muita gente fala de indígena como uma coisa só, e daí temos um encontro com indígenas e ouvimos: “Nós somos vários povos, assim como tantos outros grupos”. Isso por si só já é uma imensidão de conhecimento.

Escutei uma jovem dizer assim: “A gente passa a vida toda na escola e não aprende essas questões que aprendemos aqui nestas trocas”. Ela estava se referindo a essa imensidão de possibilidades e de abertura de janelas, porque a cada semana trazemos uma temática diferente.

É complicado pensar numa educação que dê conta dessas temáticas do cotidiano. É um desafio. Nós nos propusemos a essa tarefa e a cumprimos. Pensamos na alimentação, tivemos cuidado e atenção com a cultura alimentar e obtivemos bons retornos das pessoas que melhoraram a saúde – como o caso de uma menina com diabetes que conseguiu mudar a alimentação com a ajuda do Programa Jovem Monitor/a. Pensando nisso, quantas coisas conseguimos numa educação que dê conta da circularidade das trocas e traga elementos que formam nossas identidades? E aí conseguimos discutir nossas ancestralidades ou pelo menos pincelar este debate.

Ontem, numa roda de jongo, se falou muito em ancestralidades, em escuta. Quais são os valores dessa roda e o que é importante trocar? Quem é do jongo saca. Significa parar um pouquinho e escutar. Perceber que vou puxar outro ponto daqui a pouco e a gente volta a dançar. São poucas coisas ou pelo menos parece, mas na real estamos discutindo valores, escuta, fala, família, ancestralidade, trocas. E ali discutimos também gênero, cultura negra, culturas tradicionais, a arte do brincar, questões éticas, de como respeitamos ou não o mestre, o papel do mestre, a oralidade, várias coisas...

Para destacar várias questões do Programa Jovem Monitor/a, temos uma metodologia que possibilita abarcar esse universo de que a escola

tradicional não dá conta. E bebemos de vários grupos e lugares que já fazem isso, tanto indígenas como capoeiras, jongos, as religiosidades todas. E essa possibilidade do brincar, essa metodologia de possibilitar

Pensamos na alimentação, tivemos cuidado e atenção com a cultura alimentar e obtivemos bons retornos das pessoas que melhoraram a saúde – como o caso de uma menina com diabetes que conseguiu mudar a alimentação com a ajuda do Programa Jovem Monitor/a.

jogos, e eles darem conta de coisas que as pessoas nunca viram. Ontem vi um vídeo do Marcelo em que a turma estava pulando corda. Na minha quebrada, poucas pessoas têm possibilidade de pular corda, porque não se podem mais frequentar as ruas.

Então a gente conseguiu chegar a esse lugar de possibilitar um cami-

nho e mudaram muitas coisas na percepção das/os jovens em relação a suas/seus outras/os e a si próprias/os.

O debate de saúde e alimentação está em casa, porque você chega na hora do jantar e debate os aprendizados. Pela primeira vez as pessoas estão olhando para sua família e perguntando de onde vieram. Porque aqui conseguimos colocar essa dúvida como questão da própria identidade.

Esses caminhos não são necessariamente retos, assim como a minha fala; são muitos pontos, muitas questões, muitas descobertas e trocas de aprendizagem, mas vão se encontrando em suas encruzilha-

Nós, do programa – novamente eu digo –, não inventamos a roda, porque a circularidade é ancestral. Só potencializamos, acreditando que é um caminho legal. Exercitamos e acreditamos nessa metodologia.

das, possibilitando outros modos de enxergar o mundo e identificar o outro como seu aliado, como uma pessoa que quer correr junto com você. Precisamos aprender quem é inimigo e quem é aliado. Que coletivos valem a pena estarmos juntos para somar,

daí criamos e potencializamos seus fazeres com os nossos. Com nossos iguais e também com nossos diferentes.

Então minha fala vem para dizer que o Programa Jovem Monitor/a Cultural traz elementos de que a sala de aula não dá conta, que poderia ser um bom lugar, mas a escola tradicional não assimila. As/Os jovens que estão ocupando as escolas dizem várias coisas sobre isso. Nós, do programa – novamente eu digo –, não inventamos a roda, porque a circularidade é ancestral. Só potencializamos, acreditando que é um caminho legal. Exercitamos e acreditamos nessa metodologia.

Quero destacar que uma grande chave de leitura da sociedade para mim nos fazeres cotidianos são as classes; é sempre algo que tem de estar em destaque. Há um corte econômico na sociedade, de acesso e de privilégios. É sabido que as questões de etnia, raça, gênero, sexua-

lidades e diversidades muitas vezes ultrapassam a barreira da questão de classe, mas não se pode descartar esse debate. Essas questões batem diferente dentro da chave de classe porque ser pobre economicamente já é excludente, já é limitador para acesso à educação, saúde, alimentação, ao direito à cidade. As/Os jovens periféricas/os estão morrendo.

Quero também falar de espaços de participação das juventudes. Assim como as rodas de conversa são os saraus. Eles conseguiram potencializar a voz de muita gente que nunca conseguiu falar. Então, para mim, os saraus passaram a ser um espaço urbano, quilombo, uma aldeia urbana de fazedores de artes e não só mais da literatura, porque ali aparece gente de todos os fazeres. Muita gente exercitando a escrita, a leitura e o empoderamento do seu fazer. Então, é poder e informação. Informação é poder. Nesses lugares estamos fazendo trocas muito interessantes e avançamos coletivamente. E quando digo saraus, são todos mesmo. É de toda quebrada, todos os espaços, nós somos muitas/os. Mas ainda falta um elemento: fazer com que a mulherada fale mais, porque o espaço do microfone é ainda concentrado nos homens. Estamos quebrando isso já tem uns anos, e quero destacar que os saraus são formas de organização das juventudes e das/os produtoras/es de culturas na cidade, espaços de muita relevância, e as diversidades estão pulsando nesses lugares. Sarau também é espaço político.

Juventudes: sujeitos de direitos que ampliam repertórios

Bruna Mantese, coordenadora de gestão do PJMC/Pólis

Sou a Bruna. A fala de vocês é boa, porque para mim fala boa é aquela que nos deixa pensando coisas e puxa coisas de nosso próprio cotidiano. Eu estava pensando o que vocês colocam em relação à palavra “protagonismo”. Também reconheço que juventude não é um dever, mas uma condição que é sujeito de direitos. São sujeitos que têm pautas, demandas e uma determinação sobre a própria vida. Como pensar a formação nesse contexto, se geralmente se vende uma história de que a pessoa é uma tábua rasa que precisa ser preenchida? A própria palavra “formação” vem um pouco dessa questão da forma, de você pegar uma coisa amorfa e colocá-la dentro de uma caixinha. Como conversar com isso e pensar que quando falamos de formação estamos falando de aumento de repertório? Estamos falando de coisas que já existem? De

Também reconheço que juventude não é um dever, mas uma condição que é sujeito de direitos. São sujeitos que têm pautas, demandas e uma determinação sobre a própria vida.

A própria palavra “formação” vem um pouco dessa questão da forma, de você pegar uma coisa amorfa e colocá-la dentro de uma caixinha.

rede? Visões de mundo? Diferenças? Alteridade? Em quais questões estamos pensando para não cometer essa violência de tomar o outro como não sujeito? Porque, se pensamos como vazio, estamos pensando como não sujeito, sempre. Quero pensar no exemplo da Viração: qual é a diferença de articular esse pessoal que já pensa em comunicação ou propor um projeto novo, quando se propõe a revista ou um projeto de educomu-

E como se dá esse jogo de entender aquela pessoa como sujeito, mas também fazer um convite como algo a mais?

nicação? Parte-se das coisas que as/os jovens já fazem, as ferramentas que elas/es já têm e que fazem sentido; mas aí você está propondo algo que vai mais além. E como se dá esse

jogo de entender aquela pessoa como sujeito, mas também fazer um convite como algo a mais?

A reinvenção da quebrada na diversidade

Daniel Fagundes

Até amanhã eu ainda sou jovem. Tenho 29 anos. E além da Viração também integro um coletivo de jovens periféricos que há 12 anos vem produzindo comunicação de seu território para o mundo. E dentro desse coletivo eu aprendi uma série de coisas. Quando a Janaina fala, eu me recordo da Ana Julia dizendo que aprendeu no processo de ocupação das escolas muito mais do que sentada, enfileirada nas cadeiras escolares, durante anos.

A autonomia de que Paulo Freire tanto fala está aí, mora aí. Quando o Altair fala que a gente foi reinventando as coisas na quebrada, não fomos reinventando do nada, essa é a questão. Todos os movimentos

Todos os movimentos populares e outros que se interessaram por somar na quebrada deram sua contribuição; e a própria quebrada também foi transformando esses conhecimentos e canibalizando cada referência, construindo sua própria identidade.

populares e outros que se interessaram por somar na quebrada deram sua contribuição; e a própria quebrada também foi transformando esses conhecimentos e canibalizando cada referência, construindo sua própria identidade. E, de fato, o hip-hop é um ótimo exemplo nesse sentido,

canibalizando conhecimentos estrangeiros e somando coisas completamente brasileiras em sua gênese. Capoeiristas, jongueiros, batuqueiros, comunidades eclesiais de base, movimento negro foram trazendo um modo de fazer, deixando uma marca, um olhar nessa condição.

Fica evidente que a questão de gênero e principalmente a de raça estão ligadas a bases muito mais profundas do que a questão de classe (que evidentemente é também um fator muito relevante). Voltando para o caso da Viração, quando promovemos ações, é muito mais do que falamos aqui. É não querer reinventar metodologias, mas ao mesmo tempo não achar que o simples ato de juntar jovens fazem as coisas acontecerem naturalmente.

Como educadores temos de perceber e validar nossa função de mediação e inspirar alguns processos fundamentais. Quando organizamos em círculo o espaço da atividade, quando optamos usar um material de referência e não outro, quando chamamos alguém dos movimentos para dialogar com jovens que antes desse processo nem se reconheciam como negras/os, periféricas/os, mulheres dotadas de direitos, etc. É proporcionar momentos de discussão e troca, por meio de metodologias que pensam o papel do educador.

Estamos vivendo numa escola do século XIX no século XXI. O modelo pedagógico da escola é retrógrado. É um absurdo que os conhecimentos populares, essa dinâmica circular e horizontal, ainda não estejam funcionando na escola. Cada vez está mais difícil pensar que ainda estamos fazendo essa discussão surrada, mas acho que o exercício é pensar em outros espaços de formação para além da escola, porque foram nesses espaços que jovens da escola se encontraram num lugar de debate e autonomia que não é favorecido na escola. É preciso pensar na educação fora do prédio escolar, inclusive para ser mais saudável em todos os sentidos, do arquitetônico ao subjetivo. Eu fui dar aula na Fundação Casa e a experiência de estar lá e de estar numa escola pública é pouco diferente: o barulho da tranca o tempo inteiro; é a tranca que vai para o pátio; é a tranca que entra na sala; é a janela cheia de grade. O sinal. Toda essa cultura que vem da Revolução Industrial e que passa por esses processos de ensinar nossa/o jovem a aceitar o encarceramento. O processo formativo tem de extrapolar os muros da escola, não esquecendo a escola, o quanto ela é importante, mas ter um distanciamento da mesma para talvez voltar com mais força e fôlego para contaminar mais positivamente esses espaços de formação com outras dinâmicas viáveis dentro desta estrutura institucional.

Fica evidente que a questão de gênero e principalmente a de raça estão ligadas a bases muito mais profundas do que a questão de classe (que evidentemente é também um fator muito relevante).

É preciso pensar na educação fora do prédio escolar, inclusive para ser mais saudável em todos os sentidos, do arquitetônico ao subjetivo.

Ampliar o mundo e sair deste lugar

Jandilson Vieira, agente de formação do PJMC

Bom dia. Eu estava fazendo uma oficina de teatro no CEU-Heliópolis e perguntei a um senhor da EJA: “Por que o senhor está aprendendo a ler?”. Ele respondeu: “Porque quero sair daqui, quero ler as placas para sair daqui”.

Eu estava fazendo uma oficina de teatro no CEU-Heliópolis e perguntei a um senhor da EJA: “Por que o senhor está aprendendo a ler?”. Ele respondeu: “Porque quero sair daqui, quero ler as placas para sair daqui”.

Trazendo essa reflexão para a juventude, eu concluo: a juventude quer coisas para ampliar este mundo, sair deste lugar. Aí me vem muito a experiência do Programa Jovem Monitor/a e essa relação com as apropriações, as/os jovens se apropriando de si. Então

concordo com todas as falas de identidade, gênero, raça, apropriação do outro. O que é esse outro? Quem está comigo? Faço essa reflexão também como território porque vejo que temos uma juventude com muita força, mas que precisa de mecanismos para isso. E o PJMC é uma ferramenta para fazer as/os jovens se comunicarem: a/o jovem da Zona Leste come-

Então, quando temos um programa desses, que possibilita tempo para pensar e para atuar, estamos tirando-a/o desse lugar.

ça a se comunicar com a/o da Sul, e os territórios se estreitam, os caminhos se tornam menores. Elas/es podem conversar e dividir suas angústias com o outro que está do outro lado. No

capitalismo não se tem tempo de pensar; na idade dela/e, ela/e produz. Então, quando temos um programa desses, que possibilita tempo para pensar e para atuar, estamos tirando-a/o desse lugar.

Tenho 32 anos e me reconheço muito nessas juventudes. Com que contribuo para essa visão? Que formação é essa que facilito para as/os jovens? Que bom que estamos pensando sobre essas juventudes – não parei para pensar quem eu era dos 18 aos 29 anos. Que bom ter esse espaço e propiciar isso.

Formação para a vida: para além do protagonismo e do território

Hamilton Faria, coordenador geral do PJMC/Pólis e coordenador da área de cultura do Instituto Pólis

Fico com o sentimento do Marcelo: estamos ainda lendo um rascunho sobre o entendimento das juventudes. Estamos imersos em um mundo muito complexo. E estamos perplexos. O mundo está muito complicado. Deparamos com um planeta que está operando como se fosse

dois, podendo chegar a cinco planetas, dados os níveis de produção e consumo. Isto é, com os modos de vida que adotamos, já é impossível, não há mais planeta para chegarmos aos níveis de vida dos países do Primeiro Mundo, como as pessoas comuns sempre desejaram. Quando nos ressentimos de limites ao ecossistema, à biodiversidade, quando estamos em nosso cárcere doméstico, vivendo atrás de grades, enjaulados – e percebemos que as/os jovens estão imersas/os nisso –, precisamos pensar maior. Não são apenas questões identitárias, de raça, cor, gênero, diversidade sexual – não há dúvida de que são vitais e eixos do viver em sociedade –, mas também é necessário compreender que a vida está ameaçada e que as/os jovens, não apenas as/os jovens negras/os, mas também as juventudes, estão ameaçadas/os. Ao mesmo tempo vivemos num cenário pós-patriarcal: há uma implosão de paradigmas, e o movimento feminista, das liberdades civis, os movimentos raciais e de jovens dos anos 1960 mudaram toda a antiga configuração de valores. Depois vieram os movimentos LGBT, que questionaram suas condições de ser no mundo. Isso tudo revolucionou os paradigmas contemporâneos e implodiu identidades – coisas em que acreditávamos desde os gregos.

Estamos num cenário de metamorfoses: um mundo que desaba e outro que está em contínua e contundente construção com toda a sua pulsação vital. Estamos nesse buraco, mas a pulsação vital é efervescente nas juventudes. E isso nos dá uma esperança muito profunda no futuro da humanidade.

Quando vejo um vídeo em que jovens falam que descobriram sua sexualidade, outras/os sua ancestralidade, sua raça/etnia, outras/os ainda os sentidos da vida, graças ao nosso programa, isso é muito forte e nos dá encorajamento para acreditar no processo de formação das juventudes. É um processo que vai além de seu protagonismo político, da construção como coletivo no território, embora isso seja fundamental. Aí vemos que os temas e as experiências são mais amplos. Por isso nossos resultados vão além do protagonismo. Como sempre falamos, isso precisa ser repensado. O que é ser protagonista? Qual é a relação do protagonismo com a interculturalidade? Como o jovem pode afirmar-se por meio

Estamos num cenário de metamorfoses: um mundo que desaba e outro que está em contínua e contundente construção com toda a sua pulsação vital. Estamos nesse buraco, mas a pulsação vital é efervescente nas juventudes. E isso nos dá uma esperança muito profunda no futuro da humanidade.

O que é ser protagonista? Qual é a relação do protagonismo com a interculturalidade? Como o jovem pode afirmar-se por meio de suas identidades e nos territórios, abrindo-se para o mundo, para outras práticas, outros temas?

Trabalhamos no programa questões que vão além da “cultura ” e abarcam temas vitais: a cultura alimentar, que é tão pouco integrada na cidadania cultural e praticamente ausente nos processos de formação; o consumo e os resíduos sólidos e o modo de vida consumista; a cultura de paz, a comunicação não violenta, a ética – fundamentais numa sociedade violenta e discriminadora

os sólidos e o modo de vida consumista; a cultura de paz, a comunicação não violenta, a ética – fundamentais numa sociedade violenta e discriminadora –; as comunidades ancestrais, com destaque para os indígenas e as comunidades negras; o patrimônio histórico imaterial; a mobilidade urbana e cultural, o caminhar pela cidade e a cultura do pedal; a espiritualidade e as narrativas religiosas.

É verdade, a construção de saberes se dá dialogando com saberes da diversidade, outros diálogos interculturais. As/Os jovens que enviamos para uma formação na Argentina voltaram com outra maturidade, porque se colocaram no papel de formadoras/es e dialogaram com outra cultura, saíram do seu lugar, da sua aldeia, e voltaram muito mais seguras/os e empoderadas/os.

Todo trabalho educativo deve entender que todo conflito é fundamental para o crescimento das partes em questão, quando se abre para outros saberes que não são os seus.

Isso tudo, é bom ficar claro, não se dá sem conflito. Todo trabalho educativo deve entender que todo conflito é fundamental para o crescimento das partes em questão, quando se abre para outros saberes que não são os seus. Fico muito apreensivo quando vejo coletivos culturais afirmando as verdades de suas tribos, mas se fechando a outros saberes que estão circulando na cidade, até a outras experiências juvenis.

Considero que nossa experimentação cultural com jovens facilitou diálogos, os quais no correr dos anos constituirão patrimônios para eles.

Só quero fechar com uma ideia que tem sido cara para nós desde o início do programa: a formação para a vida, ou seja, contribuir para construir um repertório mais amplo que o viver territorial imediato ou a experiência nos equipamentos. Isso poderá redundar em inspiração para outras formas de vida, condutas, comportamentos em qualquer tipo de inserção na vida, mesmo trabalhando oito horas por dia num trabalho convencional. Se a/o jovem tiver essa experiência introjetada, isto é, assimilada interior e inteiramente, ela/e saberá fazer melhores esco-

de suas identidades e nos territórios, abrindo-se para o mundo, para outras práticas, outros temas? Por isso é também muito importante a ampliação de repertórios. Trabalhamos no programa questões que vão além da “cultura ” e abarcam temas vitais: a cultura alimentar, que é tão pouco integrada na cidadania cultural e praticamente ausente nos processos de formação; o consumo e os resíduos

lhas em relação a trabalhos que se aproximem mais de sua vida criativa. Saberá também levar para a escola formal e para a escola da vida outras vivências e saberes.

Tenho certeza de que a formação para a vida deverá assumir papel ainda mais forte na formação de juventudes.

Problematizando a educação formal e o protagonismo

Laura Juliana dos Santos agente de formação do PJMC

Eu quero tocar nessa questão da educação formal e também no protagonismo. Precisamos entender que a precarização da educação não afeta só o jovem. Afeta também a formação de professores. Os professores não são malfeitores que estão lá para fazer mal aos alunos, eles estão só fazendo o que aprenderam, talvez aprenderam mal, porque foram ensinados de modo equivocado.

A questão do protagonismo... na verdade me incomoda há bastante tempo. A gente precisa de fato repensar isso. A gente pensa numa estrutura teatral: quem é o protagonista? Colocar o jovem a frente talvez não seja a questão, mas reconhecer que ele está ali e provocar o estímulo para que ele se coloque. Às vezes ele não quer naquele momento ser o protagonista e a gente fica com a visão paternalista. “Protagonize, fale!” Eu problematizo essa questão que tanto falamos.

A questão do protagonismo... na verdade me incomoda há bastante tempo. A gente precisa de fato repensar isso. A gente pensa numa estrutura teatral: quem é o protagonista?

Quando o Jan fala dele se redescobrir juventude, é porque a gente não tem o modelo que podemos ser. Então a gente vai seguindo o fluxo e não se questiona. Às vezes não aparece alguém para falar que você pode ter o seu cabelo crespo, não precisa alisar seu cabelo. Então eu acho que precisamos tomar cuidado com esse negócio de importação de nomenclatura. Importar é pegar de um lugar, sem problematizar. Precisa pensar nas questões e possibilidades dentro daquele cenário. De como aquilo pode ser bom e efetivo dentro daquele grupo de jovens.

Corpos e afetos na formação da juventude

Louise Marinho

Na formação da juventude devemos considerar a relação de afetos, o quanto isso é importante para que comecemos um processo de formação, porque a formação é nossa também. Lá no cursinho, depois de vários

Na formação da juventude devemos considerar a relação de afetos, o quanto isso é importante para que comecemos um processo de formação, porque a formação é nossa também.

de informação ou conhecimento, e sim como meu corpo é afetado pela presença delas/es. Quando paro para pensar nisso, sou mais afetada, acho, que elas/es. Quando estou falando de feminismo negro, não estou falando só para as meninas ou para as/os jovens negras/os, estou falando de mim, de como me vejo como mulher negra. Partindo desse re-

Quando paro para pensar nisso, sou mais afetada, acho, que elas/es. Quando estou falando de feminismo negro, não estou falando só para as meninas ou para as/os jovens negras/os, estou falando de mim, de como me vejo como mulher negra.

conhecimento, podemos ter um relacionamento formativo. E aí, quando conseguimos entender isso, saímos desse campo de formação professor-transmissor de conteúdos, que está lá para preencher o copo delas/es de conhecimento. E isso é importante para fugirmos desse entendimento de educação conteudista. Por isso, as experiências culturais – o teatro, a música, as artes plásticas etc. – são tão ricas quando trazemos para o espaço de formação. Essa preocupação deve estar presente em todas as áreas, para todas/os as/os professoras/es partirem dessa perspectiva, não apenas as/os de Humanas, também as/os de Biológicas e Exatas.

Um conteúdo que parte das demandas do dia a dia

Raquel Luanda

Que bom que trabalhamos juntas e estamos bem alinhadas, pois eu ia fazer uma fala nesse sentido, do quanto o afeto é um guia fundamental no processo formativo. Existe um conteúdo que partilhamos, mas também há um conteúdo que parte das demandas, do que e de como se quer aprender, de como se passa esse conteúdo; e aí a relação de afeto entra

As pessoas na escola não perguntavam: “Como foi seu fim de semana?”; “Foi fácil chegar até aqui?”. E sempre levamos em consideração isso.

direto nisso. Como lidamos com o outro? Minha experiência como educadora começou muito nesse lugar. As pessoas na escola não perguntavam: “Como foi seu fim de semana?”; “Foi fácil chegar até aqui?”. E sempre levamos em consideração isso. E isso tem uma importância muito grande, porque acessar a informação ou entender alguns conteúdos muitas vezes são coisas relacionadas, não estando distanciadas dos problemas familiares ou afetivos. O ganho no

processo não é só conteúdo – por exemplo, quando o jovem sai e fala: “Consegui falar com minha família sem grande conflito por ser bi. Eu tinha um grande conflito com eles porque não me escutavam e agora consigo lidar com isso. Conteí para meu pai que sou gay”. Estamos falando de vida, de como elas/es se relacionam e do quanto é importante que se sintam seguras/os e fortalecidas/os para encarar diversos conflitos, sejam eles na relação de pouco diálogo com os pais, na afirmação da identidade negra ou na visibilidade da orientação sexual não normativa.

Metodologicamente é fundamental para a formação o envolvimento afetivo, não existe regra. Vários dias eu dou um conteúdo que não funcionou e me coloco disponível para repensar junto com elas/es e refazer de outra maneira. A formação tem um objetivo, você quer chegar a um lugar e usa uma linha teórica para isso. Não trabalho de maneira hipócrita com as/os jovens. Vamos discutir, por exemplo, cotas raciais, somos a favor delas e justificamos nosso posicionamento.

Metodologicamente é fundamental para a formação o envolvimento afetivo, não existe regra.

Em relação à escola, várias coisas me incomodam. Uma delas é compreendermos que a escola sempre foi problemática, nunca foi representativa para ninguém. Se pararmos para pensar, ela é melhor hoje do que há vinte ou trinta anos. É mais aberta e garantida para a maior parte da população. Antes não era assim. Uma das saídas é pensar também em outros espaços formativos além da escola. A escola é uma estrutura, tem a ver também com formação de professoras/es.

Em resposta à fala do Hamilton, outra coisa importante é quanto impomos às/aos jovens a discussão sobre determinados conteúdos que julgamos como essenciais para elas/es. Dizem que as/os jovens falam pouco sobre diversos assuntos, mas nós também falamos pouco. Por que propomos que as/os jovens pensem sobre coisas que às vezes não são nem interessantes para nós? Talvez elas/es falem pouco porque não é interessante para elas/es também. Existe essa coisa de pensar o meio ambiente de maneira quadrada; nunca pensei em meio ambiente porque ele nunca me afetou da maneira que era posta na televisão. Eu não estava me importando com o aquecimento global, e começou a fazer sentido no momento em que alguém apareceu pensando como raça influencia isso, falando que são as pessoas que são afetadas pela lógica do meio ambiente. O consumismo é uma coisa de que elas/es falam quando tratam do funk ostentação. Será que elas/es falam pouco porque estão falando de outra perspectiva? Esse é um desafio metodológico, ter alteridade.

Classe, raça e lugares de privilégio

Dayane Rodrigues, agente de formação do PJMC

Bom dia. Tenho graduação em Filosofia, passei pelas matérias de formação em pedagogia, mas acabei não trabalhando como professora. Com o Jovem Monitor/a estou retomando os sentidos de ser educadora, e digo isso porque trabalho com jovens na Secretaria Municipal de Cultura. Sempre durante nossas visitas tentamos cruzar formação teórica e prática, numa perspectiva da formação educacional/cultural. Como ativista da luta antirracista e feminista negra, sempre incluo a questão étnico-racial em minhas falas, e não dá para ser imparcial. É importante

Temos de falar também de masculinidade, branquitude, porque eu penso na perspectiva de Angela Davis, que raça informa classe. Como viramos essa chave?

também trazer essa consciência para as pessoas brancas, para que tentem entender seus privilégios. No último encontro que tive com as/os jovens do Fomento, por exemplo, uma menina branca deu um exemplo: “Meu irmão

tem 22 anos, não fez graduação, mas ele é muito bonito. Hoje ele está no cargo de diretor e sabe que está lá porque é branco e bonito”. Assim, ela está diante dessas angústias de entender que o programa traz tudo isso para ela, entender os lugares de privilégio dela, inclusive. Por que eu trago isso? Estou aqui no Pólis e estamos tentando entender como as/os professoras/es estão se formando para pensar isso. Temos de falar também de masculinidade, branquitude, porque eu penso na perspectiva de Angela Davis, que raça informa classe. Como viramos essa chave? As/Os professoras/es estão sendo formadas/os para isso? Porque uma coisa é trazer uma pessoa do (s) movimento(s) sociais, a outra é quando não se tem essa pessoa, como formar jovens abertos para tais discussões urgentes?

Classe: conceito invisível nos documentos atuais

Janaina Santana

Quero dizer que também concordo com a categoria classe, mas ela está invisível nos documentos atuais. Pode ter deixado de ser o grande nor-

Ser periférica e mulher negra me impede o acesso a várias questões, mas não ter acesso econômico me faz ser uma pessoa que não tem acesso a diversas outras coisas. De novo é o homem branco e de uma classe.

teador das falas, mas continua um marcador importante. Ser periférica e mulher negra me impede o acesso a várias questões, mas não ter acesso econômico me faz ser uma pessoa que não tem acesso a diversas outras coisas. De novo é o homem branco e de

uma classe. Classe é importante, tão importante como outras coisas que se cruzam. Esse é o gancho do consumismo de que se tem falado aqui. Em razão disso, muitos jovens estão morrendo na quebrada, porque não conseguem ter acesso a diversos produtos de consumo que dizem a todo momento que temos de acessar, comprar. Muitos jovens morrem por tênis; eu vejo lá no funkadão como é a disputa por motos e como isso gera a morte de nossos jovens.

Uma pauta compartilhada com as/os jovens

Altair Moreira

O que a escola não diz o movimento social diz. Hoje o corpo é a expressão mais forte da pessoa; anteriormente era a ideia, uma imagem, um símbolo. Hoje é o corpo. Hoje as/os negras/os e as/os LGBT são as identidades que dão força a ele. O sarau é o único lugar onde você tem a cidadania completa; são espaços extremamente provedores de autossuficiência popular, de autossuficiência dos saberes que existem nas comunidades. A questão não é o que eu quero das/os jovens, mas o que eu posso compartilhar, construir. Não deve existir nossa pauta, pois o desafio é construí-la com todos e todas; a pauta precisa ter todas as caras e ser expressão do compartilhamento. Essa pauta não é mais a pauta do Instituto Pólis; ela tem de ser a pauta das juventudes. Esse pode ser um salto na discussão da formação.

Hoje o corpo é a expressão mais forte da pessoa; anteriormente era a ideia, uma imagem, um símbolo. Hoje é o corpo. Hoje as/os negras/os e as/os LGBT são as identidades que dão força a ele.

Nem tudo se resolve pela lógica das tribos

Hamilton Faria

Autossuficiência de saberes da comunidade e dos movimentos? Os movimentos sociais e as comunidades revelam seus limites e não dão conta da complexidade da sociedade; não dão conta da ecologia, política, gênero, raça, orientação sexual, valores. Estão em baixa, pelo menos os movimentos mais históricos. O movimento sindical encampa um pouco disso. Portanto, são referências limitadas.

Quero destacar também o papel da/o professora/or, da/o formadora/or. Não podemos negar seus saberes, acumulados em outras práticas e outras experiências vitais. O que observamos em várias práticas jovens é o fechamento. E o protagonismo, entendo, é manco sem a intercul-

O que observamos em várias práticas jovens é o fechamento. E o protagonismo, entendo, é manco sem a interculturalidade, isto é, a abertura a outras experiências culturais da diversidade. Muitas/os jovens fecham-se em trincheiras, como se estivessem num conflito permanente, até com suas/seus aliadas/os de crescimento.

outros territórios, para que aumentem seu repertório, por meio de outras vivências. Por outro lado, um dos grandes desafios é a convivência, e nós podemos ajudar com nossos saberes. Isso não se resolve apenas pela lógica das tribos. Precisamos incorporar na formação o mediador de conflitos, para aproximar, criar campos comuns, contribuir para a transformação dos conflitos, mesmo que não se resolvam. Nesse sentido, a cultura de paz, a ética, o ouvir, os valores do bem viver etc. são fundamentais para construir a convivência. A/O professora/or, a/o formadora/or não deve

Precisamos incorporar na formação o mediador de conflitos, para aproximar, criar campos comuns, contribuir para a transformação dos conflitos, mesmo que não se resolvam.

negar seu saber, pois passou por experiências vivas e está oferecendo também repertórios às/aos jovens, repertórios que podem ser desconstruídos na prática educativa, mas não negados.

Eu me preocupo com certa mitificação da/o jovem, como se ela/e fosse a/o portadora/or da verdade. Isso pode ser autoritário e muito negativo na construção educativa e na construção de valores para a vida.

O PJMC e a desconstrução da/o formadora/or no encontro com jovens

Martha Lemos, coordenadora pedagógica do PJMC/Pólis

Também quero falar um pouco, contribuir. Se tivéssemos oportunidade e tempo de fazer mais estas conversas, trazer outras parcerias, olhares, contribuições, isso nos ajudaria muito nesse lugar que está sendo pensado, construído, desconstruído a todo momento, o lugar da educação cultural. Após essa experiência do PJMC, entendi que mais eu preciso ser desconstruída do que as juventudes. Elas estão em um momento de vida em que têm de ir para a resistência, para a luta, e pautar muitas coisas que fazem parte desse momento da vida, dessa geração. Comecei como educadora popular e psicóloga comunitária há muitos anos, mas sempre no diálogo com movimentos sociais. Minha primeira experiência

com juventude foi no Pólis, de 2003 a 2005, no Projeto Gera-Ação. Essa experiência me fez enxergar todas as relações de território, de pertença, identidades. Era uma época em que falávamos muito ainda em movimento estudantil, e não de juventudes, como hoje. São tantas as narrativas e trajetórias das quais temos nos aproximado – por exemplo, as últimas manifestações da juventude, não só as ocupações, não só em São Paulo, mas no Brasil. Como educadora, tenho sido transformada nessa jornada. Precisamos mais disso, menos elucubração e pensamentos fechados e mais ir em direção ao encontro. Hoje tenho me visto muito desafiada para aproveitar o encontro, mesmo que eu tenha diferenças com as/os jovens e com as pessoas com as/os quais convivo, para dialogar, conflitar, trocar ideias. Não só a partir de bandeiras, que a gente precisa resistir e levar, é preciso desconstruir uma série de coisas para poder entender o que é essa educação cultural e uma verdadeira comunidade de aprendizagem.

Estou mexida com uma recente experiência da OCA, uma escola cultural com crianças e adolescentes de 14 a 17 anos. Lá tivemos uma experiência de brincadeiras populares. Era um grupo de 36 jovens; muitos deles que só observavam e não entravam muito na proposta de educação cultural acabaram se envolvendo. De repente, aquele cenário se transformou, e crianças e jovens estavam tocando, dançando e brincando juntas/os brincadeiras de roda e ciranda, duas cordas, maculelê, maracatu, jongo. Essa dimensão pode ser um dos caminhos para continuarmos nossas conversas.

Reafirmando o protagonismo negro

Dayane Rodrigues

Fiquei pensando numa questão que vocês trouxeram: o protagonismo, um dos eixos de observação do PJMC. Por exemplo, a questão de ser negra, da população negra. Venho de Santos e, com a história do blackface ano passado, eu fiz um evento lá chamado “Negros protagonistas”. Se não marcarmos esse lugar do protagonismo negro, não conseguiremos avançar nem falar que isso existe. Como produtora [cultural], olho dessa perspectiva.

Após essa experiência do PJMC, entendi que mais eu preciso ser desconstruída do que as juventudes. Elas estão em um momento de vida em que têm de ir para a resistência, para a luta, e pautar muitas coisas que fazem parte desse momento da vida, dessa geração

Se não marcarmos esse lugar do protagonismo negro, não conseguiremos avançar nem falar que isso existe.

Reconhecer o lugar de fala

Wanda Martins, coordenadora administrativo-financeira do PJMC/Pólis

Temos, sim, de falar da experiência, mas precisamos respeitar o lugar de fala, sermos sensíveis a ele. Quando a Dayane fala em relação à/ao negra/o, sim, é o momento de as/os negras/os terem fala em todos os lugares,

Se estamos em um espaço de mulheres negras, quem abre a discussão é a mulher negra, e não me venha dizer que é a mulher branca, porque não é; quem melhor pode falar de sua história é a/o própria/o negra/o, e isso também é um aprendizado.

porque o mundo atual exige isso, as/os negras/os exigem isso, buscando a visibilidade por meio da fala. Por outro lado, a/o jovem também precisa falar, e muitas vezes as pessoas não respeitam esse lugar de fala. Faço parte do movimento negro e lá a gente sabe que branca/o pode falar, mas o lugar

de fala é do homem negro e da mulher negra. Se estamos em um espaço de mulheres negras, quem abre a discussão é a mulher negra, e não me venha dizer que é a mulher branca, porque não é; quem melhor pode falar de sua história é a/o própria/o negra/o, e isso também é um aprendizado. A sociedade não está preparada para entender esse lugar de fala. Por exemplo, estou fazendo um sarau feminista. “Ah, eu vou falar”, pensa um homem. Não, você não vai falar primeiro; no mínimo, será o último a falar, porque é um lugar de as mulheres se expressarem. Respeito é isso, entender o lugar em que está. Às vezes não entender isso gera briga, não só conflito.

As poéticas no processo formativo

Hamilton Faria

Uma questão importante é o das poéticas. Demos muita importância para as poéticas e as narrativas em nosso programa. Se de um lado temos conflitos, de outro temos as poéticas, que fazem toda a diferença na

Demos muita importância para as poéticas e as narrativas em nosso programa. Se de um lado temos conflitos, de outro temos as poéticas, que fazem toda a diferença na estética e nas metodologias/artemethodologias. Todas as formações são com as poéticas locais das/os jovens.

estética e nas metodologias/artemethodologias. Todas as formações são com as poéticas locais das/os jovens. Deveríamos dar ainda mais espaço nas formações para as contações de histórias da família, dos bairros, da vida de cada um, das experiências de vida, dos processos criativos. Em meu entendimento, isso é contribuir para

um tipo de protagonismo, o protagonismo poético, o protagonismo vital. E isso deve compor as propostas de formação das juventudes hoje.

Síntese e comentários do Encontro

Anna Luisa Salles Souto, coordenadora de juventudes do Instituto Pólis

Princípio número um: trabalhar com as/os jovens como sujeitos de direitos. Não se pode perder essa dimensão. Vou apontar algumas questões considerando as falas feitas aqui. A formação foi destacada muito neste encontro como um procedimento de interação, isto é, de mão dupla. Não é uma coisa hierarquizada: as relações de afeto e a escuta estão sendo construídas num ambiente de interação, em que a/o educadora/or e a/o educanda/o vão se renovando, se retroalimentando, mas isso não deve encobrir conflitos e contradições. O processo de formação deve contribuir para a construção da autonomia, o que envolve necessariamente conflitos e contradições. A formação precisa fazer a/o educanda/o sair da zona de conforto. É importante respeitar as identidades, mas elas não devem se fechar em si mesmas, não podem fazer disso uma tribo. A diversidade e as múltiplas identidades precisam dialogar entre si, ou seja, a formação deve propiciar diálogos improváveis entre segmentos que, até então, não estavam em interação. A construção de conexões no processo de formação parte da trajetória individual da/o educanda/o, mas as múltiplas trajetórias devem ser “lidas” e trabalhadas à luz do contexto sociopolítico, de modo a criar convergências, ou seja, um denominador comum que possibilite avançar na luta por direitos. As questões de gênero, raça e orientação sexual são fundamentais na formação.

Gostei muito da expressão que se usou: o processo de formação tem de propiciar o “sair daqui”, assim como reflexões, repertórios e instrumentais para que as/os jovens possam ampliar suas escolhas, afirmar seus direitos e construir trajetórias de vida significativas para si. A formação deve ter como objetivo final propiciar às pessoas reflexões, recursos e mais instrumental para que seus caminhos de vida não sejam compulsórios, isto é, “você nasceu aqui, este é seu lugar e aqui você ficará”. A questão do “sair daqui” é bastante forte e reveladora do pro-

Princípio número um: trabalhar com as/os jovens como sujeitos de direitos. Não se pode perder essa dimensão.

O processo de formação deve contribuir para a construção da autonomia, o que envolve necessariamente conflitos e contradições. A formação precisa fazer a/o educanda/o sair da zona de conforto.

A construção de conexões no processo de formação parte da trajetória individual da/o educanda/o, mas as múltiplas trajetórias devem ser “lidas” e trabalhadas à luz do contexto sociopolítico, de modo a criar convergências, ou seja, um denominador comum que possibilite avançar na luta por direitos.

cesso de formação. A questão da diversidade é fundamental, porém temos de considerar múltiplas causas e pertencimentos sem pretender a homogeneização das visões de mundo e dos posicionamentos. Trabalhar com a diversidade como potência, como positividade, mas

O conflito faz parte da sociedade, não pode ser abafado. Negar o conflito é negar a possibilidade da própria democracia.

também com a alteridade, eventualmente resvala no conflito. O conflito faz parte da sociedade, não pode ser abafado. Negar o conflito é negar a possibilidade da própria democracia.

Outra questão: a relação entre territórios e redes. O território é importante, mas as redes também são. Como fazer essa conexão? O PJMC deixa um saldo positivo importante no sentido de combinar formação com experimentação. A juventude é um período de experimentação. A riqueza do programa é também combinar essas duas questões tão importantes na vida da/o jovem.

Outra observação: a promoção da convivência entre segmentos organizados e a juventude não organizada. Como falamos com mais gente? Esse é um grande desafio para coletivos e jovens, e o processo de formação pode ajudar muito nisso.

Sobra a escola e a educação formal, fiz uma pesquisa com jovens no fim do ano passado. No início do discurso, todos afirmavam que a educação é péssima, defasada, mas é interessante que, quando falavam de sua experiência pessoal, havia um resgate do espaço da escola. Alguns diziam que na escola aprenderam a falar em público, a pegar o microfone, a se colocar. As moças e os moços entrevistadas/os batem, batem na escola, mas sentem saudades de algumas/uns professoras/es que fizeram diferença em sua vida. Então, a escola, por pior que seja, é um espaço importante.

A formação é um grande desafio. Há uma linha tênue entre educadora/or e educanda/o. A/O educadora/or tem de se colocar, não pode

A formação é um grande desafio. Há uma linha tênue entre educadora/or e educanda/o. A/O educadora/or tem de se colocar, não pode se eximir de sua responsabilidade, por mais jovem que ela/e seja; ela/e está em outro lugar.

se eximir de sua responsabilidade, por mais jovem que ela/e seja; ela/e está em outro lugar; ela/e pode ter uma faixa etária próxima à da/o educanda/o, mas está em outro lugar, fala de outro lugar, o lugar de fala dela/e é diferente. A formação

supõe também pensar metodologias, as formas de abordagem, as interações. Sem fazer conexões com os educandos é difícil chegar lá, fazer um bom trabalho, por isso o afeto, o cuidado com o outro, reparar que o outro não veio, que faltou no dia da formação.

É importante ir criando momentos de troca que possam gerar sinergias para fazer avançar os processos dos quais as/os jovens participam, sejam nos territórios, nas redes, nos cursinhos etc.

Precisamos trocar aprendizados e metodologias. A conjuntura está adversa e a formação política se coloca como um grande desafio.

É isso que apareceu nas intervenções. Fica claro que esta conversa não pode parar aqui, pois as experiências são muito ricas para compartilhar. Precisamos de mais momentos como este.

Agradecimentos e despedidas

Hamilton Faria

Agradecemos Raquel Luanda, Daniel Fagundes, Louise Marinho pelas falas inspiradoras; Alexandre Barbosa Pereira pela contribuição escrita; Anna Luisa Salles Souto, pela síntese e comentários críticos.

Esta manhã foi importante para o fechamento de um ciclo e abertura de outro. Não sabemos como a vida transcorrerá daqui para a frente. O fato é que, independentemente do término do programa, nossas relações criativas continuarão sempre, pois estamos num campo comum de interesses e vivências.

Estamos muito satisfeitos com o que ocorreu aqui. Nossas trocas continuarão em outros momentos.



**FORMAÇÃO
TEÓRICA:
ARTEMETODOLOGIA
E POÉTICAS DO
APRENDIZADO**

Contexto

Antes da apresentação da artemetodologia aplicada ao Programa Jovem Monitor/a Cultural (PJMC), é necessário destacar e contextualizar as potencialidades, os desafios e os impasses na formação teórica com jovens entre 18 e 29 anos que atuam em equipamentos culturais da cidade de São Paulo, interagindo nesses equipamentos e nos territórios, como expressão da cidadania cultural.

O programa nasceu da necessidade de uma política pública de gestão cultural e formação para juventudes na cidade. Juventudes no plural, por incluir as várias narrativas, trajetórias e maneiras de ser jovem hoje em dia. É, portanto, uma política em construção da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) com atuação em territórios orgânicos e culturais da cidade definidos pelas macrorregiões distritais que se constituiu por meio de uma lei municipal de 2009. Em 2013, tornou-se programa formativo em cidadania e diversidade cultural, gestão cultural, políticas públicas e de juventudes.

Por se tratar de uma política municipal nova que envolve juventudes, agentes culturais, gestores públicos de cultura na cidade e organizações não governamentais da sociedade civil, o Programa Jovem Monitor/a Cultural contém, desde sua gênese, uma complexidade enorme. São muitas as demandas apresentadas pelo mercado de trabalho no campo da cultura que em oposição à afirmação de projetos, programas e práticas culturais permanentes, continuados e que favoreçam a gestão cultural cidadã com diversidade.

As políticas públicas notoriamente não apresentam instrumentos eficazes de gestão partilhada. Por outro lado, não há meios de monitoramento suficientes para a efetivação de amplos direitos sociais no campo das políticas culturais para juventudes. Esse cenário é muito recente e demanda esforços extremos na tentativa de fortalecer ações, programas e projetos e ampliá-los. Vale ressaltar que o PJMC se encontra exatamente neste ponto: uma política em plena evolução e desenvolvimento. Trata-se de uma conquista recente sujeita a conjunturas específicas das políticas públicas e dos cenários sociopolíticos. Importa observar com atenção as diretrizes dessa política e todas as dificuldades nos processos burocráticos e administrativos e na legislação que a envolvem.

As políticas públicas notoriamente não apresentam instrumentos eficazes de gestão partilhada. Por outro lado, não há meios de monitoramento suficientes para a efetivação de amplos direitos sociais no campo das políticas culturais para juventudes.

Experimentação de forma ampliada

Diante desse cenário, a formação no programa facilita a inserção de jovens no campo da experimentação em gestão cultural, a todo momento dialoga com o campo do trabalho e ainda discute quem são e o que querem as juventudes atualmente, entendendo as/os jovens como sujeitos de direito de sua própria vida. Jovens que impactam e até desestabilizam algumas estruturas arcaicas, burocráticas e de manutenção de poder nas relações formativas e na atuação prática em equipamentos culturais da cidade de São Paulo. Baseia-se na experimentação¹ e na formação para a vida de forma alargada.

Propõe a abordagem de temas vinculados a três eixos principais: cidadania cultural; gestão cultural; políticas públicas e de juventudes.

A formação teórica abrange um rico e variado conjunto de temáticas fundamentais das áreas da cultura, como: políticas culturais e de juventude; diversidade e cidadania cultural; interculturalidade; convivência cidadã e cultura de paz; políticas públicas; linguagens artísticas; arte-educação; programação e produção cultural; direito à comunicação e comunicação colaborativa; diversidade sexual. Discute relações de poder, de gênero, racismo, entre outras. Propõe a abordagem de temas vinculados a três eixos principais: cidadania cultural; gestão cultural; políticas públicas e de juventudes. Esses eixos vinculam-se à construção de indicadores de resultados no programa, de maneira a incentivar essas políticas culturais de juventudes na cidade de São Paulo, bem como fortalecer os equipamentos e departamentos da Secretaria Municipal de Cultura no desenvolvimento de processos qualificados no campo da gestão cultural com a presença de jovens em formação.

A proposta formativa do programa sugere que cada jovem, durante um ano de formação, seja orientada/o por, ao menos, uma/um gestora/or formadora/or. Ao poder público, cabe esse acompanhamento nas 24 horas de atuação dessas/es jovens nos equipamentos e em outros momentos com profissionais da área de cultura, no caso das instituições conveniadas, que desenvolvem os encontros formativos, às segundas-feiras, durante um período de seis horas, e visitas territoriais semanais ou quinzenais conforme acordos estabelecidos.

O programa prevê, dessa maneira, atividades formativas durante trinta horas semanais, sendo 80% da carga horária destinada à for-

1 Art. 2º do princípio V – promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral da/o jovem (Estatuto da Juventude).

mação prática, no equipamento cultural para o qual a/o jovem foi selecionada/o, o que corresponde a 24 horas semanais; e 20% destinada à formação teórica, realizada às segundas-feiras pelo Instituto Pólis, com uma carga horária de seis horas. O controle de frequência realizado semanalmente, previsto em decreto de lei, observa uma frequência mínima de 75% tanto na formação prática quanto na teórica no trimestre. A carga horária é de 294 horas de formação teórica e aproximadamente 1.440 horas de formação prática em equipamentos culturais da cidade de São Paulo. O Instituto Pólis realiza as formações teóricas desde 2014.

O programa prevê, dessa maneira, atividades formativas durante trinta horas semanais, sendo 80% da carga horária destinada à formação prática, no equipamento cultural para o qual a/o jovem foi selecionada/o, o que corresponde a 24 horas semanais; e 20% destinada à formação teórica, realizada às segundas-feiras pelo Instituto Pólis, com uma carga horária de seis horas.

Artemetodologia e auscultas socioculturais: o fazer e o pensar em unidade

A formação teórica no Programa Jovem Monitor/a Cultural está organizada de forma a estimular uma abordagem transversal nos campos teórico e prático das experiências em gestão cultural, oferecendo às/aos participantes informações, orientações e vivências que propiciam a circulação de ideias e debates das políticas culturais e de juventudes.

A metodologia é viva e oferece uma formação integral, participativa, localizada na educação não formal cultural, para a ampliação de repertórios e a troca de experiências, por meio de ações dialógicas de escuta e aprendizado coletivo. Consideram-se as narrativas, potenciais transformadores, múltiplas trajetórias e visões de mundo que as “juventudes” refletem no debate atual das políticas socioculturais, afirmativas e de garantia de direitos das pessoas. As práticas metodológicas são fundamentadas no direito à experimentação, no protagonismo por meio de iniciativas no campo da formação teórica e prática, na capacidade de elaborar e desenvolver projetos priorizando os diálogos em roda (pedagogia da circularidade) e nas vivências intergrupais, com auscultas socioculturais e artemetodologia.

A auscultas sociocultural é uma escuta qualificada de grupos ou pessoas do território (ambiente) a que pertencem e de sua condição de vida

A metodologia é viva e oferece uma formação integral, participativa, localizada na educação não formal cultural, para a ampliação de repertórios e a troca de experiências, por meio de ações dialógicas de escuta e aprendizado coletivo.

Reproduzia racismos, machismos e outros preconceitos, por estarem enraizados e estruturados dentro de mim e na sociedade que vivemos. O Programa Jovem Monitor/a Cultural possibilitou discussões e desconstruções. Além do mais, eu nunca havia trabalhado em equipe dessa forma, e isso me ensinou muito sobre respeito. Mudou minha vida individual e profissional. Ana

Pinez, Centro Cultural da Penha

(subjetiva), visando ao fortalecimento de ações, à criação/proposição de políticas, à potencialização e ocupação de espaços públicos e ao enriquecimento de imaginários e sentimentos. Ela se orienta por princípios de autonomia, empoderamento, diversidade e protagonismo dessas juventudes e busca reconhecer os desafios de ser jovem, fortalecer identidades, ampliar a escuta ativa, diagnosticar ruídos (conflitos, subjetividades, perspectivas, anseios).

Já a artemetodologia é a instrumentalização das auscultas socioculturais, por meio do compartilhamento de valores estéticos, artísticos e culturais

Já a artemetodologia é a instrumentalização das auscultas socioculturais, por meio do compartilhamento de valores estéticos, artísticos e culturais do grupo e em outras práticas interativas. É um método socioafetivo de acolhimento com arte, criatividade, interação, construindo círculos de confiança e proposições em políticas públicas.

do grupo e em outras práticas interativas. É um método socioafetivo de acolhimento com arte, criatividade, interação, construindo círculos de confiança e proposições em políticas públicas. Essa prática possibilita aos participantes conectarem-se com a atuação cidadã, os direitos e as responsabilidades humanas, a cultura local, a diversidade e cidadania cultural, o cuidado com a cidade e relações saudáveis com a comunidade da vida.

Vale destacar que, em tais ações, a artemetodologia considera o processo formativo mediado pela experiência político-pedagógica emancipatória, que visa à ampliação de repertório e o protagonismo. Assim, propicia a oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento no campo da criação, da expressão, das políticas públicas e da comunicação.

Diante disso, as diretrizes metodológicas para o Programa Jovem Monitor/a Cultural, na maneira pela qual são compreendidas pelo Instituto Pólis, propõem um processo educativo que não dissocia o fazer do pensar e não segmenta linguagens socioculturais e conteúdos, entendendo-os como partes de um processo permanente de significação e criação.

O principal objetivo da formação teórica é facilitar uma experiência às/ aos jovens diante dessas diretrizes, que também são práticas de valorização da vida, e garantir subsídios teóricos que ampliem o universo destas/es para a cidadania, a gestão cultural, a cultura de paz, a diversidade, os direitos culturais, o direito à comunicação, o direito à cidade e os direitos humanos. Isso de forma dialógica e sistêmica, por meio do fazer criativo e do fruir de linguagens, conteúdos e ações.

Algumas referências conceituais e metodológicas na execução da formação com jovens monitoras/es culturais compreendem os quatro pilares da educação para o século XXI (Unesco, Jacques Delors): aprender a conhecer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a fazer.

Parte da bibliografia indicada no planejamento pedagógico compreende ensinamentos e referências de educadores como Ana Mae Barbosa, Lydia Hortélio, Maria Amélia Pinho Pereira, Madalena Freire, Jacques Delors, Paulo Freire, Edgar Morin, Moacir Gadotti, Jorge Larrosa Bondía, Rubem Alves, Lia Diskin, Ecléa Bosi, Célio Turino, Ana Maria Rios, Hebe Maria Mattos, Guacira Lopes Louro, José Márcio Barros, Agustí Nicolau Coll, entre outros, além das reflexões, estudos e pesquisas dos próprios integrantes da área de cultura, do Pontão de Convivência e Cultura de Paz e demais áreas do Instituto Pólis.

Algumas referências conceituais e metodológicas na execução da formação com jovens monitoras/es culturais compreendem os quatro pilares da educação para o século XXI (Unesco, Jacques Delors): aprender a conhecer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a fazer.

O plano da formação teórica do programa tem como parâmetro a mencionada leitura de indicadores de resultados para as ações do PJMC como forma de conhecimento estruturado sobre determinada realidade sociocultural. A metodologia aposta nessa relação e na troca colaborativa para a ampliação de repertório e protagonismo, este último entendido como as iniciativas e ações realizadas pelas/os jovens no decorrer do processo formativo, que tem duração de um ano.

O protagonismo, individual ou coletivo, se refere às iniciativas que muitas vezes são destacadas em território e dialogam diretamente com pressupostos da formação teórica no programa. Estão associadas na perspectiva de preparar essas/es jovens na construção da vida, contribuindo para sua inserção no campo da cultura, na sociedade, na cidade, nos espaços públicos culturais e outros. A metodologia provoca as/os jovens para que de fato exerçam o protagonismo em todos os momentos da formação teórica e prática. Nem sempre acontece como previsto, dentro ou fora dos equipamentos culturais, porque cada gestão realiza um acompanhamento por meio de um plano de formação diferenciado ou pouco estruturado. É possível perceber que essas/es jovens têm um protagonis-

mo real nas falas, nos coletivos em que atuam ou em outros fazeres não necessariamente no âmbito do programa.

A ampliação de repertório se refere a conhecimentos, habilidades, conteúdos adquiridos e partilhados. As formações acontecem no programa contemplando as seguintes metodologias:

- Palestras e vivências com especialistas, coletivos culturais, artistas e representantes de redes de cidadania cultural, políticas públicas e comunicação.
- Ausculta socioculturais ministradas pela equipe do Pólis e por especialistas, no que tange à ampliação do diálogo intercultural e ao direito à cidade pelas juventudes no eixo periferia-centro, centro-periferia, mas também considerando que “a periferia é o centro”.
- Aulas expositivas com gestoras/es e pesquisadoras/es da área da cultura.
- Leitura, discussão e produção de textos sobre diversos temas das políticas culturais.
- Encontros interculturais entre as/os jovens e outros segmentos da diversidade.
- Círculos e rodas de conversa entre as/os jovens para troca de experiências e elaboração de atividades culturais.
- Cineclube Pólis – sessões com filmes sobre jovens e cultura, além de debates que potencializam a formação.
- Expressões artístico-culturais – saraus, eventos, shows, mostras culturais, grafites, poemas, atividades culturais em espaços públicos.
- Aulas expositivas com especialistas e gestoras/es dos equipamentos e profissionais dos departamentos culturais, núcleos e equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura.
- Reuniões periódicas de planejamento, avaliação e indicadores de resultados da formação teórica e prática.
- Oficinas práticas com artemetodologia das ausculta socioculturais.
- Visitas técnicas a equipamentos culturais e outros.
- Diálogos territoriais e interculturais com mapeamentos afetivos e laboratórios de construção de projetos.

Outro aspecto igualmente importante da artemetodologia proposta é a transversalidade de temáticas atuais que compreendem a interação com algumas áreas² e o plano de ação curricular, cuja efetivação se dá por meio da cooperação e do diálogo, que pautam os valores e princípios institucionais na relação com o Programa Jovem Monitor/a Cultural da SMC.

A relação se faz, assim, entre educandas/os e educadoras/es, na perspectiva da aprendizagem compartilhada em processo de construção contínuo. Atualmente, essas vozes em formação são compreendidas como processos, narrativas construídas e travessias na experimentação em gestão e cidadania cultural.

Poéticas e formação teórica

É premissa nas formações teóricas que expressões poéticas e manifestações sensíveis fazem parte dos fazeres e saberes compartilhados na formação. Destacamos as que estão ativamente presentes:

- **Poéticas de vida:** depoimentos diversos, testemunhos, histórias marcadas fundamentalmente pelo ser em contraposição ao ter.

- **Poéticas artistas e ativistas:** jovens feministas, dos coletivos culturais periféricos, do movimento negro, dos esportes, do hip-hop, das literaturas, das linguagens artísticas e outras. Exemplo disso é a jovem Malala Yousafzai. Ativista paquistanesa laureada com um Prêmio Nobel da Paz, ela afirmou certa vez que “percebemos a importância de nossa voz quando somos silenciadas”. Sua referência ao direito à educação em países como o Paquistão desperta a urgência de resistir e vencer obstáculos para garantir acesso a sonhos e segui-los. Embora em realidades tão diferentes, jovens no Brasil lutam pelos mesmos ideais. Jovens participantes do PJMC são muito envolvidas/os com essas ações.

- **Poéticas de valores:** como os princípios de alteridade, solidariedade, criatividade, responsabilidade, compromisso e mediação de conflitos. Evocando também a frase da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie – “Escolher escrever é rejeitar o silêncio” –, é válido um

É premissa nas formações teóricas que expressões poéticas e manifestações sensíveis fazem parte dos fazeres e saberes compartilhados na formação.

² Democracia e Participação; Direito à Cidade e Urbanismo; Cultura de Paz; Segurança Alimentar e Nutricional; Inclusão e Sustentabilidade.

O PJMC abriu minha visão para o mundo, conheci muitos assuntos que eu vou levar para a vida. Poder questionar com argumentos. Sou uma pessoa mais tolerante e segura. O programa nos faz nos sentirmos especiais, um lugar onde eu posso falar minha opinião e sou ouvida, e ela faz a diferença. Gabriela da Silva Alvim, Centro Cultural da Penha

destaque para as poéticas incentivadas e realizadas durante todos os encontros formativos: poética escrita, em narrativa e prosa. Os livros *Escritos e imaginários*³, volumes I e II (2015 e 2016), são os produtos concretos dessa experiência. Além dos escritos, publicaram-se imagens, desenhos e fotografias que falam alto, soam, ressoam identidades, visões de mundo, ações e percepções que circulam como produções culturais na e da cidade.

As poéticas vitalizam os resultados no campo cultural e fortalecem as identidades das/os jovens, que em sua quase totalidade vivenciam processos

As poéticas vitalizam os resultados no campo cultural e fortalecem as identidades das/os jovens, que em sua quase totalidade vivenciam processos artísticos nos territórios.

artísticos nos territórios. Em processos formativos de jovens, considera-se a primazia de tais poéticas, que imprimem as marcas locais de seus grupos de referência/existência.

3 As edições são construídas com base em criações que trazem visões multifacetadas de jovens que expressam seus sentidos existenciais por meio da arte e do fazer cultural. Com um amplo repertório, os textos e as imagens são de variados tons e temas e abordam as condições existenciais e sociais do “ser jovem” numa grande metrópole, com um olhar crítico e criativo. Você pode encontrar os livros em: <<http://polis.org.br/publicacoes/escritos-e-imaginarios/>> e <<http://polis.org.br/publicacoes/escritos-e-imaginarios-ii/>>.

Políticas públicas e de juventudes – alguns casos reais

As políticas de juventudes na cidade de São Paulo, na área da cultura, podem ser ampliadas e ressignificadas. A criação e efetivação dessas políticas requerem compromisso e investimento do poder público. O PJMC traz a possibilidade de impulsionar aspectos dessa política com a presença de juventudes, organizadas ou não, por estarem mais próximas da gestão da SMC, atuantes na experimentação em cidadania e gestão cultural. É um novo jeito

de inferir e mover a máquina pública. A/O jovem monitora/or é uma/um articuladora/or local comunitária/o. Isso leva os equipamentos a fomentar ações culturais e propostas que dialogam diretamente com as pessoas do

entorno. As/Os jovens trazem inquietações, indagações e reivindicações no contexto da atuação e das formações teóricas a todo momento, numa busca por maior unidade nos processos de educação continuada.

A/O jovem como sujeito da própria vida e inserido no campo da cultura constitui diversas narrativas e trajetórias, maneiras de ser e estar no mundo, nas relações, nas políticas.

A/O jovem como sujeito da própria vida e inserido no campo da cultura constitui diversas narrativas e trajetórias, maneiras de ser e estar no mundo, nas relações, nas políticas. Um dos maiores desafios que se apresentam nessa trajetória é o de refletir sobre o que as/os jovens entendem como protagonismo nos equipamentos da cultura e empoderamento nesses espaços.

As disputas de valores no PJMC se dão na intenção de, concretamente, buscar garantir o direito à cultura. Importa a definição de uma diretriz política transformadora, bem como estabelecer um conjunto das políticas de cultura no debate com a sociedade para efetivar os processos de adaptação e construção coletiva. É aqui que se destaca a importância da mediação no campo das formações culturais, principalmente quando tratam de temas relacionados às juventudes e identidades.

Durante o processo formativo, jovens passam a reconhecer e fortalecer seu ativismo político e social. As pautas sobre machismo, cultura do estupro, misoginia, cissexismo, patriarcado, feminismo, racismo institucional, comunicação como direito e limites da política cultural foram amplamente abordadas e exigiram cuidados no trato.

Isso é fundamental na formação para a vida. Para serem exploradas em suas potencialidades, as conexões entre os dois âmbitos da formação – teórica e prática – necessitam de uma didática específica desenvolvida para essa finalidade. Didática essa que tem sido visitada e revisitada com atenção em todos os ciclos do trabalho.

Constatando esses fatos, seguem alguns relatos em forma de casos, os quais evidenciam como certos dilemas apontados se concretizam e

necessitam de busca por resolução. Os nomes das/os jovens estão salvaguardados por pseudônimos. Os depoimentos nos processos de ampliação de repertório e protagonismo individual e coletivo revelam essas ações.

Caso 1 – Jovem Beatriz Andrade

Identidade e empoderamento da mulher negra. Acesso ao Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI I) em 2016. Ampliação do repertório e protagonismo.

A jovem Beatriz está no programa, no segundo ciclo (desde 2014), devido à implantação de um projeto-piloto de segundo ano no PJMC. Durante o processo de diálogo, avaliação e acompanhamento dos indicadores no programa, Beatriz menciona que no centro cultural em que atua (na Zona Leste) se organizou com outras jovens do território por causa da demanda de discussão sobre racismo, identidades e políticas públicas no território, descentralizando o debate e fazendo-o chegar a outros lugares.

Surgiu nesse contexto um sarau de fortalecimento das identidades de mulheres negras, que foi inaugurado em março de 2016 no próprio equipamento de atuação da jovem e se estabeleceu com o objetivo de fortalecer o movimento negro e feminista das periferias. A ideia do sarau surgiu em 2015, quando, com outras participantes da edição do PJMC, elas perceberam a necessidade de buscar seu lugar de fala. Com base em reflexões sobre a solidão da mulher negra e outras temáticas étnico-raciais, decidiram se organizar para atividades socioculturais em diálogo com outras mulheres.

O projeto visa promover a valorização e o fortalecimento da cultura afro-brasileira por meio de ações socioculturais protagonizadas por mulheres

pretas e periféricas da cidade de São Paulo. Isso se dá em encontros, debates e atividades que subvertam o silenciamento, potencializando as vozes das mulheres, contribuindo para a resistência, o empoderamento e a visibilidade, e respeitando a condição racial e social à qual pertencem. Assim, busca visibilizar a integração da mulher preta e/ou LGBT e de periferia ao contexto sociocultural da cidade de São Paulo. O sarau conta com uma programação rica em linguagens artísticas, como poesia, artes visuais, música, literatura, teatro, dança, entre outras.

A jovem, que se encontra em formação continuada⁴, afirmou: “O PJMC abriu portas para mim na área cultural, foi de extrema importância, mudei minha vida completamente”. A jovem destaca que, ainda por meio do programa, pôde se reconhecer e se entender como mulher negra na periferia. Ela criou um coletivo que discute questões que afetam as minorias, e, com base nos debates, surgiu a necessidade de fazer um sarau

4 A formação continuada ocorreu durante 2016, quinzenalmente, apenas com jovens do ciclo do PJMC, a fim de fortalecer aprendizados e promover ampliação de redes, possibilidades de atuação profissional e de geração de renda no campo da cultura.

integrando o movimento LGBT por entender que há muitas mulheres transexuais negras nas periferias.

É possível verificar que, no caso apresentado, resguardada a identidade da jovem monitora, os indicadores de ampliação de repertório e protagonismo são evidenciados. Graças ao desenvolvimento e ao acompanhamento da formação durante o ano de 2015, e incentivada por outras jovens – mas, sobretudo, por uma inquietação e urgência em tratar de temas relacionados à negritude, ao racismo e ao feminismo –, a jovem Beatriz mobilizou conhecimentos e articulou ações com outras jovens. Assim elas escreveram o pro-

jeto que veio a ser contemplado pelo Programa VAI (edição 2016).

A jovem Beatriz, graças à ampliação de repertório no PJMC, reconheceu sua identidade e ancestralidade, exerceu protagonismo, entendido como iniciativa, e, por meio da execução do projeto do sarau dentro do equipamento público cultural, ampliou uma rede de contatos e possibilidades que fortaleceram a proposta, com apoio da gestão imediata, da comunidade e de coletivos que se uniram à proposta. A ideia inicial se concretizou não apenas em forma de evento, mas também na prática exercida como direito ao ato de criar e fazer cultura.

Caso 2 – Todas/os as/os jovens: aprendizados

Conflitos explícitos surgiram na relação interpessoal entre as/os jovens em diversos momentos. Diante deles, a equipe do Pólis buscou mediar o que apareceu nos encontros às segundas-feiras e acompanhar as repercussões no território. Foi um processo desgastante por um lado e, ao mesmo tempo, um forte aprendizado para todas/os as/os envolvidas/os. Em alguns períodos da formação teórica foi importante lidar com os conflitos e encaminhamentos de pedidos/observações do grupo de jovens.

Vale destacar a mediação de conflitos e as negociações realizadas no programa, que dialogam diretamente com a formação teórica.

De março a maio, aconteceram no país episódios muito fortes de violência contra a mulher. Em um deles, no Rio de Janeiro, uma garota foi estuprada por 33 homens, e as redes sociais

viralizaram vídeos de teor antiético e criminoso. Logo em seguida, deu-se a violência com Luana Barbosa dos Reis, abordada e espancada por policiais militares em Ribeirão Preto. Luana morreu cinco dias depois em decorrência de uma isquemia cerebral causada por traumatismo cranioencefálico⁵. Esses fatos ocorrem diariamente no Brasil.

Nesses dois episódios, as jovens do programa trouxeram os fatos ocorridos para a formação e fizeram atos públicos contra o machismo, que reconheceram em alguns dos jovens do programa, demonstrando legitimidade, força, indignação e raiva. Houve desentendimentos e agressões verbais

5 A matéria completa está disponível em: <<http://ponte.cartacapital.com.br/>>, de 25 abr. 2016.

no grupo, e a equipe do PJMC/Pólis intercedeu e assegurou a comunicação não violenta, uma das marcas do trabalho da área de cultura no Pólis. Também indicou institutos que atuam para o avanço dos direitos das mulheres e contra a violência, como o Geledés – Instituto da Mulher Negra, o fundo ELAS, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras e o Centro Feminista de Estudos e Assessoria. A formação teórica contribuiu com indicações e referências nesse sentido.

Essas questões são muito viscerais e surgiram naquele momento de forma energética, com desdobramentos. A equipe trabalhou gradativamente e em encontros posteriores as relações de gênero e sexualidade, raça e etnia, opressões que são muito presentes na discussão com juventudes, trazendo especialistas e abrindo o diálogo. Outros conflitos surgiram no contexto das intolerâncias, principalmente intolerância religiosa e relativa ao genocídio da população negra, tratadas constantemente nas rodas de conversa e oficinas. As desigualdades sociais e os recortes de classe também foram temáticas abordadas com ênfase.

São todas essas realidades que permeiam a gestão político-pedagógica do PJMC e o planejamento pensado ao longo de um ano nas formações. Isso requer atenção sem perder o foco e os limites, além de esforço de todas as partes e muito diálogo. Nesse aspecto, o Instituto Pólis contribui com pesquisas que mostram realidades e norteiam ações e políticas em juventudes que foram apresentadas e debatidas durante os encontros formativos. O trabalho nessas situações mencionadas requer

a mediação de conflitos, como uma forma de resolução possível, na qual uma terceira pessoa facilita o diálogo dispondo-se a transformar um contexto adverso em colaborativo.

Sobre os encontros de formação, as escolhas dos temas, das/os convidadas/os, as discussões, os conteúdos e a maneira pela qual as questões se encadearam, foram muitos os instantes de interlocução com jovens e gestão compartilhada. O planejamento pedagógico procurou apresentar uma variedade temática estruturada nas diretrizes do PJMC, nos limites de formação e trabalho, identidades, comunicação, culturas, elaboração de projetos, vivências integradoras, pesquisas e propostas das/os jovens. Quanto às trajetórias das/os jovens nesse processo de formação, muitas narrativas foram construídas. É possível encontrar relatos no site do programa e do Pontão de Convivência e Cultura de Paz.⁶

Entre os desafios encontrados também está a necessidade de formação para gestores do programa, pois existe um tempo burocrático diferente do tempo das juventudes e da própria cultura. O fazer nos espaços institucionais é moroso; mudanças institucionais levam tempo para acontecer; apropriação, confiança e sentido de parceria se constroem pouco a pouco. E as/os jovens caminham com decisão e rapidez.

6 <<http://jovemmonitorcultural.prefeitura.sp.gov.br>> e <www.convivenciaepaz.org.br>.

Um olhar de equipe sobre 2016

Uma avaliação recente dos últimos seis primeiros meses de 2016 demonstra maior aproximação dos fazeres e saberes culturais territoriais por parte das/os jovens, o que as/os levou a entender um pouco melhor as dinâmicas do próprio programa. Inovador na cidade e com uma série de frentes e conexões, é um programa tripartite: envolve juventudes das e nas periferias de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura e instituições conveniadas, como a Ação Educativa e o Instituto Pólis.

Após junho de 2016, as/os jovens desenvolveram seus projetos dentro de equipamentos ou nas comunidades. Aproximadamente 39 projetos foram propostos por jovens monitoras/es (alguns executados, alguns em andamento e outros ainda no campo das ideias), mas muitos deles receberam apoio da gestão local e tiveram respaldo da equipe de acompanhamento de território do Pólis.

Além disso, a artemetodologia do programa implementado pelo Instituto Pólis prevê a participação direta de jovens na produção e programação de formações teóricas. Assim, as/os jovens têm a oportunidade de realizar, coletivamente, a formação teórica, sendo facilitadoras/es ou trazendo parcerias. Vivências e experimentações em conceitos e dinâmicas culturais, gestão na cidade, projetos e programas, e oficinas de linguagens artísticas demonstraram um tipo de resultado que descreve todo um conjunto de habilidades, repertórios e potenciais desse papel em formação. Um dos maiores desafios são as seis horas de formação teórica na semana. Trabalhar os três eixos propostos – cidadania, gestão e políticas públicas e de juventudes – compreende um grande esforço por parte da equipe do programa. Trimestralmente o cronograma passa por uma avaliação com as/os próprias/os jovens, que trazem o retorno daquilo que vivenciaram e apreenderam. Questões que poderiam ser aprofundadas ficam referenciadas e indicadas.

Mais recentemente, as/os jovens acompanharam desde o começo as discussões sobre a audiência do orçamento para 2017. Desde o início de novembro, quando aconteceu a primeira audiência pública do Orçamento 2017, as/os jovens tanto do Pólis quanto da Ação Educativa se mobilizaram, de forma autônoma e com protagonismo. Foi uma demanda que elas/es trouxeram para as equipes das instituições conveniadas e para a coordenação de gestão do programa na Secretaria Municipal de Cultura.

Os grupos e movimentos de cultura foram representativos em todas as audiências e também os mais organizados. O intuito foi pautar a necessidade de continuidade da política pública do PJMC diante de vereadoras e vereadores. Eles puderam falar e apresentar dados na Câmara Municipal de São Paulo. Elaboraram um documento, encaminharam-

-no, participaram da temática de cultura, quando novamente tiveram voz e vez, depois se articularam para uma assembleia do PJMC. As/Os jovens estão totalmente envolvidas/os e empenhadas/os na continuidade do Programa. Pautam a necessidade de o PJMC ser uma política de Estado, e não de governo.

O tempo das oportunidades

Este texto é uma tentativa de registrar a memória de um tempo que vai ficar. Tempo das oportunidades, das possibilidades, das impossibilidades, das potências e das fragilidades.

A construção e aprendizagem do programa nos anos de 2014 a 2016 estão atreladas a um percurso de escolhas nem sempre acertadas, mas fiéis aos ideais libertários e democráticos, a didáticas de ação-reflexão-ação e ao empenho de uma equipe comprometida, visando reforçar os canais de escuta e acolhimento das/os jovens no processo continuado de formação do PJMC. Todo esse processo teve o intuito de alinhar procedimentos, fluxos e diretrizes para a conexão da formação teórica com a formação prática e, no acompanhamento realizado pelos agentes de formação, teve o objetivo de facilitar a síntese a ser realizada pelas/os jovens entre a formação teórica e prática nos encontros em território.

Durante o ciclo das formações foi possível criar novas parcerias, desenvolver olhares e contribuições, o que ampliou muito esse lugar que é pensado, construído e desconstruído a todo momento, o lugar da educação cultural. A própria equipe do Pólis/PJMC percebeu o quanto é importante se desconstruir, num processo de novas buscas e referência de repertórios, relações e convivências. Na formação, destacada como um procedimento de interação, educadoras/es e educandas/os foram negociando expectativas e frustrações, sem encobrir conflitos e contradições, num contínuo para facilitar a construção da autonomia dos sujeitos que envolvem tais relações.

Como Jorge Larrosa Bondía expõe⁷, a educação como crítica política produz sujeitos críticos habilitados em estratégias reflexivas que visam à atuação política e reproduzem práticas na vida em sociedade. E a educação como experiência procura educar por meio dela, produzindo ou não sentidos. Experiência significa aquilo que nos passa, atravessa, o que nos acontece. Apesar de muitas coisas nos perpassarem, não absorvemos nem interiorizamos ou acolhemos tudo. Isso parece um contrassenso, uma vez que vivemos em uma época em que temos acesso a muitas informações, contudo Bondía afirma que, ao contrário do que imaginamos, informação em excesso torna

7 <www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>.

rara a experiência da vida, das trocas, dos tempos de entendimento, da exposição ao novo, da receptividade e abertura para a transformação.

É necessário separar o saber da experiência do saber das coisas, propor diálogos que permitam conexões com as trajetórias individuais dentro de um contexto sociopolítico, que quebre as zonas de conforto em processos formativos instituídos e estruturados. Manter essa perspectiva é trabalhar com as/os jovens como sujeitos de direitos. As juventudes sabem e vivem, urgentemente, todas as esferas da vida, dos fazeres, dos saberes, dos sentires. As/os jovens estão em um momento de vida de resistência, afirmação da identidade e luta por direitos essenciais. O PJMC busca trazer suporte para tais realidades.

Recentemente, na formação teórica de 30 de outubro de 2016, foi possível realizar a experiência na OCA Escola Cultural⁸. O encontro foi promovido por educadoras/es com crianças e adolescentes de 14 a 17 anos, em rodas de saberes e brincadeiras populares. Quando propuseram interação e jogos lúdicos a um grupo de 36 jovens, muitos que só observavam as formações, sem muita interação, não somente entraram na proposta, mas envolveram-se. De repente, o cenário era de transmutação: crianças e jovens estavam tocando, dançando e brincando juntos brincadeiras de roda, cirandas, duas cordas, maracatu, jongo.

Essa vivência formativa conectou a experiência do saber e o saber da experiência, assim como efetivou caminhos de continuidade para o planejamento, ações formativas e crescimento do Programa Jovem Monitor/a Cultural, pautados nos quatro pilares da educação para o século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Como gastar o fio da vida ⁹

Ressoa, por fim, uma frase da educadora Maria Amélia Pereira: “Eu encontrei um bando de crianças, um com uma pipa na mão e as outras atrás dizendo: ‘Batiza, batiza, batiza!’ Eu parei e disse: ‘Gente, o quê que é isso, quê cês tão batizando?’ Aí o menino disse assim: ‘Aquela pipa, porque o menino usou o fio inteiro da linha. A pipa é batizada e ninguém mais pode cortar ela’. E aí eu assoiei: brincar, pra mim, é usar o fio inteiro de cada ser. Quando você tá usando o seu fio de vida inteiro, você tá brincando. E é profundamente sério isso”.

8 OCA Escola Cultural: <<https://ocaescolacultural.org.br>>.

9 Parte do texto neste capítulo integra a monografia apresentada ao curso de Gestão Cultural do SESC SP (2015/2016) por Martha Lemos com o título – *Gestão Cultural e Programa de Formação para Juventude: Interfaces entre formação teórica e prática no Programa Jovem Monitor Cultural*, entregue em maio de 2016.



**EU COMUNICO
TU COMUNICAS
NÓS COMUNICAMOS**

Comunicação e Juventudes no PJMC/Pólis

Desde o início do convênio com a Secretaria Municipal de Cultura (SMC), a Assessoria de Comunicação do Instituto Pólis desenvolveu diversas ações no âmbito do Programa Jovem Monitor/a Cultural (PJMC). Tais ações não apenas deram visibilidade ao trabalho desenvolvido pela instituição, proporcionando a criação de uma memória da política pública, mas também tiveram o caráter formativo *para* e *com* as/os jovens monitoras/es e a equipe do PJMC/Pólis.

Foram ações de produção de textos jornalísticos, edição de vídeos e fotos, e comunicação interna e externa que deram visibilidade a essa importante política pública para as juventudes de São Paulo.

Comunicação, um processo formativo e colaborativo

Informação e *formação* foram dois elementos importantes para nortear as ações da Assessoria de Comunicação. Além de disseminar conhecimento em seus mais diversos meios, o Instituto Pólis pensou a comunicação como espaço formativo, seja na produção de conteúdo, seja em momentos específicos de formação.

Eixo importante no plano político-pedagógico do PJMC/Pólis, a comunicação foi refletida na prática e na teoria do fazer comunicacional por meio de rodas de conversa, oficinas, workshops e outras dinâmicas integrativas, sendo abordadas temáticas como direito à comunicação, liberdade de expressão, democratização da mídia, comunicação não violenta e mídias sociais, tendo sempre as juventudes como ponto de partida.

Em 2015, as/os jovens elaboraram pautas jornalísticas resultantes das formações em *Introdução à comunicação* e *Jornalismo social e comunitário*, com os jornalistas Thiago Borges, do site Periferia em Movimento, Marina Lopes, correspondente do blog Mural (*Folha de S.Paulo*), e Leandro Noronha da Fonseca, assessor de comunicação do PJMC no Instituto Pólis.

Foram produzidas pautas relacionadas ao território e aos equipamentos onde essas/es jovens estão inseridas/os. As pautas foram desenvolvidas no decorrer do programa, resultando na produção de matérias e reportagens publicadas em uma revista totalmente elaborada pelas/os jovens monitoras/es.

Informação e formação foram dois elementos importantes para nortear as ações da Assessoria de Comunicação. Além de disseminar conhecimento em seus mais diversos meios, o Instituto Pólis pensou a comunicação como espaço formativo, seja na produção de conteúdo, seja em momentos específicos de formação.

Antes do PJMC eu já fazia cultura, todos fazem, porque cultura é cotidiano, costume. Mas fazemos sem a proporção política que ela representa para a cidade. Com o programa consigo entender como funcionam as engrenagens da cultura. Possibilita contato com temáticas relacionadas a outras culturas, etnias etc. Juan Pablo (PBL), Teatro Flávio Império

Desde a comunidade boliviana na Penha, na Zona Leste, até os desafios da formação de público em alguns teatros municipais da Zona Sul, a produção jornalística pautada nas realidades dos territórios e/ou equipamentos possibilitou que essas/es jovens se apropriassem ainda mais de seus espaços, reconhecendo trajetórias, redes, emergências e potencialidades locais.

Mas como ir além da produção escrita e propiciar a experimentação em outros campos da comunicação? Para isso, foram pensadas estratégias de *comunicação colaborativa* para a segunda edição da caminhada “Culturas Negras em Movimento”, realizada em 23 de março no âmbito do PJMC.

Uma das ações foi a campanha #CulturasNegrasEmMovimento, que mobilizou dezenas de jovens monitoras/es nas redes sociais, em especial no Instagram. A câmera de seus celulares registrou em múltiplos ângulos a cidade de São Paulo. Tais conteúdos foram compartilhados com o uso da *hashtag*, deixando no mundo on-line uma produção de olhares multifacetados sobre as histórias e narrativas da cidade. No Instagram, foram feitas mais de noventa publicações com a *hashtag* #CulturasNegrasEmMovimento.

Especial Mês das Juventudes (2016)

Comemorado no dia 12 de agosto, o Dia Internacional das Juventudes é um marco na visibilização dos direitos das/os jovens. Para marcar a data, foram pensadas, em 2016, diversas ações de comunicação no âmbito do PJMC/Pólis.

Uma dessas ações foi o vídeo *Juventudes, cultura e trabalho: uma entrevista com Alexandre Barbosa Pereira*. Publicado em 5 de agosto, o vídeo é o registro da entrevista com o antropólogo Alexandre Barbosa Pereira, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Alexandre participou, em fevereiro de 2016, de uma das formações teóricas conversando com as/os jovens sobre educação, cultura, trabalho, formação e juventudes.

Outra ação do Mês das Juventudes foi a produção da matéria “É possível ser vegano/a na quebrada?”. Publicada em 18 de agosto, a matéria dialogou com temas de suma importância para o Instituto Pólis (segurança alimentar e nutricional, sustentabilidade, meio ambiente etc.), com a pauta de juventudes, mais especificamente de jovens residentes em regiões periféricas da cidade de São Paulo.

Um dos discursos mais recorrentes quando se fala em veganismo ou vegetarianismo é de que tal prática é possível apenas para pessoas com poder aquisitivo maior, tendo em vista o elevado preço dessa alimentação em alguns restaurantes especializados. A matéria surgiu não apenas para desmistificar tal discurso, mas também para propor reflexões sobre alimentação, juventudes e território, por meio de múltiplas vozes juvenis.

Por fim, a Assessoria de Comunicação produziu a série de dois capítulos #Desenrola, que entrevistou oito jovens monitoras/es do PJMC sobre juventudes, direito à cidade, cultura e territórios. Inicialmente, foi pensada a elaboração de um único vídeo, mas o rico material coletado possibilitou a produção da série curta.

O primeiro capítulo, intitulado “Ser jovem em SP”, trouxe múltiplas visões das juventudes na cidade, no qual foram narrados os desafios relacionados às violências de gênero e raça, partindo de realidades vivenciadas nas muitas periferias de São Paulo. Já o segundo capítulo, “A cultura e eu”, mostra a diversidade cultural vivenciada pelas/os jovens nos territórios da cidade. Saraus de poesia, blocos de carnaval de rua e bibliotecas comunitárias foram algumas das vivências culturais que mais impactaram as/os jovens entrevistadas/os.

GT de Comunicação

Uma política pública é construída a muitas mãos. Por isso, o PJMC criou alguns espaços de participação de atrizes e atores do programa em suas mais distintas instâncias. Um desses espaços foi o Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação, espaço de participação entre SMC, Jovens Monitoras/es – representando as seis grandes áreas da SMC (Gabinete, Centros Culturais, Teatros, Bibliotecas, Memória e Cidadania) – e assessorias de comunicação das conveniadas Ação Educativa e Instituto Pólis.

O GT de Comunicação também possibilitou que as/os jovens participantes exercessem seu direito de se comunicar. O direito à comunicação

Uma política pública é construída a muitas mãos. Por isso, o PJMC criou alguns espaços de participação de atrizes e atores do programa em suas mais distintas instâncias.

é assegurado no artigo 26 do Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013), que define que as juventudes têm “direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação”. É importante lembrar que o Estatuto da Juventude é uma das poucas legislações brasileiras que reconhecem legalmente o direito à comunicação no país.

Links

Todos os materiais de comunicação (matérias, vídeos, fotos etc.) mencionados neste capítulo podem ser acessados nos links a seguir.

#CulturasNegrasEmMovimento:

www.instagram.com/explore/tags/culturasnegrasemmovimento

Galeria de fotos das formações:

www.polis.org.br/convivenciaepaz/programa-jovem-monitor-cultural/galeria-pjmc

Redes sociais:

www.facebook.com/pontaopolis

www.instagram.com/pontaopolis

www.youtube.com/c/PontãoConvivênciaeCulturadePazInstitutoPólis

Revista PJMC/Pólis:

www.polis.org.br/convivenciaepaz/revista-produzida-por-jovens-monitores-ja-esta-disponivel-para-download


Sites:

www.polis.org.br

www.convivenciaepaz.org.br

www.jovemmonitorcultural.prefeitura.sp.gov.br

As formações teóricas ajudam muito. Tive contato com discussões de assuntos sobre os quais eu não sabia muito e aí isso muda o jeito de a gente ver as coisas. Para lidar com as pessoas agora tem mais cuidado. Igor Silva de Abreu, Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes



**GESTÃO
COMPARTILHADA
DO PROGRAMA:
ENTRE O
EQUILÍBRIO
E A INQUIETAÇÃO**

Apresentação

O Programa Jovem Monitor/a Cultural (PJMC) é um desdobramento das políticas públicas de cultura construídas pela cidade de São Paulo nos últimos vinte anos, pois resume um conjunto de direitos fundamentais da cidadania cultural: o direito à criação, formação e informação e o direito à diversidade cultural e à participação.

No contexto da cidadania cultural, o Programa Jovem Monitor/a Cultural ganha forte significado, já que tem um caráter de experimentação em questões relacionadas aos valores, conceitos e temas gerais que envolvem as questões culturais na cidade de São Paulo. Mas também cria perspectivas novas às/aos jovens participantes ao envolvê-las/os em

A experiência do programa é percebida pelas/os jovens como carregada de uma potencialidade de “fazer a diferença” e de provocar transformações quer seja nas formas da gestão, quer seja na programação oferecida à população nos equipamentos.

processos de protagonismo, autonomia e empoderamento territorial; ao estimulá-las/os a construir, partindo de sua linguagem, outras leituras do mundo com conteúdos do aprendizado realizado nas formações práticas e teóricas. Por outro lado, a presença das/os jovens nos equipamentos de

cultura da cidade também pretende dinamizar, potencializar e transformar esses equipamentos, ampliando sua capacidade de atendimento e intervenção no território. Além disso, é um programa de abrangência conceitual e prática que não se restringe a uma visão e a uma formação artística da cultura, mas visa fortalecer a gestão cultural e as políticas públicas de cultura e de juventudes.

O programa tem propiciado articular a expertise e as contribuições do Instituto Pólis no campo da cidadania cultural, das políticas públicas de cultura e de juventudes, e da gestão e direito à cidade, temas caros ao Instituto Pólis ao longo de sua história.

A experiência do programa é percebida pelas/os jovens como carregada de uma potencialidade de “fazer a diferença” e de provocar transformações quer seja nas formas da gestão, quer seja na programação oferecida à população nos equipamentos. Tais transformações teriam como motivação o diálogo e a aproximação entre os fazeres culturais desses espaços (ou programas) e as juventudes que compõem o Programa Jovem Monitor/a Cultural.

Formação teórica: ampliação de repertório

A formação teórica consistiu em uma metodologia de caráter reflexivo por meio da qual as/os jovens monitoras/es puderam aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conhecer e aprender a aprender. Essa metodologia se valeu não apenas de um instrumental conceitual e acadêmico, mas também de referências diversas para a promoção de um momento compartilhado de entendimento sobre o mundo contemporâneo, sobre diversidade cultural, sobre os fazeres culturais e sobre as juventudes.

A formação teve ainda um impacto positivo em relação ao processo de construção das identidades, produção de afinidades e identificações, e atenção para a alteridade e o desenvolvimento de empatia em suas relações pessoais. Aspectos levantados durante as formações a respeito de comunicação não violenta, participação e cidadania cultural também parecem ter encontrado apelo semelhante entre as/os jovens. Nossa equipe esteve diretamente envolvida em muitos processos de facilitação, mediação e transformação de conflitos, seja entre jovens e gestoras/es, seja entre as/os próprias/os jovens. Mesmo em meio a algumas dificuldades, essa ação colaborou para uma ampliação de repertório no que diz respeito aos valores e à convivência, possibilitando novos exercícios nesse sentido.

As temáticas abordadas nas formações teóricas – tais como juventudes, participação e identidades (relações de gênero, relações étnico-raciais, cultura LGBT) – ressoaram nas pautas diárias das/os jovens e reverberaram em diversas ações. Essas temáticas trataram de questões relacionadas a identidades e interseccionalidades, políticas públicas de cultura e de juventudes, direitos da comunicação, ferramentas e canais de comunicação, redução de danos, saúde integral, autocuidado, resíduo zero e sustentabilidade, culturas populares e produção cultural, linguagens artísticas, direito à cidade, comunicação não violenta, cul-

[...] o PJMC abriu minha visão para o mundo, conheci muitos assuntos que eu vou levar para a vida. Poder questionar com argumentos. Sou uma pessoa mais tolerante e segura. O programa nos faz nos sentir especiais, um lugar onde eu posso falar minha opinião e sou ouvida e ela faz a diferença. Hoje reconheço que tudo o que fazemos são atos políticos, como assumir identidades por meio do cabelo crespo, por exemplo. Gabriela Alvim, Centro Cultural da Penha

tura alimentar, entre outras. Foram assuntos que se ligaram a temáticas desenvolvidas ao longo do ano – comunicação e cultura de paz e convivência, por exemplo – e tiveram impacto direto nas ações do cotidiano, tanto no modo de vida e ampliação da visão de mundo quanto nos fazeres solicitados pelo próprio programa.

Formação prática: protagonismo das juventudes

O Programa Jovem Monitor/a Cultural é um programa de formação em cidadania cultural, gestão de projetos culturais, produção cultural e políticas públicas de cultura e de juventudes, desenvolvido com base em duas metodologias. A primeira delas, denominada **formação teórica**, tem caráter mais reflexivo, é desenvolvida por meio da **artemetodologia** (ver capítulo 4, sobre artemetodologia) e tem carga horária de seis horas

Espera-se que, por meio da experimentação direta trazida pela inserção de jovens monitoras/es nos equipamentos e programas culturais, elas/es se apropriem das políticas públicas culturais da cidade, compreendam o funcionamento e a gestão dos próprios equipamentos e programas e construam possibilidades de diálogo, interlocução e intersecção entre a política pública e suas trajetórias pessoais e redes territoriais.

semanais. Já a segunda, denominada **formação prática**, se dá por meio da atuação das/os jovens monitoras/es em equipamentos e programas da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) de São Paulo e tem carga horária de 24 horas semanais. Gestoras/es são as/os principais formadoras/es dessa modalidade de formação do PJMC, estabelecendo uma proposta que também incorpore especificidades e particularidades locais relativas ao tipo de equipamento e o território

com o qual ele dialoga. Espera-se que, por meio da experimentação direta trazida pela inserção de jovens monitoras/es nos equipamentos e programas culturais, elas/es se apropriem das políticas públicas culturais da cidade, compreendam o funcionamento e a gestão dos próprios equipamentos e programas e construam possibilidades de diálogo, interlocução e intersecção entre a política pública e suas trajetórias pessoais e redes territoriais.

Uma das diretrizes do programa é que a formação prática também seja orientada por um **plano de formação**, cuja elaboração é de responsabilidade da gestão dos equipamentos e dos respectivos setores de atuação da SMC nos quais esses equipamentos estejam inseridos, e a proposta é que a possibilidade de experimentação propiciada pela atuação nos equipamentos esteja nele referenciada. Tais planos devem ir além de um corolário de tarefas, pois são instrumentos de uma prática peda-

gógica que devem versar sobre os objetivos que se pretende alcançar na formação e sobre as estratégias e metodologias determinadas por meio das quais se dará esse processo, bem como as habilidades a serem desenvolvidas durante a formação pelas/os jovens monitoras/es.

Algumas frustrações emergiram desse processo inicial de introdução das/os jovens em seu local de atuação. Há algumas inegáveis limitações para uma atuação mais efetiva das/os jovens nos equipamentos que decorrem de dificuldades relativas à infraestrutura por vezes deficitária nos equipamentos e à escassez de pessoal. Essa situação é identificada em grande parte dos equipamentos e é constantemente mencionada por movimentos culturais, fóruns de políticas públicas e servidoras/es públicas/os da área, como resultado da situação crítica pela qual passa a SMC devido ao déficit gerado pela não realização de concursos públicos para a contratação de servidoras/es.

Apesar desse cenário, parte significativa das/os jovens monitoras/es vem encontrando e conquistando espaços para proposições de ações de aperfeiçoamento da gestão, de divulgação, de maior articulação territorial ou de atividades de programação nos equipamentos decorrentes de sua atuação. As/Os jovens se envolveram fortemente com as dimensões de atendimento ao público frequentador desses equipamentos e com atividades de maior apelo e relação com as comunidades do território no qual estão inseridos.

Como apontamos acima, as/os jovens monitoras/es demonstram preocupação em dinamizar o equipamento em que atuam e em dar visibilidade ao público geral, principalmente às juventudes. Contudo, a pauta das juventudes não é a única colocada. Parte das/os jovens monitoras/es identifica que a diversidade cultural presente nos territórios ainda não encontrou expressão correspondente nos equipamentos. É possível perceber que a inserção de jovens monitoras/es culturais trouxe contribuições na dinamização dos equipamentos, em especial por meio de suas propostas e inquietações, e ainda por terem o interesse em ampliar a relação do equipamento com as redes territoriais. Por se tratar de tarefa de longo prazo, ainda é difícil mensurar o quanto a participação das/os jovens no programa pode, de fato, impactar na ampliação dessa visibilidade ou na dinamização dos equipamentos. Contudo, já é possível falar em ações concretas que resultaram em produtos, além de processos em andamento.

Algumas/uns jovens relataram que, depois de sua participação no PJMC, sua família, amigos e redes pessoais diretas tomaram conhe-

Jovens monitoras/es vem encontrando e conquistando espaços para proposições de ações de aperfeiçoamento da gestão, de divulgação, de maior articulação territorial ou de atividades de programação nos equipamentos decorrentes de sua atuação.

cimento da existência do equipamento e das programações culturais. Muitas/os jovens monitoras/es trouxeram frequentemente em seus relatos que elas/es próprias/os desconheciam equipamentos ou políticas

Foram muitas as propostas feitas pelas/os jovens para a gestão dos equipamentos e programas nos quais atuam. Essas propostas consistiram em aumentar e diversificar as atividades de programação cultural; apresentar melhorias em seu funcionamento (o que incluiu também o aperfeiçoamento das formas de diálogo e atendimento ao público frequentador desses espaços); pôr em prática ações de comunicação e divulgação dos equipamentos e programas; articulá-los com as redes territoriais; e, por fim, implantar melhorias na dinâmica e na organização interna do trabalho.

públicas culturais. Foi a participação no programa que lhes possibilitou o contato com esse universo: a partir do momento em que tomaram ciência do programa e se interessaram na participação, passaram a buscar informações de onde se situava o equipamento de sua região.

Foram muitas as propostas feitas pelas/os jovens para a gestão dos equipamentos e programas nos quais atuam. Essas propostas consistiram em aumentar e diversificar as atividades de programação cultural; apresentar melhorias em seu funcionamento (o que incluiu também o aperfeiçoamento das formas de diálogo e atendimento ao público

frequentador desses espaços); pôr em prática ações de comunicação e divulgação dos equipamentos e programas; articulá-los com as redes territoriais; e, por fim, implantar melhorias na dinâmica e na organização interna do trabalho.

Tomemos como exemplo o projeto **Palco do Bairro**, organizado com programações produzidas pelas/os jovens Juan Pablo, Denis Sabino e Jeniffer Rebeca. O gestor do equipamento Teatro Flávio Império, Leandro Hoehne, acredita que espaços para exercer o protagonismo são de extrema importância no programa, não só do ponto de vista da formação das/os jovens que dele participam, mas também por trazerem um maior diálogo entre o equipamento e o território, “oxigenando” os fazeres culturais da gestão pública. Outro exemplo foram as propostas das/os jovens monitoras/es da Casa de Cultura São Miguel. Ali a jovem monitora Karoline e o jovem monitor Willian propuseram a realização de uma pesquisa de público e a substituição das inscrições nas oficinas do procedimento manual original para o digital. Tais exemplos trazem o protagonismo das/os jovens não apenas em sua experiência do território, mas também no aperfeiçoamento interno do próprio equipamento.

Formação prática e formação teórica: uma proposta de interlocução

Diversos momentos avaliativos conduzidos ao longo do Programa Jovem Monitor/a Cultural apontaram que um dos grandes desafios apresentados para sua execução consiste numa boa interlocução entre a formação prática e a formação teórica. Apontada pela Secretaria Municipal de Cultura e pelas/os próprias/os jovens participantes, a necessidade de diálogo e aproximações entre as formações terminou por se delinear como uma das prioridades na execução para o ciclo formativo 2015/2016.

Apenas propor uma mudança de entendimento não foi suficiente para a promoção de uma maior integração entre os momentos reflexivos e de experimentação previstos pelo programa. Em virtude disso, uma série de outras estratégias foi desenhada como parte dessa metodologia de integração. Foi preciso apresentar a proposta para a gestão dos equipamentos, envolvendo gestoras/es no projeto de articulação desses dois momentos formativos. Para tanto, foram realizadas reuniões específicas de pactuação dessa metodologia e reconhecimento entre as equipes, com a participação da gestão dos equipamentos, de um lado, e a coordenação de gestão, assessoria de articulação e agente de formação designada/o para aquele equipamento (equipe Pólis), de outro.

Outro aspecto relevante foi a valorização das/os gestoras/es dos equipamentos como parceiras/os prioritárias/os no desenvolvimento dessa proposta, na medida em que eram elas/es que detinham o papel de principais formadoras/es no decorrer da formação prática.

Podemos destacar que uma parte imprescindível dessa metodologia de integração entre a formação teórica e a formação prática foi de-

sempenhada pelo acompanhamento, em território, realizado pelas/os **agentes de formação**, educadores que atuam de modo a facilitar (ou provocar) a produção de sínteses criativas por parte das/os jovens. Suas atribuições são a construção de pontes, diálogos e interconexões entre a formação prática, a formação teórica, as trajetórias individuais das/os jovens, suas narrativas, as diversidades das redes territoriais, as especificidades de cada um dos equipamentos e programas onde atuam e as políticas públicas de cultura e de juventudes. Devido ao ineditismo dessa proposta metodológica, o próprio lugar profissional de agente de formação foi resultado

Podemos destacar que uma parte imprescindível dessa metodologia de integração entre a formação teórica e a formação prática foi desempenhada pelo acompanhamento, em território, realizado pelas/os agentes de formação, educadores que atuam de modo a facilitar (ou provocar) a produção de sínteses criativas por parte das/os jovens.

As formações teóricas discutem temas que eu conhecia superficialmente. [Isso] possibilitou-me reconhecer que as lutas estão mais próximas do que eu imaginava. Hoje sou uma pessoa mais consciente como cidadão e da política, reconheço meu lugar e meu papel dentro da sociedade e, assim, reconheço o outro.

Felipe Oliveira, Teatro Zanoni Ferrite

de uma constante construção coletiva realizada ao longo desses dois anos de programa no Instituto Pólis.

Suas atividades consistiram em visitas periódicas, sistemáticas e regulares realizadas aos equipamentos nos quais atuavam as/os jovens participantes do programa. As visitas podiam variar de acordo com a quantidade de jovens atuantes e com a quantidade de equipamentos nos quais cada agente realizava o acompanhamento. As reuniões, por sua vez, podiam ser de três tipos: a) encontros com a gestão do equipamento; b) encontros com as/os jovens monitoras/es que atuavam no equipamento – estes, por sua vez, podiam ser individuais, com a totalidade de jovens monitoras/es atuantes ou com uma parcela a cada vez; e c) encontros conjuntos com a presença da gestão e de jovens monitoras/es. Essas visitas tinham o apoio de um instrumental desenvolvido especialmente para essa finalidade. Apesar do apoio do instrumental, a visita não era um mero momento de observação ou acompanhamento e monitoramento de indicadores do programa, e sim um período no qual se dava concretamente a interação entre a formação prática e a formação teórica.

Esses encontros entre agentes de formação e jovens monitoras/es, que em algumas ocasiões também envolveram as/os gestoras/es dos equipamentos e programas nos quais as/os jovens atuavam, desenvolveram-se baseados em seis linhas de ações principais:

- 1) Apreender os processos formativos desenvolvidos por cada uma/um das/os jovens monitoras/es, decorrentes tanto da formação prática quanto da formação teórica. Esses processos propiciaram um olhar particularizado e contextualizado. Nas visitas foi possível dispensar uma atenção individual para cada uma/um das/os jovens participantes do programa, apontando para a importância da dimensão do afeto em projetos de formação e levando em consideração as dinâmicas de cada equipamento e território;
- 2) Propiciar um momento dentro do programa especificamente voltado para que as/os jovens monitoras/es tivessem a possibilidade de realizar exercícios reflexivos e experimentais com o objetivo de

encontrar links, interlocuções e pontos de conexão entre as modalidades de formação prática e teórica, sendo as/os agentes figuras de facilitação, mediação e provocação das sínteses a serem elaboradas pelas/os jovens. As/Os agentes de formação foram também interlocutores privilegiados para que gestoras/es e coordenação pedagógica da equipe Pólis, responsáveis pela formação prática e pela formação teórica, respectivamente, estivessem atentas/os àquilo que se passava na outra dimensão da formação;

3) Oferecer um espaço a mais de diálogo sobre temas e questões de interesse específico das/os jovens monitoras/es que guardavam relação com o programa e com a atuação das/os jovens nos equipamentos nos quais as/os agentes atuavam como educadoras/es facilitadoras/es na condução de atividades formativas de caráter de reflexão, integração ou mediação grupal. As/Os agentes eram multiplicadoras/es de uma articulação territorial na qual ampliações e aprofundamentos se faziam possíveis;

4) Identificar produtos que resultaram de iniciativa e de protagonismo individual e coletivo das/os jovens em território em decorrência de sua atuação no programa, fossem atividades de programação cultural ou inovações no funcionamento dos equipamentos;

5) Identificar e fomentar a participação das/os jovens monitoras/es em redes estabelecidas ou em formação nos territórios;

6) Contribuir para a consolidação do aspecto essencialmente formativo e de caráter experimental na atuação prática das/os jovens monitoras/es. A proposta foi que esse acompanhamento pudesse potencializar os objetivos na ampliação de repertório no desenvolvimento de protagonismo individual e coletivo das juventudes que participaram do programa.

“Encontrão”: gestão pública, jovens e conveniadas em diálogo

Outra atividade que propiciou a aproximação entre a formação teórica e formação prática foram as duas edições do “Encontrão” entre jovens, gestoras/es e equipes das instituições conveniadas, uma oportunidade para propiciar essas escutas, trocas e alinhamentos sobre o programa. Os impactos dessas ações puderam ser acompanhados nos meses subsequentes do ciclo formativo por meio do trabalho em campo das/os agentes de formação. Essa foi uma importante iniciativa que levou a Secretaria Municipal de Cultura, as instituições conveniadas e as/os

jovens a pararem para refletir sobre o programa. Propostas de aperfeiçoamento vieram à tona nesses encontros avaliativos.

Alguns dos pontos levantados por gestoras/es foram as dificuldades de dedicação ao programa devido ao excesso de demanda de trabalho em função da escassez de funcionárias/os enfrentada pela Secretaria Municipal de Cultura; a necessidade de formação continuada para gestoras/es; as dificuldades por parte das/os jovens monitoras/es em compreender os limites de atuação no interior do programa; a necessidade de maior integração entre as formações práticas e teóricas; as demandas para que a formação teórica tivesse um caráter mais instrumental em relação à formação prática.

Por fim, é importante trazer alguns exemplos da aproximação direta entre as formações teórica e prática com base no próprio relato das/os jovens que conseguiram fazer a relação não apenas em sua atuação dentro do equipamento como também em sua percepção com seu território e suas identidades.

O jovem monitor Elivelton dos Santos, da Casa de Cultura Cidade Tiradentes, relatou que, depois de sua vinda ao PJMC, pessoas de seu entorno e colegas de grupos de hip-hop – uma expressão artística de escolha do jovem – passaram a reconhecer na casa de cultura um local com programação e possibilidade de produção cultural.

O jovem monitor Felipe dos Santos disse que o que ele mais tem gostado no programa são as formações teóricas e que elas têm ensinado bastantes coisas. Felipe afirmou que, além de ampliar seus conhecimentos de causas que antes ele nem conhecia, passou a ter a percepção de quanto é fundamental se importar com a militância do outro. “Quero seguir fazendo parte de rodas de conversas, debates e palestras sobre esses temas abordados nas formações teóricas.” Felipe disse inclusive que, em função das formações e do programa, ele passou a ter outra relação com o bairro onde mora. “Antes eu odiava a Cidade Tiradentes, achava ruim morar longe do centro; uma vez eu fui a uma roda de conversa no Centro de Memória [da Cidade Tiradentes] e um senhor falou sobre a história do bairro de modo tão encantador que eu saí de lá apaixonado pelo lugar onde eu cresci e vivo até hoje. Ver que alguém se importa, estuda e tenta preservar o lugar faz a diferença”.

Minha passagem pelo PJMC me fez olhar mais para mim. Ainda estou nesse processo, buscando meios de lidar com pessoas e com o coletivo. Maiwsi Ayana, Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes

Conselho Participativo: políticas públicas de juventudes em construção

Um dos aspectos mais desafiadores do Programa Jovem Monitor/a Cultural foi a construção da participação das/os jovens dentro da própria política pública. Em 2014 e 2015 diversas foram as críticas para que as/os jovens pudessem opinar e participar de forma mais ativa na construção das diretrizes e decisões do programa. Então, no fim de 2015, foi constituído o Conselho Participativo do Programa Jovem Monitor/a Cultural, que teve início efetivo nos primeiros meses de 2016. Esse conselho contou com a participação de jovens de diferentes equipamentos, gestoras/es e representantes das instituições conveniadas.

No fim de 2015, foi constituído o Conselho Participativo do Programa Jovem Monitor/a Cultural, que teve início efetivo nos primeiros meses de 2016. Esse conselho contou com a participação de jovens de diferentes equipamentos, gestoras/es e representantes das instituições conveniadas.

É importante destacar como aspecto muito positivo a autonomia com que os processos de escolha de representantes foram conduzidos, evitando, com isso, o lugar de tutela dos espaços de coordenação e gestão do programa em relação à construção sobre o conteúdo e a forma adotada pela tomada das decisões feitas pelas/os jovens. Apropriações de sentidos e fazeres participativos e democráticos puderam ser, portanto, fortalecidos, fomentados e potencializados durante esse percurso. É importante também chamar atenção para a integração entre as formações práticas e teóricas componentes do programa, na medida em que participação e formas de representação foram temas que estiveram presentes na agenda dos diálogos realizados nos encontros de segunda-feira.

Além disso, foi pactuado o caráter do conselho como espaço destinado à discussão do andamento do programa segundo seus objetivos e diretrizes, ressaltando a existência de outros canais para o encaminhamento de problemas de ordem mais cotidiana. Foi realizada ainda uma rodada sobre expectativas a respeito do conselho e sobre a importância de espaços participativos na condução das políticas públicas. Jovens e gestoras/es foram convidadas/os a contribuir nos processos de construção de encontros regionais realizados durante o ano de 2016; nas duas edições do “Encontrão” realizadas ao longo do ano; nas metodologias e nos formatos dos momentos avaliativos; nas reuniões participativas relativas às políticas públicas voltadas para as juventudes; e nos projetos especiais realizados ao longo do período.

As/Os jovens monitoras/es que participaram das reuniões do conselho frequentemente traziam reflexões sobre participação e sobre os

As/Os jovens monitoras/es que participaram das reuniões do conselho frequentemente traziam reflexões sobre participação e sobre os limites e desafios da representação. Os questionamentos diziam respeito às dificuldades de manter conversas frequentes e regulares entre representantes e representadas/os, com a preocupação de que essa/e representante, de fato, atuasse como uma ponte entre o coletivo de jovens e as instâncias de gestão do programa.

limites e desafios da representação. Os questionamentos diziam respeito às dificuldades de manter conversas frequentes e regulares entre representantes e representadas/os, com a preocupação de que essa/e representante, de fato, atuasse como uma ponte entre o coletivo de jovens e as instâncias de gestão do programa. As/Os representantes se perguntavam se desempenhavam a contento a tarefa de trazer para a discussão demandas além das suas próprias.

Algumas propostas de encaminhamento foram o estabelecimento de encontros mensais entre jovens por setor de atuação, a inclusão de mais jovens no conselho e encontros para discutir os dilemas e os desafios da participação. Essa experiência se mostrou formativa, apesar dos limites apontados, sobretudo por ter propiciado a experimentação da participação social no âmbito da gestão de uma política pública.

“Graças a essas atividades percebi que o Programa Jovem Monitor/a Cultural transforma o cenário da cidade com pequenas ações, como decorar com tecido de chita os postes ao redor da casa de cultura para saberem que é um equipamento cultural, emprestar o cabo USB do celular para o show acontecer, movimentar as redes sociais com eventos dos equipamentos públicos, contestar a gestão da casa de cultura e ver o cenário cultural melhorar... Temos de garantir que a cultura continue sendo vista como direito e política pública, e não mercantilizá-la, e que outras/os jovens tenham as oportunidades que tivemos. Saio do PJMC mais forte em meus ideais e com passos firmes dentro do que acredito.”
(Nancy Teixeira Feliciano da Silva, Núcleo de Casas de Cultura)

Continuidade do programa: mobilização e proposição na esfera política

A questão das políticas públicas de juventudes e de cultura e o direito à participação na elaboração, na condução e na avaliação dessas políticas foram temas constantes dos fazeres do PJMC durante todo o período de sua realização. O envolvimento das/os jovens monitoras/es nas etapas participativas do Plano Municipal de Cultura e na formação teórica sobre o plano realizada no âmbito do programa apontou para uma maior apropriação das políticas públicas de cultura da cidade e da importância

da cultura como direito. A própria instituição da instância do Conselho Participativo do programa também contribuiu nesse sentido. As diversas formações que contaram com a presença de inúmeros profissionais que atuam com as juventudes, em especial Alexandre Barbosa Pereira, professor da Unifesp, possibilitaram também um olhar para o processo de constituição das juventudes como sujeitos de direitos, assim como para os desafios que se colocam para pensar políticas que dialoguem com a diversidade que as compõem.

Outra atividade que se destacou no período no que se refere ao protagonismo das juventudes que participam do programa foi a articulação entre as/os jovens do Instituto Pólis e da Ação Educativa na defesa

da continuidade do programa nas audiências públicas de votação da peça do orçamento municipal para o ano de 2017 realizadas na Câmara dos Vereadores. Essas ações articularam de maneira bastante especial as formações teóricas sobre políticas públicas e sobre juventudes como sujeitos de direito, desdobrando a atuação das/os jovens no Conselho Participativo do PJMC. O programa passou a ser considerado nas demais

Outra atividade que se destacou no período no que se refere ao protagonismo das juventudes que participam do programa foi a articulação entre as/os jovens do Instituto Pólis e da Ação Educativa na defesa da continuidade do programa nas audiências públicas de votação da peça do orçamento municipal para o ano de 2017 realizadas na Câmara dos Vereadores.

falas de outros grupos, principalmente daqueles ligados ao Movimento Cultural das Periferias, que reivindicaram pauta de 3% do orçamento municipal destinado para a pasta da cultura, 50% dos quais a serem investidos na periferia e que incluíram o PJMC em sua pauta de reivindicações, contando com um orçamento anual de R\$ 15 milhões.

Essa articulação, protagonizada integralmente pelas/os jovens, trouxe uma visibilidade sem precedentes para o programa e fez com

que o PJMC figurasse nas demandas específicas de movimentos socioculturais organizados. As/Os jovens instituíram assembleias e grupos de trabalho com essa finalidade e em seus comparecimentos nas audiências têm feito o uso da palavra para construir suas narrativas a partir

Essa articulação, protagonizada integralmente pelas/os jovens, trouxe uma visibilidade sem precedentes para o programa e fez com que o PJMC figurasse nas demandas específicas de movimentos socioculturais organizados.

de seus lugares de fala como jovens beneficiárias/os dessa importante política pública. Também realizaram reuniões de apresentação do programa e de seus resultados com vereadoras/es e suas equipes de assessoras/es.

A cultura como direito tem sido uma preocupação constante para as/os jovens dos diversos equipamentos e, para responder a ela de alguma maneira, elas/es têm se articulado com os grupos, coletivos e fóruns do território, além de atuarem na relação direta com as/os moradoras/es do entorno, buscando democratizar o acesso ao equipamento e às políticas públicas de cultura.

Além da articulação em relação à continuidade do PJMC, por meio da garantia de que haja orçamento municipal destinado a isso no ano de 2017, as/os jovens estão se debruçando sobre outros temas, entre os quais o termo de compromisso e o edital de chamamento para novas/os jovens de 2017.

Reiteramos que esta organização tem como objetivo a garantia da continuidade do PJMC para outras/os

jovens e a consolidação do programa como política de Estado, e não de governo. A grande maioria das/os jovens que estão participando ativamente dessa organização tem consciência de que os doze meses de sua participação no programa foram completados, demonstrando o forte envolvimento com a lógica da política pública e a valorização da garantia de direitos culturais, de acesso e de sua continuidade.

A ampliação do entendimento de cultura como direito é o grande destaque desse projeto e garante maior envolvimento das/os jovens e interseccionalidade das pautas e áreas. Diversas/os jovens passaram a se envolver com pautas político-sociais e em coletivos e fóruns culturais ao longo de sua participação no programa.

A cultura como direito tem sido uma preocupação constante para as/os jovens dos diversos equipamentos e, para responder a ela de alguma maneira, elas/es têm se articulado com os grupos, coletivos e fóruns do território, além de atuarem na relação direta com as/os moradoras/es do entorno, buscando democratizar o acesso ao equipamento e às políticas públicas de cultura.

A formação e a experimentação nos equipamentos: plano de formação prática

Outro desafio que podemos destacar após essa experiência de dois anos do Programa Jovem Monitor/a Cultural no Instituto Pólis é certo descompasso no entendimento de algumas/uns gestoras/es sobre o programa, principalmente em seus aspectos formativos e de fortalecimento do protagonismo das/os jovens que dele participam. Cabe ressaltar ainda uma necessidade de melhor apropriação por parte das/os próprias/os jovens sobre as potencialidades e limitações que se colocam nesse sentido. Em diversos fóruns do programa, as/os jovens, as/os próprias/os gestoras/es e as equipes das conveniadas mencionaram a necessidade de as/os ges-

toras/es receberem uma formação sobre juventudes e sobre o programa. Outra possível estratégia citada nos momentos avaliativos do programa para esse desafio seria que houvesse mais possibilidades de trocas, encontros e orientações para gestoras/es com o objetivo de melhorar o entendimento e o desenvolvimento de seu papel de formadoras/es no programa.

Os planos de formação prática não são uma realidade em 100% dos equipamentos. Cerca de metade das/os jovens monitoras/es relatou que sua atuação não está referenciada por esse documento (ver capítulo sobre indicadores). Após algumas dificuldades levantadas sobre a formulação dos planos de formação prática junto a gestoras/es e jovens, tais como a sobrecarga de trabalho da gestão dos equipamentos diante do cenário de falta de pessoal que atravessa a Secretaria Municipal de Cultura ou a necessidade de formação continuada para a gestão, elaboramos, como equipe Pólis, alguns eixos que podem orientar a construção dos planos de formação prática na continuidade do Programa Jovem Monitor/a Cultural, conforme expomos abaixo.

Em diversos fóruns do programa, as/os jovens, as/os próprias/os gestoras/es e as equipes das conveniadas mencionaram a necessidade de as/os gestoras/es receberem uma formação sobre juventudes e sobre o programa.

Não sabia do meu lugar na sociedade. Pessoas... pessoas em todos os lugares, pessoas andando em todas as direções, para rumos em toda e qualquer localidade. Altas, imponentes, sempre vidradas, olhando para a frente, almejando um futuro sem se importar com o presente... Em meio a uma multidão saindo da linha vermelha de sempre, eu vi, eu percebi que estava lá. Naquele momento eu era, fui e sou quem eu reconheci ser, e finalmente entendi que a vida é uma grande São Paulo na qual eu olhei para os lados. Luís Henrique B. de Amorim , Centro Cultural Olido

Eixos a serem considerados para a definição de conteúdos mínimos para os planos de formação prática

1 Território

Proporcionar às/aos jovens monitoras/es culturais (JMC) o contato com histórias e narrativas que circulam tanto no território quanto no equipamento: quem são as pessoas que atuam no equipamento, quais são seus papéis, as funções que desempenham, suas contribuições para a história daquele equipamento e daquele território.

Facilitar a participação de JMC na articulação de redes compostas por coletivos, pontos de cultura locais (oficiais ou não), equipamentos e serviços públicos (outros equipamentos culturais, da rede da assistência social e da saúde) e referências territoriais. Proporcionar aos JMC o envolvimento em atividades de mapeamento e compreensão das diversidades culturais locais e de entendimento e valorização da memória local e do patrimônio material e imaterial do território.

Incentivar que JMC sejam articuladoras/es das juventudes do território. Empoderar JMC para que se apropriem dos equipamentos por meio da proposição de ações e encontros no território e participação nos fazeres culturais do bairro.

2 Funcionamento do equipamento

Proporcionar, por meio da vivência e da experimentação, a apropriação do funcionamento do equipamento,

suas funções e organizações internas. Proporcionar a aprendizagem sobre os fazeres da administração e gestão culturais em curso no equipamento.

3 Políticas públicas

Situar o equipamento no contexto das políticas públicas culturais, proporcionando o entendimento de seus fazeres cotidianos com relação a esse cenário. Facilitar o entendimento sobre quais políticas públicas, em especial as de cultura e juventudes, incidem sobre o equipamento e o território.

Trazer como foco de atenção a historicidade dessas políticas públicas, enfocando questões relativas à cidadania cultural, à participação e gestão democrática, aos fomentos, à política de editais e à gestão compartilhada.

Noções mínimas sobre indicadores de resultados, acompanhamento, gestão e formulação de políticas públicas.

4 Diálogos entre a formação teórica e prática

Momentos específicos previstos no plano de formação prática destinados à reflexão de JMC sobre como os conteúdos da formação teórica se relacionam com a formação prática. Essa interlocução pode se dar de muitas formas, entre elas por meio do acompanhamento e da facilitação realizados pela/o agente de formação em suas visitas regulares ao equipamento. Esses encontros devem ocorrer entre agente de formação e jovens (de forma individual e coletiva) e entre agentes de formação, jovens e

gestoras/es, de acordo com a pactuação de agendas de trabalho.

5 Formação para a vida

Discussão das questões importantes nos determinados territórios no que se refere à formação para a vida partindo do equipamento (a depender da composição local das/os jovens em atuação nele), como: Compreender mais o momento presente? Quem são as juventudes? Quais são os limites da burocracia? Quais são as tensões entre dinâmica e burocracia? Qual é a religiosidade de cada uma/um? Quais são os valores de convivência que queremos fortalecer e difundir? Quais são os cuidados com a saúde integral e com o autocuidado? Quais relações familiares e comunitárias queremos construir? Que modos de vida queremos incentivar para além do consumismo e da competitividade presentes em nosso tempo? Que alimentação queremos adotar? Que cidade queremos construir? Qual seria o papel da escola? Que vida criativa queremos facilitar? Quais são as poéticas desses processos?

Propiciar diálogo com pessoas importantes do território (referências) para esse objetivo da formação.

6 Formação profissional

Propiciar diálogos entre JMC e pessoas do território (referências) com a finalidade de que estas últimas partilhem com as/os jovens suas experiências profissionais na área da cultura e os arranjos que foram fazendo ao longo de sua

vida entre arte, criatividade e profissão/geração de recursos. Incentivar as/os JMC a dar prosseguimento à sua formação por meio de formação de caráter técnico, acadêmico ou outro, como possibilidade de continuidade de formação na área da cultura.

7 Protagonismo das/os jovens

Momentos específicos previstos no plano de formação prática para que as/os JMC elaborem e implementem pelo menos um projeto cultural no equipamento. A construção do projeto deve ser feita de forma dialogada com a gestão do equipamento, mas deve contar com o protagonismo das/os JMC. Os projetos podem ser um importante instrumento de articulação entre as trajetórias e os interesses pessoais das/os jovens, os conteúdos e os fazeres culturais exercitados durante as formações teóricas e as especificidades dos territórios e dos equipamentos.

8 Encontros para trocas de experiências entre JMC

Propiciar espaços para trocas de experiências de práticas e reflexões entre jovens que atuam no mesmo tipo de equipamento (grande setor de atuação da SMC) de forma territorial e regionalizada. Encontros regionais de jovens que atuam em equipamentos de distintos setores também podem ser incentivados.

9 Poéticas

Estimulação das linguagens artísticas por meio das experiências. Promoção do encantamento e de valores que não têm preço (*ubuntu*, valorização dos diversos trabalhos e formas de conhecimento, simplicidade, solidariedade, acolhimento, por exemplo). Reconhecer e fomentar a criatividade das relações e as irreverências (empoderamento pode ser entendido como dar vazão a essas irreverências). Promover uma formação que não fragmenta o ser e a atuação. Estimular as artemetodologias também na formação prática. Propiciar outras vivências culturais em outros equipamentos como parte da formação prática.

A vida nunca esteve tão urgente, necessária. Mas não estou, não estamos, só(s). Seguimos inspirados pela ancestralidade. Somos o parto de muitas vozes silenciadas, somos também o parto de um povo, de muitos povos, que bravamente resistiram e lutaram. Seguimos em luta. Rafael Guerche, Centro Cultural Olido

Entendi quem sou enquanto mulher negra periférica na cultura e, mesmo que eu esteja fora do PJMC, vou continuar no equipamento, já criei raízes aqui e para isso vou me envolver com projetos direcionados ao VAI. Stefani Trindade, Casa de Cultura São Mateu

INDICADORES: PERFIS, RESULTADOS E IMPACTOS



Introdução

O presente estudo foi realizado com o objetivo de apoiar o Instituto Pólis na construção do Programa Jovem Monitor/a Cultural (PJMC) e de contribuir com a avaliação da política pública como um todo, tanto em relação à eficácia do programa, em consideração a seus propósitos e suas diretrizes, como em relação à efetividade social da política, em consideração a seus impactos na vida das/os jovens. Com isso, busca-se dar transparência aos conhecimentos sobre o PJMC e ampliá-los, identificar os principais avanços e desafios em sua construção, e, em última instância, subsidiar ações futuras.

O estudo consistiu na construção de indicadores de desempenho e de resultados do programa, sintetizando informações obtidas por meio de uma pesquisa realizada com as/os jovens monitoras/es sob o convênio do Pólis no último ciclo do programa, no ano de 2016. Uma pesquisa complementar foi realizada com as/os gestoras/es dos equipamentos onde atuam essas/es jovens, no intuito de acessar possíveis contrapontos analíticos ou mesmo reforçar a descrição dos achados. Com o instrumento principal da pesquisa, foram produzidas análises quantitativas com base nos dados, bem como análises qualitativas com base em algumas questões abertas que permitiram captar elementos subjetivos para além das descrições estatísticas.

Assumindo que políticas públicas são produções sociais complexas e que sua análise envolve tratar de estruturas objetivas, de interações diversas e da compreensão subjetiva dos atores envolvidos, além da pesquisa como fonte principal, buscou-se incorporar outras narrativas que auxiliassem na leitura dos dados e conferissem mais sentido à sua interpretação, com vistas a construir uma análise consistente e sensível sobre o PJMC.

Fundamentos teóricos e conceituais

A pesquisa teve como referência inicial um dos eixos que norteiam as ações do Instituto Pólis e justificam sua intervenção no campo de uma política pública como o Jovem Monitor/a Cultural, visando torná-la mais eficaz, mais abrangente e mais participativa.

Esse eixo consiste na visão de que a cultura, como direito básico e inalienável, é essencial para o exercício da cidadania. Tal visão, traduzida no conceito de cidadania cultural, se alinha a uma compreensão abrangente de cultura, que envolve os significados engendrados pelos sujeitos na pró-

pria produção de seu cotidiano. Assim, o conceito se associa ao desenvolvimento humano nas cidades, ao fortalecimento de processos criativos e à democratização do acesso e da participação no fazer cultural. Do ponto de vista das/os jovens, agentes centrais nesse cenário, a cultura se constituiria ainda como meio de afirmar sua cidadania no território e de construir identidades. Essa noção, obviamente, tem implicações diretas na maneira de pensar a gestão cultural e as políticas públicas de juventude.

Com base nesse arcabouço conceitual, delimitou-se uma série de atributos a serem avaliados na pesquisa, relativos a práticas e valores que se organizam dentro das noções de repertório, de protagonismo individual e de protagonismo coletivo. Com base nisso foram construídos indicadores que permitissem se aproximar empiricamente desses atributos e mensurar cada um deles. A elaboração do instrumento de pesquisa buscou, nesse sentido, operacionalizar essa discussão e possibilitar uma apropriação mais concreta dos diversos temas tratados.

Metodologia

O método utilizado foi de pesquisa *survey*, o qual permite produzir descrições quantitativas de determinada população, com base em um conjunto de informações coletadas por um instrumento predefinido (questionário). Foram três rodadas de pesquisa, aplicando-se o questionário no início do último ciclo do programa (dezembro de 2015), em etapa intermediária (junho de 2016) e ao fim do ciclo (novembro de 2016). Com isso, foi possível observar mudanças nas atitudes e percepções das/os jovens ao longo do tempo¹.

O público-alvo da pesquisa foram as/os jovens monitoras/es sob o convênio do Pólis. Idealmente seria realizado um censo dessa população, mas, por questões operacionais, o questionário não alcançou todos os

1 Cumpre frisar que a observação dos resultados em perspectiva temporal não nos permite fazer inferências sobre variações no comportamento das/os jovens individualmente. Esse problema, que se convencionou chamar de falácia ecológica, consiste em tentar imputar aos indivíduos afirmações que são válidas somente no nível agregado dos resultados. Falar de variações individuais no comportamento das/os jovens exigiria o controle das unidades de análise, incompatível com o tratamento agregado dos dados em uma pesquisa anônima. Ademais, pelo fluxo de saída e entrada de novas/os jovens no programa, a amostra não foi exatamente a mesma ao longo das três rodadas – embora se saiba que a maioria das/os jovens participou da pesquisa nos diferentes momentos do tempo.

indivíduos. Ainda assim, a ampla maioria das/os jovens participou da pesquisa, de modo que a amostra fosse significativa e as descrições da população pudessem ser feitas com considerável grau de confiança (95% a 99%) e baixa margem de erro (5%). Ademais, por conta do grau de homogeneidade da população trabalhada, temos garantida a validade estatística dos resultados.

Tabela 1. Distribuição dos/as Jovens Monitores por tipo de equipamento

	Primeira Rodada (T0) ²	Segunda Rodada (T1)		Terceira Rodada (T2)	
Casas de Cultura	-	30	28%	18	22%
Centros Culturais	-	27	25%	31	38%
Fomentos, Cidadania Cultural e Núcleos de Casa de Cultura	-	21	20%	13	16%
Gabinete, Programação, Formação ou EMIA	-	11	10%	5	6%
Teatros Municipais	-	17	16%	12	15%
Amostra	95	106	100%	81	100%
População Total	112	127		123	

O instrumento de pesquisa foi autoaplicado, sem exigência de nenhum dado de identificação individual, a fim de garantir que as/os respondentes se sentissem à vontade para ser tão francas/os quanto possível. A aplicação se deu em massa, nos espaços de formação, quando, em tese, se somam todas/os as/os jovens. As/Os jovens não incluídas/os nas amostras foram aquelas/es que estiveram ausentes nesses espaços.

Conforme foi dito, além dos pontos mensurados de forma objetiva, o instrumento de pesquisa conteve questões abertas e dissertativas, no intuito de captar elementos mais subjetivos e assim produzir uma interpretação mais rica dos dados. Não só essas questões, como também insumos produzidos pela observação e participação em alguns espaços do programa (espaços de formação e encontros gerais) subsidiaram análises de caráter quantitativo e qualitativo, que se apresentam a seguir.

² Por ser início do ciclo, as/os jovens ainda não haviam sido alocadas/os nos equipamentos.

Resultados da pesquisa

Perfil geral das/os jovens

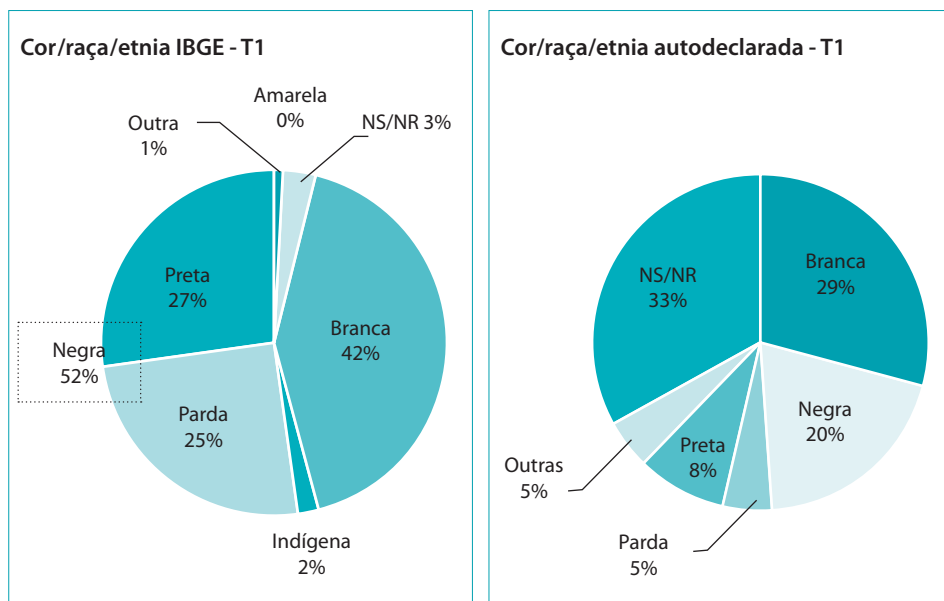
Devido ao próprio critério do programa, a distribuição etária das/os jovens monitoras/es varia entre 18 e 29 anos. Predomina a faixa entre 20 e 22 anos (acima de 35% dos jovens), seguida das faixas de 23 a 25 anos, acima de 26 anos, e entre 18 e 19 anos, que sempre é proporcionalmente menor.

Informações relativas a sexo, identidade de gênero e orientação sexual foram captadas por meio de três diferentes questões. A primeira observação é que indivíduos do sexo feminino e do sexo masculino tendem a se identificar como mulheres e homens, respectivamente, exceto por poucos casos onde se registra identidade de gênero não binária (em que o sexo registrado é feminino) e outros em que se opta por não responder à questão. Sobre a orientação sexual, observa-se que as/os heterossexuais são o maior grupo, tanto entre homens quanto entre mulheres, que sofre alguma redução ao longo do tempo (de 60% das/os jovens na primeira rodada passam a representar 51% ao final). O segundo maior grupo, em termos percentuais, é de jovens que se declaram bissexuais (22% em To e 23% em T2), seguido das/os declaradas/os homossexuais (15% em To e 19% em T2). O cruzamento das informações de identidade de gênero e de orientação sexual revela ainda outro padrão, confirmado nas três rodadas da pesquisa, de que mais mulheres se declaram bissexuais comparativamente aos homens, enquanto mais homens do que mulheres se declaram homossexuais, em termos proporcionais. Na última rodada da pesquisa, das cinquenta mulheres, 52% declaram ser heterossexuais, 30% bissexuais e 17% homossexuais. Entre os 27 homens, 56% se declaram homossexuais, 4% bissexuais e 33% homossexuais.

Com relação a cor, raça e etnia, o tema foi abordado na primeira rodada da pesquisa por meio de uma única questão fechada, trazendo a classificação do IBGE³. No intuito de tratar melhor o tema, atentando inclusive para considerações das/os jovens feitas no primeiro questionário, foi incluída nas rodadas seguintes uma questão aberta de auto-declaração. No geral, a maior parcela das/os jovens se identifica de cor branca, seguidas/os daquelas/es que declaram cor preta e parda, a partir das quais se produz a categoria negra, que de 48% passa a representar 58% da amostra, entre To e T2. Comparando os dados de classificação com os de autodeclaração, observou-se, em primeiro lugar, que predominam

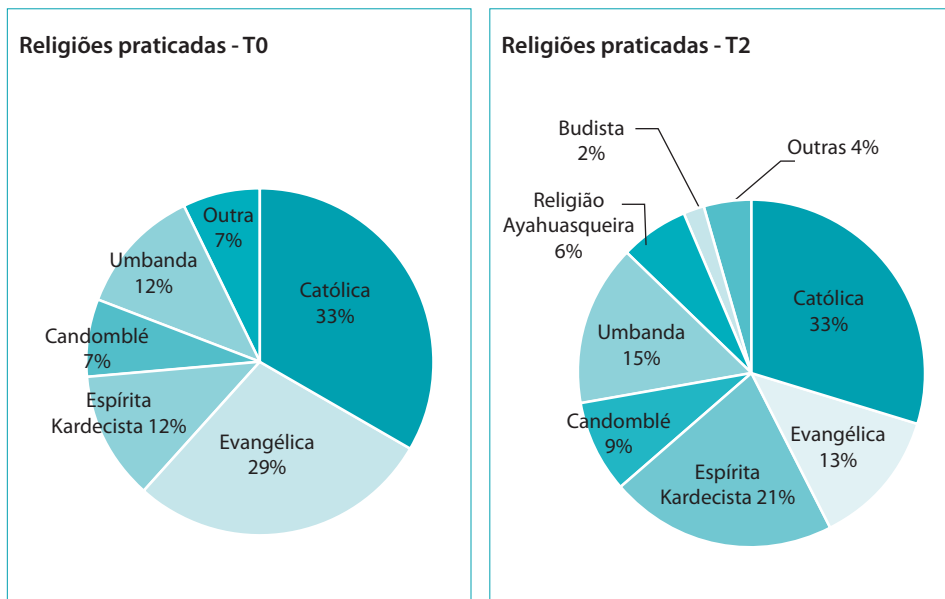
3 Pela definição do IBGE, cor ou raça se trata da característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

aquelas/es que se autodeclararam negras/os depois das/os brancas/os. Ademais, a categoria parda, que absorve sempre algo próximo de um quarto das/os jovens na classificação do IBGE, tende a ser menos frequente como opção espontânea, constituindo-se de indivíduos que se autodeclararam negras/os, principalmente, e também de algumas/uns brancas/os. Ou seja, opta-se antes por se autodeclarar negra/o do que preta/o ou parda/o, conforme impõe a classificação do IBGE.⁴



Outra questão relativa ao perfil das/os jovens tratou de religião. Novamente houve reformulação da questão ao longo da pesquisa. Foi incluída a referência à religiosidade no questionário, e o leque de alternativas oferecidas passou a ser mais amplo. Observa-se que, ao longo do tempo, inverte-se consideravelmente o equilíbrio entre as/os que declararam ter e as/os que declaram não ter religião. Aquelas/es que respondem ter religião, de 39%, passam a ser maioria, abarcando 58% das/os jovens da amostra na última rodada.

⁴ Vale destacar ainda que a incidência de jovens que deixa em branco a questão de autodeclaração se reduz ao longo do tempo (chega a 13% em T2) e que na categoria “outras” estão contidas/os jovens declaradas/os afrodescendentes, afro-indígenas, latinas/os, mestiças/os, morenas/os e orientais.

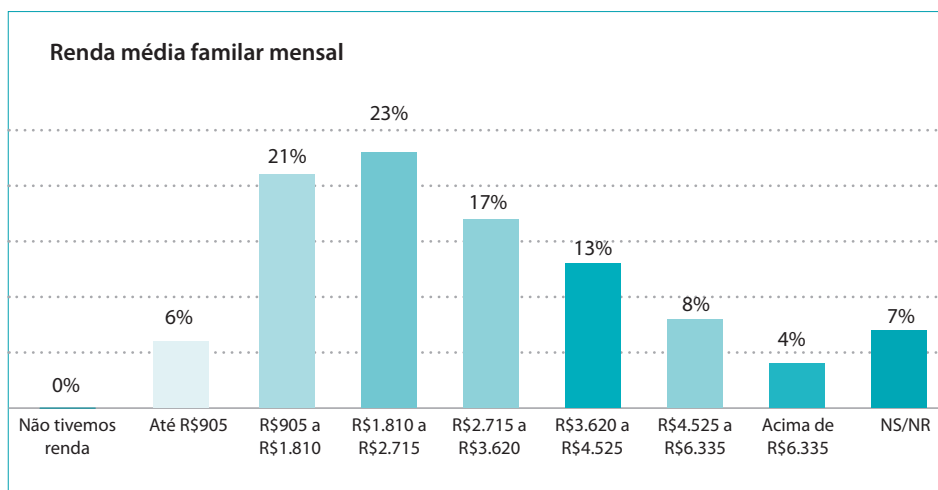


Os gráficos consideram, entre as menções feitas pelas/os jovens (que poderiam ser múltiplas), o espaço ocupado por cada uma das religiões. A religião católica, nas três rodadas, se mantém predominante entre as/os jovens, enquanto a evangélica tem seu percentual reduzido à metade entre a primeira e a última rodada. De outro lado, crescem as demais religiões – as de matriz africana e a espírita kardecista, notadamente – e despontam ainda aquelas/es jovens que se declaram praticantes de religiões ayahuasqueiras, opção que passa a ser oferecida a partir da segunda rodada da pesquisa.

Quanto à instrução formal, nos três momentos da pesquisa aproximadamente 25% das/os jovens dizem ter concluído apenas o Ensino Médio, proporção próxima à das/os que dizem ter concluído também o ensino superior. Já a maior parcela compreende aquelas/es com ensino superior incompleto, seja por terem abandonado antes da conclusão, seja por estarem ainda cursando (43% das/os jovens em T1 e 46% em T2, ou seja, a maioria dos casos).

No geral, a renda familiar de um quarto das/os jovens vai até 1,8 mil reais. Agregando a faixa seguinte, que alcança 2,7 mil reais, temos contido outro um quarto das/os jovens. Ou seja, metade das/os jovens tem renda familiar mensal de até três salários mínimos. Já nas faixas superiores, nas quais a renda está acima de 6,3 mil reais, concentram-se, em média, 6% das/os jovens, considerando-se as três rodadas. Registra-se ainda que a média é de 2,5 pessoas por domicílio, e a maioria das/os

jovens diz morar com a mãe, com irmãos e com o pai ou padrasto, nesta ordem. Aumenta, todavia, o número de jovens que declaram morar sozinhos/os (de quatro passam a oito entre T0 e T2), todos na faixa de renda máxima de 1,8 mil reais.

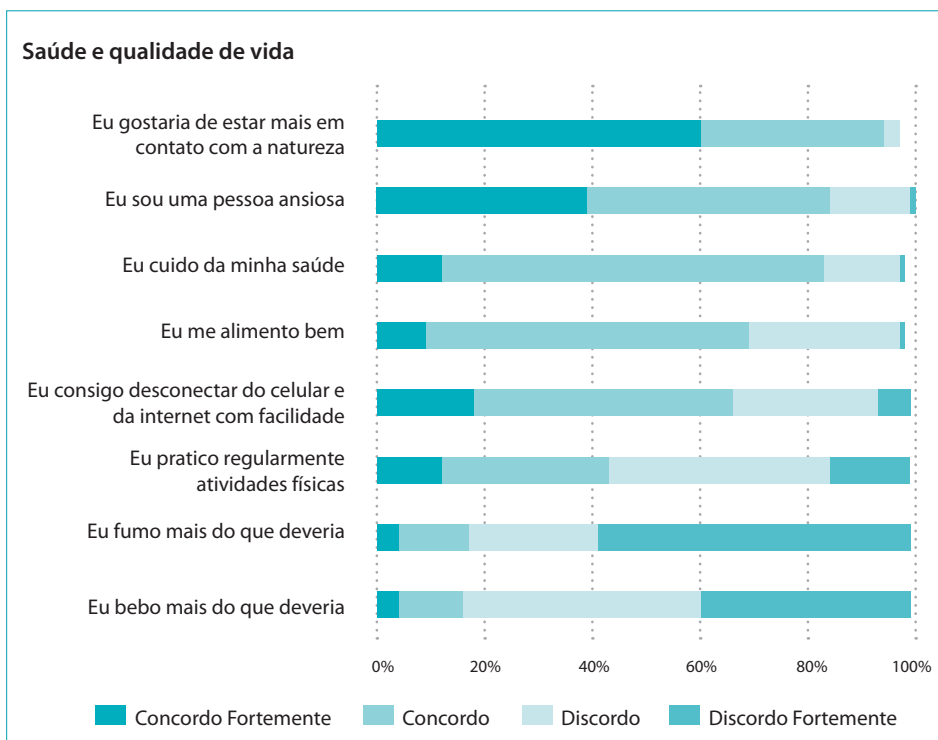


Quanto à utilização dos recursos do programa, vemos que a contribuição com as despesas da casa é sempre elencada pela maioria das/os jovens. Nas três rodadas, ficam na faixa entre 70% e 80% as/os jovens que dizem utilizar os recursos para pagar aluguel, contas (água, luz, telefone e internet) e alimentação. Na sequência, estão os gastos com atividades de lazer e cultura – que aparecem ainda mais pronunciados na última rodada, sendo citados por mais de 70% das/os jovens – e os gastos pessoais. As demais destinações (educação, viagens e conta do celular) não chegam a ser citadas por mais da metade das/os jovens, em nenhum momento. Outras menções residuais são feitas para além das categorias citadas, de utilização dos recursos com remédios e terapia, pagamentos de prestações e dívidas, despesas com animais de estimação e com filhos.

Qualidade de vida e hábitos de lazer, cultura e participação

Nas três rodadas da pesquisa indagou-se sobre alguns temas relacionados à saúde, buscando captar o grau de satisfação das/os jovens quanto à sua qualidade de vida. Conforme exhibe o gráfico a seguir, considerando-se a média das três rodadas, a ampla maioria das/os jovens revela que gostaria de estar mais em contato com a natureza. Predominam também aquelas/es que se consideram ansiosas/os, embora a maioria se diga capaz de se desconectar do celular e da internet com facilidade. Um percenten-

tual alto afirma também cuidar da própria saúde e se alimentar bem, e o percentual das/os que avaliam beber ou fumar demais não ultrapassa nunca os 20%. Já aquelas/es que praticam atividades físicas com regularidade não chegam à metade das/os jovens.



Sobre o uso da internet, prevalecem as menções ao acesso em casa (média de 94%) e pelo celular (média de 77%). Na sequência, aparece o wi-fi livre nos espaços públicos, cuja utilização se torna mais ampla ao longo do tempo (o percentual de jovens a utilizar vai de 53% a 59%), assim como se amplia a utilização da internet nos equipamentos de cultura (vai de 29% a 59%). Menos frequentes são as menções às instituições de ensino e às lan houses.

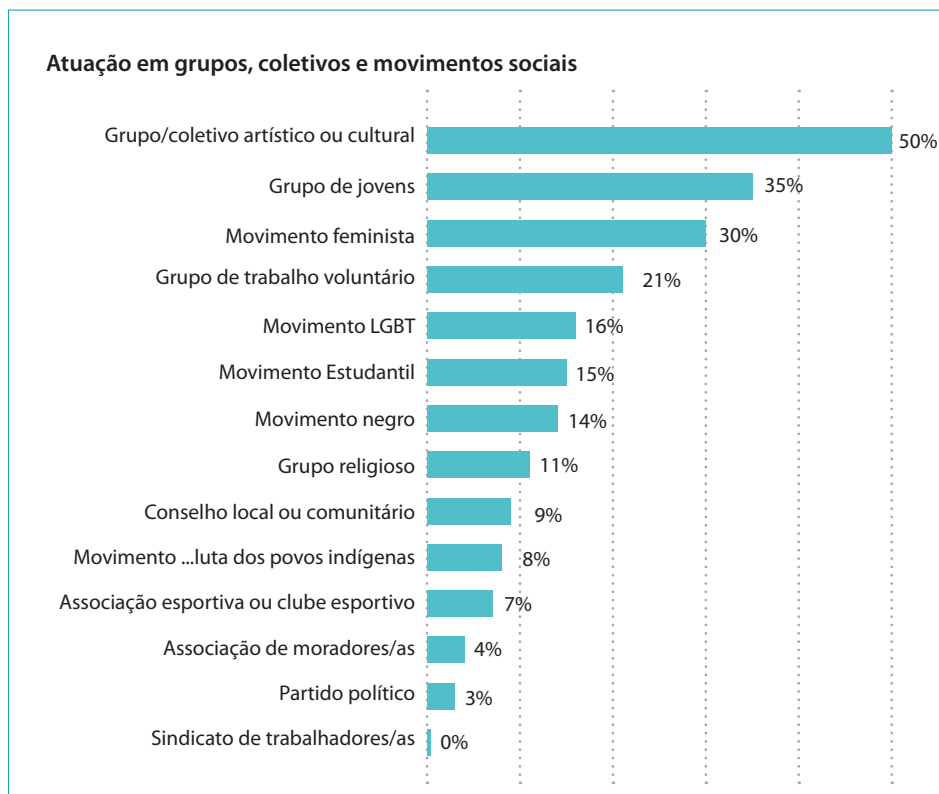
Em relação a hábitos de leitura, uma das questões indagava se as/os jovens costumam ler jornais ou revistas, impressos ou eletrônicos, pelo menos uma vez por semana, por no mínimo trinta minutos. Resulta que 72% das/os jovens, na média das três rodadas, respondem afirmativamente à questão, havendo um pequeno aumento percentual daquelas/es que mostram alguma regularidade no consumo de informação (de 69% em T0 passam a 75% em T2). Indagou-se ainda sobre a leitura de livros de literatura. Em média, as/os jovens registram ter lido seis livros nos

últimos doze meses (42% das/os jovens dizem ter lido de um a três livros; 32% dizem ter lido de quatro a oito livros; e 20%, nove livros ou mais).

Em relação a atividades culturais, cinemas e cineclubes, shows e espetáculos cênicos (teatro, circo e musicais) são destacadas como as de maior frequência para as/os jovens. Em segundo lugar aparecem palestras, encontros, debates e saraus. Já as atividades de cultura tradicional, feiras e mostras culturais e rodas e mediações de leituras são as menos citadas.

Sobre a atuação em grupos, coletivos e movimentos sociais, prevalecem menções a coletivos artísticos ou culturais, com cerca de metade das/os jovens indicando envolvimento, em média. Na sequência aparecem os grupos de jovens em segundo lugar, seguidos de movimentos ligados a pautas setoriais (mulheres, LGBT e movimento negro), grupos de trabalho voluntário e grupos religiosos.

A atuação em espaços relacionados a políticas públicas não é registrada por muitas/os jovens, embora se esboce uma melhora desse dado entre o início e o fim da pesquisa. Aquelas/es que dizem atuar em espaços de participação, coletivos, fóruns e redes relacionados a políticas públicas, de 22% em T₀, passam a constituir 27% dos jovens em T₂. Já a



passagem por formações na área de cultura se mostra mais recorrente, sobretudo com cursos voltados ao desenvolvimento de linguagens artísticas, e, em menor proporção, formações voltadas à produção cultural. De 39% em To, metade das/os jovens passa a revelar contato com tais atividades no fim da pesquisa. Por outro lado, predominam amplamente as/os jovens que demonstram interesse em participar de cursos e atividades de formação na área de cultura no futuro, bem como em atuar na área de cultura no futuro, pessoal e profissionalmente (mínimo 90% das/os jovens afirmando grau de interesse alto ou muito alto).

Além dessas questões relativas ao envolvimento com o campo da cultura, a gestão cultural e as políticas públicas, buscou-se aferir o repertório das/os jovens por meio das próprias propostas por elas/es realizadas por elas/es dentro do programa, entendendo-se inclusive que esses dados são ainda mais reveladores dos interesses concretos das/os jovens e de sua disposição cotidiana de participação e construção.

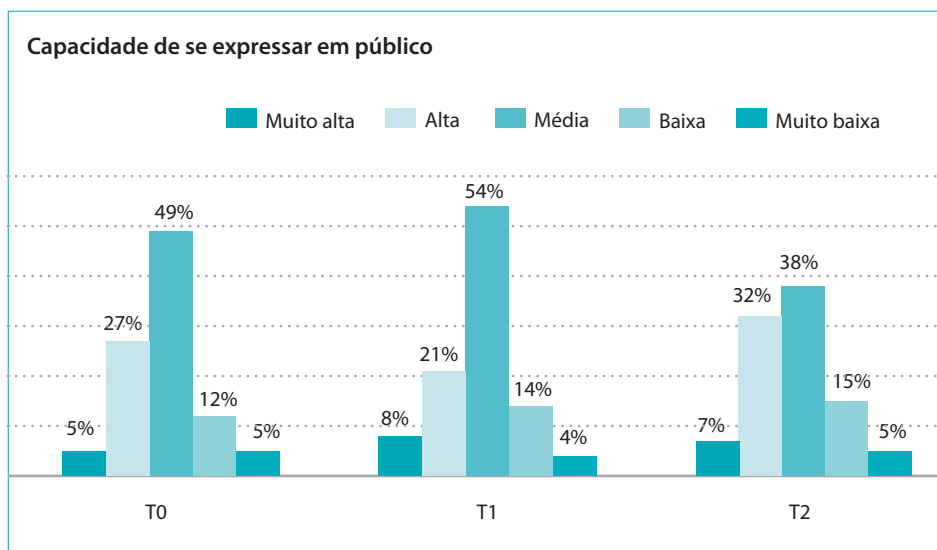
Propostas relativas à difusão do equipamento são sempre as mais frequentes, compreendendo aquelas relativas a estratégias de comunicação e de divulgação do equipamento, desde ações virtuais a ações no território, visando ampliar o alcance do equipamento, envolver mais a comunidade e criar redes de articulação local. Outro conjunto significativo diz respeito às propostas de gestão do espaço físico e de procedimentos organizativos para otimizar a dinâmica do equipamento, compreendendo propostas de remodelação e modificação visando à acessibilidade, à implementação de coleta seletiva, à reorganização do atendimento ao público, entre outras. As propostas para ampliar as ofertas dos equipamentos, com novas atividades na programação, produção de eventos e criação de ciclos permanentes de atividades (sobretudo oficinas) e de novos espaços (a exemplo de hortas comunitárias), são também bastante representativas, seguidas de propostas relativas à própria atuação das/os jovens monitoras/es (dinâmica de reuniões, rotina de trabalho, organização de cronograma) e ainda propostas de atividades de formação. As propostas de atividades passam pelas diversas linguagens artísticas (literatura, artes visuais e música, principalmente), destacando-se as ligadas a pautas setoriais, como debates e atividades de formação sobre feminismo, diversidade sexual e diversidade étnico-racial, ou mesmo

O PJMC me salvou, me descobri, me entendi e me encontrei. Aprendi sobre cultura, a respeitar espaços, respeitar a particularidade de cada uma/um. Tornei-me mais humano, mais crítico, mais reflexivo. Bernardo Jorge Mariano da Silva, Teatro Alfredo Mesquita

propostas de inserção de coletivos engajados nesses temas. Destacam-se também propostas ligadas ao território envolvendo a inclusão e a promoção de grupos e artistas locais na programação.

Considerando-se propostas de aperfeiçoamento na forma de funcionamento dos equipamentos e de atividades a serem realizadas, a maioria das/os jovens registra ter feito propostas nos dois momentos em que a questão figura no questionário. Em T1, registra-se que 72% das/os jovens fizeram algum tipo de proposta; em um segundo momento, esse percentual chega a 78%. Vale ainda destacar que é sempre bastante superior a recorrência de propostas feitas coletivamente pelas/os jovens, em detrimento das propostas individuais.

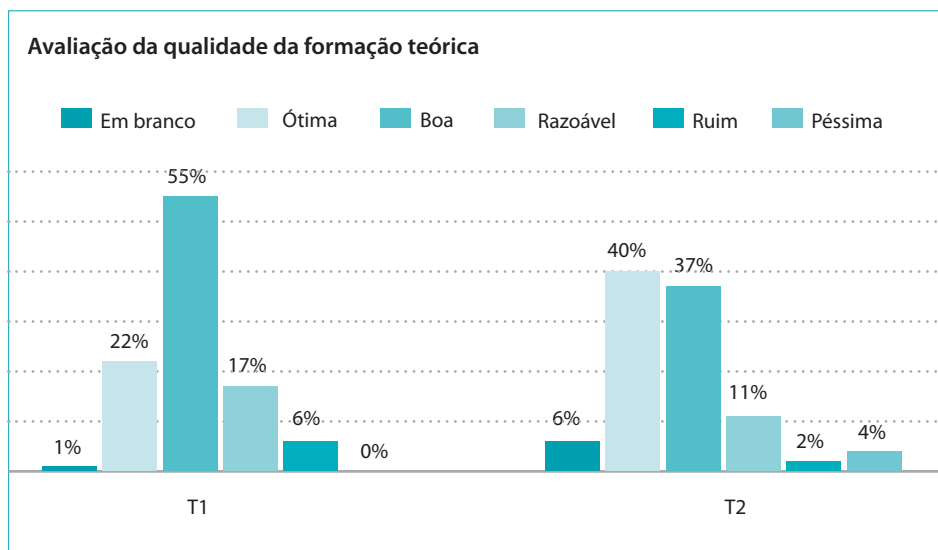
Por fim, um dos pontos consistiu na avaliação das/os jovens sobre sua própria capacidade de se expressar em público. Somando-se o percentual das/os que se avaliam positivamente, chega-se a 32%, 29% e 39%. Ou seja, o que se observa é que a avaliação geral positiva apresenta algum crescimento ao longo do tempo.



Avaliação das formações e atuação no PJMC

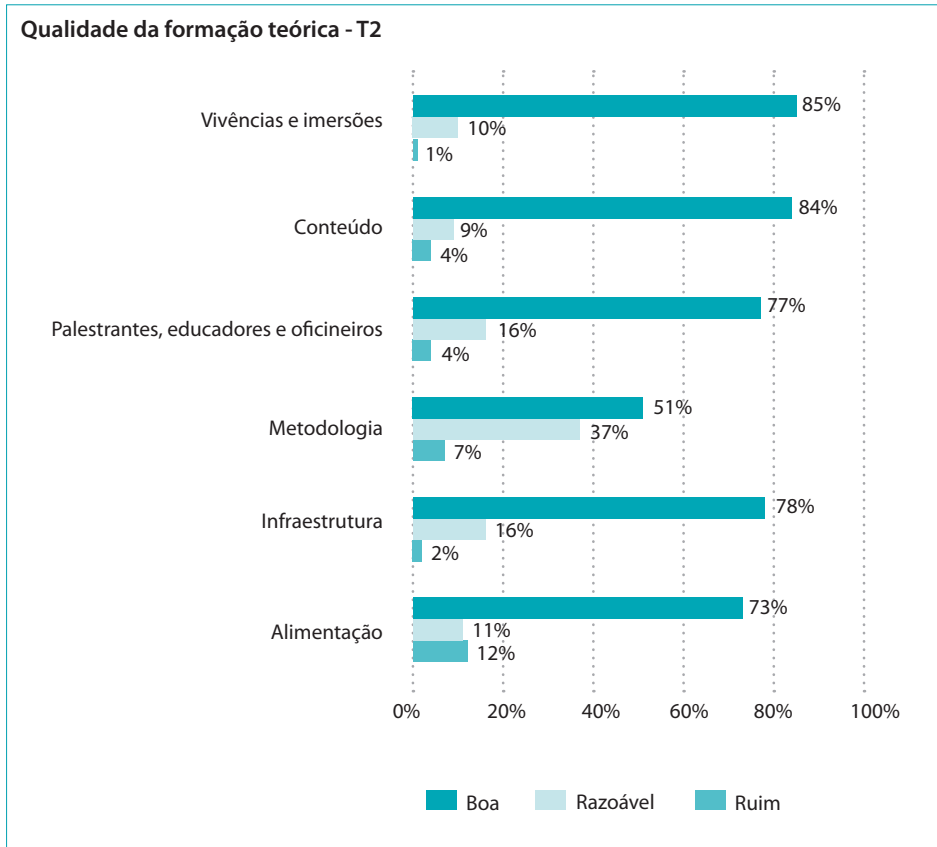
De maneira geral, a avaliação da formação teórica é bastante positiva entre as/os jovens. Em junho de 2016 (T1), primeiro momento em que a questão é colocada, após um semestre de experiência no programa, 77% das/os jovens avaliam bem a formação, entre avaliações ótimas e boas. Na última rodada do ciclo, realizada em novembro de 2016 (T2), a avaliação positiva segue predominante, com a diferença de que as/os que opinam ser ótima a formação teórica passam a representar o dobro em relação a T1, em termos percentuais.

Sobre os diversos elementos da formação teórica, a qualidade das vivências e imersões é a mais bem avaliada entre as/os jovens, ainda com considerável melhora entre as duas rodadas da pesquisa, seguida da qualidade dos conteúdos. Quanto à qualidade das/os palestrantes, educadoras/es e oficinairas/os, a avaliação positiva sofre alguma redução, embora permaneça representando a opinião de mais da maioria das/os jovens. Esses elementos, na verdade, são aspectos concretos da metodologia adotada, logo são mais passíveis de apreensão pelas/os jovens.



Ainda assim, optou-se por incluir uma questão relativa à metodologia como um todo, no intuito de apreender a avaliação que os jovens fazem desse elemento de maneira mais abstrata, de onde resultou uma avaliação menos positiva e predominantemente razoável. Essa aparente discrepância não deixa de ser sugestiva de uma discussão já presente, quanto ao próprio formato das atividades da formação teórica e aos limites do modelo de aula/palestra, e quanto a dinâmicas alternativas que possam proporcionar uma experiência de maior aprofundamento das/os jovens com os conteúdos (esse tema é discutido no capítulo X). Essa impressão é condizente com pautas reivindicativas de jovens sobre a necessidade de pensar o formato das atividades formativas também no âmbito da educação escolar, por exemplo⁵.

5 CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.



Quanto à formação prática, uma série de questões trataram de aspectos básicos da atuação no equipamento. Por exemplo, indagou-se se, até o momento da pesquisa, havia sido produzido um plano de atuação para a formação prática pela/o gestora/or do equipamento, conforme previsto no programa. Em ambos os momentos da pesquisa, apenas metade das/os jovens responde afirmativamente à questão (o percentual de jovens a responder à questão é de 49% em T1 e de 51% em T2). Outra questão abordou se as/os jovens desempenhavam diferentes funções em diferentes áreas nos respectivos equipamentos. Quanto a esse ponto, apresenta-se um quadro mais positivo, já que a maioria revela ter uma atuação diversificada (84% em T1 e 81% em T2).

Na pesquisa realizada com as/os gestoras/es dos equipamentos, esses pontos também foram abordados. Quanto ao desempenho de funções em diversas áreas do equipamento, não há praticamente registros negativos por parte das/os gestoras/es, e as áreas citadas, ordenadas por frequência, são: comunicação, atendimento ao público, produção, procedimentos administrativos, programação e articulação territorial.

O programa tem ampliado meu conhecimento e tem me possibilitado de ter acesso a espaços públicos e culturais, de poder dividir essas experiências, momentos e lugares para o resto da vida. Torço para que momentos e experiências como estas nunca acabem. Jackeline S. de Brito, Núcleo de Casas de Cultura

Quanto ao plano de formação, registrou-se inicialmente que em apenas 15% dos casos o plano de formação prático específico para o equipamento havia sido elaborado, redigido e apresentado às/aos jovens, percentual esse que duplica em T2. A maioria das/os gestoras/es relata, em ambos os momentos da pesquisa, que propostas haviam sido colocadas, mas que o documento ainda não havia sido finalizado, ou que há um plano geral elaborado pela direção de núcleo/setor, mas não há plano de formação específico para o equipamento em questão. Apenas uma minoria registra ausência total de plano de formação.

Os empecilhos e entraves enfrentados nesse sentido, segundo as/os gestoras/es, dizem respeito à falta de tempo e a problemas estruturais do equipamento, como sobrecarga na dinâmica de trabalho, elevado volume de demandas e falta de funcionários. Outro aspecto bastante apontado diz respeito ao fato de que o processo de adaptação ao programa estaria ainda em curso. Nesses casos, fala-se da necessidade de se apropriar melhor dos propósitos do programa e de adequar o equipamento à nova dinâmica, delimitar funções e realinhar a atuação internamente, para melhor incorporar as/os jovens. Aqui se incluem também contextos de transição, como processos de reorganização do equipamento, mudanças administrativas e de gestão, reforma do espaço etc. Essas falas são, em geral, mais propositivas, ao passo que sinalizam esforços para contornar dificuldades próprias do processo de consolidação do programa. Apenas poucas respostas sinalizam limitações vindas das/os próprias/os gestoras/es, por despreparo, falta de compreensão do programa ou resistência para construir o plano de maneira aberta, colaborativa e participativa junto às/aos jovens. Ainda mais escassas são as respostas identificando falta de interesse ou de responsabilidade por parte das/os jovens. Por fim, algumas/uns poucas/os argumentam pela não necessidade de definir um plano de trabalho, já que este se desenharia na prática, ou justificam a falta de plano por conta de particularidades no equipamento que impossibilitariam ou dispensariam a elaboração dele (demandas irregulares e de curto prazo ou imprevisibilidade do cotidiano).

Outro conjunto de questões buscou explorar a percepção das/os jovens sobre seu protagonismo no equipamento. Essas questões consisti-

ram basicamente na avaliação do grau de aceitação da/o gestora/or das propostas que realizou; da participação na dinamização do equipamento em que atua; e da participação na atração de novas/os jovens para o equipamento cultural.

Sobre a permeabilidade das/os gestoras/es às propostas, observa-se inicialmente que metade das/os jovens apresenta avaliação positiva. Em T2 a percepção melhora, ultrapassando 60% das/os jovens. À primeira vista, essa melhora é consoante ao dado anterior de que, proporcionalmente, mais jovens revelam ter feito propostas em seus respectivos equipamentos. Quanto à dinamização do equipamento, a avaliação positiva é também predominante e melhora ao longo do tempo, indo de 60% a 70%. Já quanto à atração de novas/os jovens para o equipamento, a princípio a avaliação é menos favorável se comparada às anteriores, dado que a avaliação positiva corresponde à opinião de cerca de 30% das/os jovens. Ao fim da pesquisa, no entanto, há melhora, quando cerca da metade das/os jovens passa a avaliar bem sua participação.

O quadro abaixo sintetiza essas informações, trazendo uma medida de vantagem que subtrai do percentual da avaliação positiva o percentual das avaliações intermediárias e negativas. A terceira linha traz a diferença dessas medidas entre T2 e T1, permitindo visualizar a variação entre os dois momentos da pesquisa. Vemos que, tanto para a percepção sobre o grau de aceitação das propostas como sobre a dinamização do equipamento, cresce em quase 20% a vantagem da avaliação positiva sobre as demais. Quanto à atração de novas/os jovens, embora seja o aspecto mais frágil (daí o resultado negativo da medida de vantagem em T1), a melhora se dá no mesmo patamar, posto que em T2 a avaliação positiva se equipara às demais.

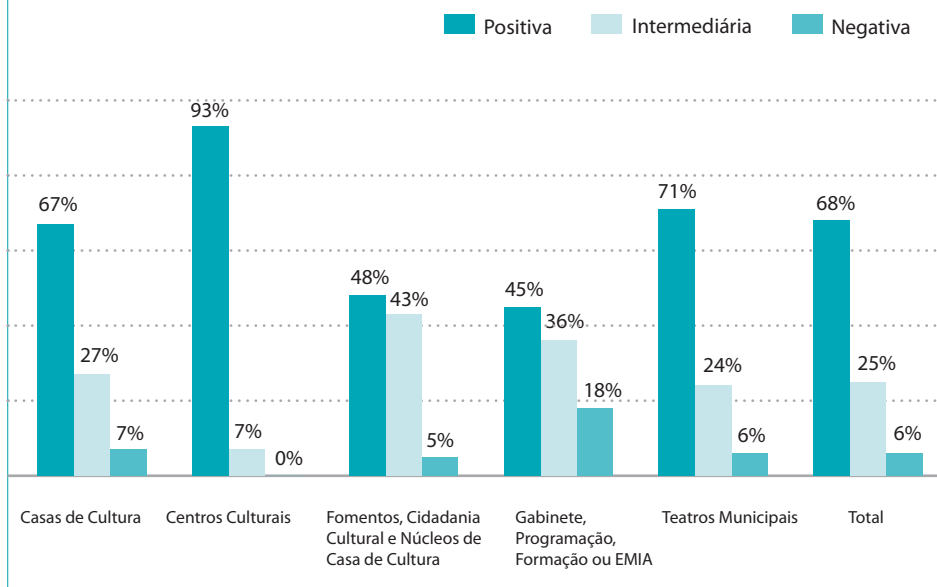
Tabela 2. Participação das/os jovens no equipamento

Grau de aceitação do gestor às propostas	Vantagem T1	19%
	Vantagem T2	38%
	Diferença T2-T1	19%
Dinamização do equipamento	Vantagem T1	22%
	Vantagem T2	40%
	Diferença T2-T1	18%
Atração de novas/os jovens	Vantagem T1	-25%
	Vantagem T2	0%
	Diferença T2-T1	25%

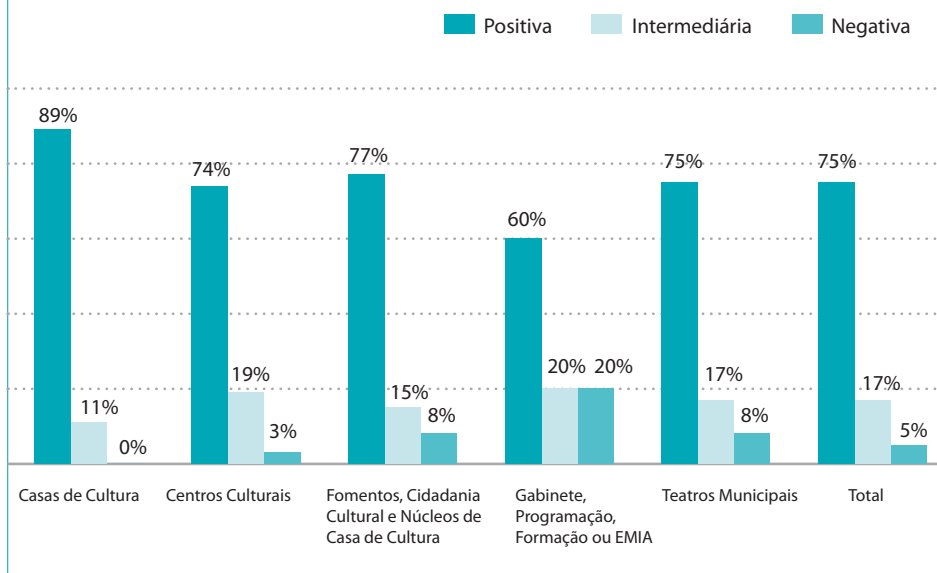
Constatou-se ainda que todos esses aspectos abordados guardavam relação com a avaliação geral da qualidade da formação prática. Para cada um deles, em que foram contemplados pontos fundamentais para a estruturação do programa (elaboração do plano de formação e atuação diversificada no equipamento), predominou a avaliação positiva da formação prática entre as/os jovens. Também os aspectos relativos à participação no equipamento pareceram impactar nessa avaliação, de modo que os avanços revelados se traduziram em uma avaliação mais positiva da formação ao longo da pesquisa. Em junho, 68% das/os jovens avaliaram a formação prática como ótima ou boa. Ao fim do ciclo, a avaliação positiva cresce em termos proporcionais, compreendendo 75% das/os jovens.

Observa-se que, nos equipamentos na ponta (casas de cultura, centros culturais e teatros municipais), a avaliação positiva tende a acompanhar ou superar a avaliação positiva geral em T₁, enquanto nos equipamentos intermediários, mais próximos à gestão (fomentos, cidadania e núcleos de casa de cultura e gabinete, formação ou Emia), a avaliação é menos positiva. Em T₂ a avaliação apresenta melhora, no entanto notadamente nos equipamentos meio. Essa tendência é esperada, uma vez que a avaliação positiva da formação se mostrou associada a elementos relativos à diversidade de atividades, à dinamização do equipamento e à atração de novas/os jovens, elementos esses cujo desenvolvimento nos equipamentos na ponta é mais claro ou mais imediato. Também quanto às propostas feitas pelas/os jovens, observou-se anteriormente o peso daquelas relativas à difusão dos equipamentos no território, à profusão de novas atividades e à ampliação do diálogo com a comunidade. Nesse sentido, avaliações menos positivas não deixam de sinalizar a necessidade de refletir sobre o papel das/os jovens nesses equipamentos intermediários e sobre o potencial de sua presença para aprofundar esses elementos que se encontram mais bem resolvidos nos equipamentos na ponta – preocupação presente também na fala das/os gestoras/es, conforme já exposto, com o objetivo de amadurecer a compreensão sobre o papel das/os jovens no equipamento e readequar a dinâmica das atividades internas para receber o programa. De todo modo, o que se observa é um processo geral de avanço e de resposta a esses desafios colocados para o programa, inclusive do ponto de vista da integração das formações teórica e prática, que passa a ser mais bem avaliada ao longo do tempo.

Avaliação geral da qualidade da formação prática em junho/2016



Avaliação geral da qualidade da formação prática em novembro/2016



Motivações e perspectivas

Por fim, foi abordado em questão aberta o grau de motivação das/os jovens. As/Os que se revelam desmotivadas/os apontam razões, em sua maioria, ligadas à atuação no equipamento e à dificuldade em conectar formação prática e teórica. Sobretudo na rodada realizada em junho, apontam-se problemas na dinâmica do equipamento, como a falta de funcionários, a indisposição por parte das/os gestoras/es ou a falta de definições mais claras quanto à função da/o jovem monitora/or no equipamento – problemas esses presentes também nas falas das/os gestoras/es, conforme exposto anteriormente. Por conta disso, restaria pouco espaço para desenvolvimento de atividades vinculadas à formação, o que acaba por limitar a intervenção da/o jovem no equipamento. No segundo momento, essas questões aparecem novamente, e o desafio segue sendo avançar na construção de propostas de superação dessa defasagem e conquistar mais protagonismo no equipamento.

A minha avaliação do programa no geral é positiva, apesar de achar que alguns conteúdos têm de ser aprofundados. Minha crítica e desmotivação são pela parte prática, que se juntou pouco com a teórica e foi pouco formativa. Fica como sugestão melhorar o plano de formação prática e que os gestores estejam mais preparados para um papel pedagógico. (JMC)

É nesse sentido que se problematiza a integração entre as formações e as possibilidades de aplicação dos conteúdos teóricos na atuação cotidiana no equipamento, revelando que essa experiência, quando é mais positiva para a/o jovem, se traduz em maior motivação.

A junção da formação teórica à prática é essencial, e pude exercer minha formação de forma pontual e agregar ao equipamento minha identidade. (JMC)

Ainda do ponto de vista das dificuldades, são elencadas questões mais amplas relacionadas à política pública como um todo – problemas estruturais do PJMC, falta de planejamento e de verba e problemas de comunicação – e, com menos frequência, questões de cunho pessoal como motivo da desmotivação – principalmente o cansaço por conta do excesso de atividades a serem conciliadas para além da participação no programa. Outro ponto, já levantado na metade do ciclo, diz respeito à falta de perspectivas futuras, o receio de não encontrar inserção profissional após o término do programa e o sentimento de ansiedade decorrente disso. Esse

ponto ganha ainda mais relevo na última aplicação da pesquisa, quando despontam registros atentando para o fim do ciclo no programa, e a falta de perspectivas futuras se destaca entre os problemas identificados pelas/os jovens, deixando patentes as inseguranças quanto à possibilidade de enfraquecimento ou descontinuação do PJMC.

[...] há uma inquietação quanto a como os jovens ficarão posteriormente ao PJMC, que foi uma experiência única e trouxe muita coisa positiva para nossa vida como cidadão e militante. Não consigo me dedicar mais a algo que pode ser que no próximo ano vai ter outra cara e perder toda a sua força. (JMC)

As falas mais otimistas abordam, com maior frequência, a ampliação de repertório, seja pelo aprendizado nas formações, seja pelo conjunto mais amplo de vivências no programa. Menciona-se muito o contato com novas problemáticas e a aquisição de conhecimentos no campo da cultura, da arte e de temas sociais gerais. A experiência como um todo é descrita como rica e transformadora, no sentido de promover (des)construções em troca de novas perspectivas de mundo e de novos valores. Também nesse aspecto, ressalta-se que a participação no programa seria agregadora do ponto de vista da atuação coletiva e norteadora quanto às possibilidades de transformação social por meio da cultura, destacando-se ainda a importância de discutir políticas públicas e fortalecer as lutas sociais.

Cada vez mais fica claro como é viável a mudança social pela fomentação da cultura na comunidade. Tenho sonhos que outrora pareciam impossíveis, mas cada vez mais vejo como as coisas podem acontecer e como a Casa de Cultura está cumprindo muito fortemente a função da cultura para a vida. (JMC)

Muitos dos registros tratam também de aspectos relacionados à vivência da diversidade cultural na cidade. Mencionam-se as visitas a aparelhos antes desconhecidos, a oportunidade de participar de atividades culturais e acessar pessoas atuantes no campo da cultura e das artes, destacando-se sempre o potencial criativo dessas experiências. Falas nesse sentido trazem a importância do convívio e do contato com pensamen-

tos e opiniões diversos, e da construção de uma visão mais abrangente e humana sobre a cultura. Sobre a experiência nos equipamentos, fala-se da oportunidade de realizar atividades culturais na comunidade, do diálogo com outros equipamentos e das redes de contato possíveis de serem estabelecidas. Cita-se também a ampliação de perspectivas quanto a possibilidades de atuação profissional na área da cultura, mencionando-se, por exemplo, o aprendizado sobre produção e gestão cultural.

[estou muito motivada/o] por ter a oportunidade de realizar atividades culturais na comunidade, com a comunidade e para a comunidade. (JMC)

Amplia minha perspectiva profissional na área de cultura e me fortalece nas lutas de vida. Tenho mais oportunidade de participar de atividades culturais. (JMC)

O impacto das atividades do programa foi muito importante para me motivar nas decisões profissionais para minha vida, e saio do PJMC mais confiante de meus objetivos, mesmo inseguro em relação às oportunidades. (JMC)

Na última rodada, as falas mais otimistas vão no mesmo sentido, sendo recorrente a afirmativa de que a participação no programa ensejou um processo de amadurecimento pessoal. A ampliação de repertório relacionado aos conteúdos acessados constitui aspecto importante dos registros. Todavia, ainda mais destacadas são as falas suscitando questões relacionadas à consciência crítica e à cidadania. Os novos horizontes, desse modo, têm dimensão tanto particular como coletiva – dimensões essas que aparecem imbricadas nos discursos, sobretudo quando se trata de falas de empoderamento.

Independentemente das dificuldades vivenciadas no equipamento, acredito muito na cultura como meio de transformação. Acredito que eu, enquanto mulher jovem e preta, tenho de estar nesses espaços pautando e levantando minhas vivências para desconstruir estereótipos.(JMC)

Novamente são levantados elementos que dizem respeito ao estabelecimento de redes, ao contato com pessoas diversas e com artistas e militantes da área de educação e cultura. Fala-se também do contato

mais próximo com a comunidade e dos diálogos estabelecidos com coletivos ligados às respectivas regiões de atuação. Ou seja, as trocas seriam sempre potencializadas pela experiência dinâmica e ativa no território.

O programa possibilita o acesso a lugares que eu nunca teria conhecido [...], promove discussões e reflexões que me fazem pensar em vários setores da minha vida particular e coletiva. A formação prática faz com que eu esteja mais próxima da comunidade, que eu esteja em contato com coletivos e militantes da minha região.(JMC)

[...] pude conhecer pessoas magníficas, que mostraram uma outra perspectiva referente à cultura, além de ver resultados referentes ao diálogo que desenvolvi com o público do equipamento cultural.(JMC)

Em síntese, as/os jovens tendem a valorizar sobremaneira a importância em sua trajetória de ter participado do PJMC, tanto que cresce entre as duas etapas da pesquisa o percentual daquelas/es que se revelam mais motivadas/os sobre o programa (de 47% em T1 a 64% em T2). Embora os principais desafios pareçam perenes – quanto à integração entre teoria e prática, notadamente –, as falas apresentam diagnósticos coerentes sobre as limitações do programa e, de maneira geral, são ponderadas quanto aos seus saldos. Assim, mesmo identificando problemas e desafios que ainda podem ser enfrentados de forma a prosseguir no desenvolvimento do programa, as/os jovens tendem, em vez de desconstruir, a valorizar a política pública como algo a ser defendido e aprimorado.

Apesar de levantar alguns questionamentos sobre o programa como um todo, acredito fortemente na sua potência dentro do atual contexto político-social e no impacto da vida das/os jovens monitores culturais.(JMC)

Acredito que é fundamental a discussão sobre políticas públicas com jovens, principalmente no atual momento político de nosso país. (JMC)



PJMC: DIÁLOGOS ENTRE GESTORAS/ES E JOVENS

Expansão do

Entrevista com Maria do Rosário Ramalho

Secretária Municipal de Cultura de São Paulo

PÓLIS – A senhora é uma secretária de Cultura que, na prefeitura, atuou como estagiária, e o PJMC é visto como uma oportunidade de os jovens terem uma vivência profissional, com uma formação. Como vê o programa nessa dimensão de aprendizagem hoje?

MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO – O fato de uma secretária ter desempenhado várias funções na SMC dá certa segurança às/aos funcionárias/os, pois mostra que você conhece a realidade e o cotidiano delas/es. Já estive na prefeitura em diferentes posições, de estagiária a secretária, e isso dá para as/os funcionárias/os certa tranquilidade; você partilha das preocupações das pessoas.

Nas empresas privadas faltam espaços e políticas para jovens. Em geral as empresas não têm preocupação de formar e de absorver as/os jovens; algumas poucas empresas têm essas políticas. E, quando falamos que é um programa de formação, esta não é abstrata, é uma formação para o trabalho e para a vida da cidadã e do cidadão. Quando vemos os índices de desemprego das/os jovens, percebe-se que eles estão associados à falta de experiência, à falta de ter algum tipo de inserção prévia; mas, se ela/e não tem essa inserção, nunca vai preencher o requisito da experiência, e isso vira um círculo vicioso. A formação oferecida pelo Programa Jovem Monitor/a Cultural supre em parte esse aspecto do mercado de trabalho.

No contexto do programa, a/o jovem convive com outras/os profissionais com idades variadas. A prefeitura tem uma diversidade grande de funcionárias/os: funcionárias/os de carreira, comissionadas/os,

O jovem trabalha em vários departamentos da SMC, otimizando a experiência e potencializando essa troca de experiências com os servidores. Por isso considero esse programa bastante rico.

prestadoras/es de serviços. Conviver com essa diversidade e, no caso da secretaria, com a multiplicidade de intervenções que ela faz, é uma experiência muito importante para essas/es jovens que trazem sua visão de mundo, sua história para dentro da

secretaria também. Há uma troca bastante importante nesse processo. Claro que, se falarmos de uma atividade específica desenvolvida num equipamento público, talvez não seja esse o conhecimento específico que a/o jovem traz, e sim outro conhecimento, suas criações, suas inquietações, seus aprendizados, e isso vai interferir na dinâmica local. Inclusive, ao longo da participação no programa, o jovem trabalha em vários departamentos da SMC, otimizando a experiência e potenciali-

zando essa troca de experiências com os servidores. Por isso considero esse programa bastante rico.

PÓLIS – A senhora pode falar um pouco sobre o que mudou na secretaria com a presença desses jovens nos equipamentos, no gabinete, na vida cotidiana, nas poéticas culturais da cidade?

[MRR] – Eu tenho uma percepção geral. Sou parte do funcionalismo que está envelhecendo. Os concursos são cada vez mais raros e a entrada de novas/os funcionárias/os e de pessoas jovens na prefeitura é muito restrita. Na Secretaria de Cultura é muito raro receber gente nova. No momento em que essa/e jovem está formada/o, ela/e vai embora, porque infelizmente a secretaria não tem como absorvê-la/o em seus quadros

(alguém que trouxe energia, questionamentos, passou por esse convívio, aprendeu o funcionamento da máquina tem de ir embora). Nesse sentido, sempre fica uma sensação de perda. Acho que as/os jovens trazem um alimento importante para o coti-

Acho que as/os jovens trazem um alimento importante para o cotidiano; esse papel de articulação que elas/es fazem, especialmente nos territórios, aproxima os equipamentos da comunidade.

diano; esse papel de articulação que elas/es fazem, especialmente nos territórios, aproxima os equipamentos da comunidade, que é uma coisa importante que a secretaria e as/os funcionárias/os querem fazer, mas ficam presas/os a uma rotina administrativa e a uma série de tarefas a serem realizadas. A presença delas/es traz outra liberdade, inclusive de se movimentar em relação ao equipamento, em relação ao território. O programa tem ganhos para todo mundo, para as/os jovens como aprendizado e para a secretaria como potencialização de suas atividades. A SMC tem uma programação que está no site, mas essas notícias não chegam às comunidades. Isso pode ser ainda mais potencializado se tivermos uma articulação territorial mais forte. É nossa intenção cada vez mais investir nessa presença no território com as várias ações da secretaria e até de outras secretarias mais articuladas.

PÓLIS – A secretaria consegue promover uma articulação/integração do Programa Jovem Monitor/a Cultural com outras políticas, como o Agente Comunitário de Cultura, os Pontos de Cultura, os projetos apoiados pelo VAI?

[MRR] – Temos movido esforços, mas talvez não tenhamos chegado ao ponto ao qual ainda podemos chegar; é necessário investir mais nisso. O Programa Agente Comunitário de Cultura talvez venha muito para suprir essa demanda de articulação, tanto que desta vez nós direcionamos o edital para ações voltadas aos nossos equipamentos, as ações serão articuladas preferencialmente com nossos equipamentos, justamente

porque essa é uma deficiência que sentimos; as/os agentes são poucas/os, só setenta. O Jovem Monitor/a atua mais de dentro para fora, enquanto o Agente tem uma ação com base em sua proposta pessoal e vai se relacionar com aquele equipamento. Eles certamente vão se articular, e isso é importante, mas nem todo lugar tem Agente.

PÓLIS – Pensando nas trajetórias das pessoas pelas políticas públicas, vemos que há vários programas da secretaria – Vocacional, VAI, Fomentos, Jovem Monitor/a, Agente Comunitário de Cultura. Como a senhora vê a passagem por esses programas?

[MRR] – Não sei dizer se necessariamente o Jovem Monitor/a está nessa esteira, que a Helena Abramo [socióloga, pesquisadora da juventude] chama de “esteiras das políticas públicas”. Temos vários casos em que isso está acontecendo, com resultados muito interessantes de pessoas que acabam realmente ficando na cena cultural.

É muito comum você ver uma ou um jovem vestido de maneira alternativa e informal e que, com o passar do tempo e da idade, ela/e vai entrando num mercado mais formal e passa a pensar de outra maneira. Temos visto como fruto de nossos programas um movimento diferente, de pessoas que deixaram de ser jovens, mas continuam atuando na ação e na mobilização cultural, no ativismo, e fazem disso seu trabalho; começam

É necessário que as/os jovens entendam, por exemplo, como é uma política pública, sua implementação e suas limitações, porque muita gente ainda acha que depende só de vontade política para que se realize determinada ação.

a buscar mais opções e mais alternativas que permitam aprofundar a formação ou buscar outras formas de se envolver na produção cultural. Isso é um dos resultados das políticas públicas.

Antes do Programa Vocacional, havia outro programa, chamado Formação de Públicos, que acontecia nos CEUs, e penso que as/os jovens monitoras/es podem perfeitamente se inserir nesse contexto. Elas/es têm potencial para se inserir no Programa Agente Comunitário de Cultura, só que para ser agente é preciso que a/o proponente more e tenha atuação naquele território. Penso que o Programa Jovem Monitor/a Cultural se insere nisso também.

É necessário que as/os jovens entendam, por exemplo, como é uma política pública, sua implementação e suas limitações, porque muita gente ainda acha que depende só de vontade política para que se realize determinada ação. Então, passar por uma experiência de gestão como as/os jovens monitoras/es passam mostra outras coisas, mostra limites e possibilidades que se têm na administração pública.

PÓLIS – Como a senhora vê a relação das/os gestoras/es e das/os funcionárias/os em relação às/aos jovens nesse programa?

[MRR] – Acho que isso é um processo. Não acompanhei a implementação, mas num primeiro momento, quando se discutia a legislação, a preocupação era de como as/os funcionárias/os receberiam essas pessoas, de as equipes não botarem as/os jovens para tirar xerox, carregar papel, levar recado, atender telefone etc. Poderiam fazer essas coisas se fizessem parte de um processo. Não se pode entender a chegada de um jovem como reposição de mão de obra desqualificada que vem para fazer um serviço que a/o gestora/or não quer fazer. Num primeiro momento talvez isso não estivesse muito claro para as/os gestoras/es, de qual era o lugar dessa/e jovem no equipamento.

Não se pode entender a chegada de um jovem como reposição de mão de obra desqualificada que vem para fazer um serviço que a/o gestora/or não quer fazer.

Com meu olhar de fora, percebo um início do amadurecimento interno inclusive de como lidar com essa/e jovem. Vejo situações muito menos conflituosas hoje, de mais integração. Em todos os lugares em que há jovem monitora/or, o que percebo e o que ouço é só elogio, no sentido de que qualificou a atividade, incrementou a ação daquele equipamento, trouxe energia nova. As/Os gestoras/es começaram a entender melhor, e isso também passa por um processo nosso de como lidar com essa/e jovem e com nossas equipes.

PÓLIS – O processo de seleção foi sendo aperfeiçoado com as conveniadas e vimos que o perfil de jovens é majoritariamente de baixa renda, periférica/o, negra/o, e que talvez esse não corresponda ao perfil majoritário da/o servidora/or pública/o, porque no início do programa se apresentava a dificuldade da/o gestora/or de lidar com jovens. Por exemplo, uma mulher negra ser questionada por uma gestora por usar turbante. Além dessa dificuldade, às vezes geracional, de uma gestora mais velha entender o comportamento típico de uma/um jovem, existe um tensionamento que é positivo. A senhora percebe isso também, além de uma melhoria dos serviços?

[MRR] – É interessante porque, na verdade, isso não corresponde à realidade: o conjunto do funcionalismo da prefeitura é majoritariamente de baixa renda, com muitas/os negras/os e um percentual baixo de profissionais de nível superior. O que acontece é que, em áreas finalísticas da cultura, a única em que temos concurso é a de bibliotecas, em que quase todos as/os funcionárias/os que estão na gestão têm nível superior. Há um número de profissionais de nível superior que talvez seja maior em

relação à prefeitura como um todo, mas o grosso da instituição é de nível médio. O pessoal de nível superior que tem uma formação mais convencional talvez não esteja preparado para lidar com essa nova realidade de jovens de baixa renda que hoje acessam a universidade, que têm uma identidade própria, periférica. Isso é uma novidade para a prefeitura e para nossa sociedade, não é uma novidade só dentro do funcionalismo.

Vivemos os conflitos mais diversos quando tomamos a decisão política de colocar na coordenação de alguns equipamentos, como nas casas de

Vivemos os conflitos mais diversos quando tomamos a decisão política de colocar na coordenação de alguns equipamentos, como nas casas de cultura, jovens que estão inseridas/os nos movimentos culturais da região.

cultura, jovens que estão inseridas/os nos movimentos culturais da região. Isso acaba trazendo para dentro desse equipamento alguns conflitos que poderiam ficar fora – por exemplo, com relação a certos cuidados com a administração pública, como a im-

pressoalidade, como não misturar a relação do movimento com o papel que a pessoa está assumindo naquele momento e como separar o coletivo do qual ela/e participa num momento de seleção por uma política pública. Então o Programa Jovem Monitor/a Cultural traz os conflitos no cotidiano que devem ser administrados e são saudáveis. Isso é um aprendizado para todo mundo.

PÓLIS – Como a senhora vê a tensão entre a secretaria, que não está equipada do ponto de vista da quantidade de funcionárias/os, recursos, até de capacitação para tratar com jovens e ao mesmo tempo esse desejo que a/o jovem tem hoje de existir e de exercer sua vida, seu protagonismo? Como a senhora vê esse conflito? É possível haver crescimento da/o jovem nesse conflito?

[MRR] – Acho que sim, se ela/e trabalhar a arrogância que é natural da/o jovem. Falo do ponto de vista daquela pessoa que foi estagiária e chegou a uma equipe cheia de energia, de questionamentos, e encontrou gente que estava a fim de viver isso e gente que não estava a fim. Temos de conseguir ter políticas da secretaria, alimentar essa formação, estimular esse funcionário a se atualizar. Há várias medidas que vêm sendo adotadas pela gestão que oferecem cursos que pontuam para a promoção. Existe também um problema de que a reposição de funcionárias/os é muito inferior à saída.

Além disso, precisamos trabalhar a postura da/o jovem, no sentido de colocar que elas/es não são superiores por terem mais conhecimento tecnológico, que é uma mudança importante dos últimos anos. O convívio tem de ser uma relação de ganha-ganha, pois a experiência que as/os servidoras/es têm é importante. Isso tem de ser trabalhado dos

dois lados, quer dizer, o funcionalismo tem de ser preparado para receber essas/es jovens e integrá-las/os nas equipes, mas também as/os jovens têm de ser preparadas/os para ver onde elas/es vão entrar, não para desqualificar as/os que já estão no equipamento. É preciso dosar isso de um jeito bom, e, com um trabalho de mediação, o resultado tende a ser muito mais positivo.

PÓLIS – A senhora acha que o Jovem Monitor/a adquiriu uma boa visibilidade dentro da prefeitura?

[MRR] – Acho que tem visibilidade na Secretaria de Cultura. Participei do mesmo encontro que vocês, a respeito do Jovem SUAS e do Jovem SUS. São programas que, guardadas as diferenças, têm um potencial bastante grande de expansão, mas são circunscritos. O Jovem Monitor/a, comparativamente aos demais, tem um número de participantes bem menor do que os outros programas, porque as outras secretarias têm um número de funcionárias/os também muito maior, e os convênios têm outro alcance.

PÓLIS – A senhora acha que a legislação do Programa Jovem Monitor/a Cultural precisa ser mudada?

[MRR] – Ela poderia ser ampliada, mas isso precisaria incluir um grupo de estudos que envolvesse a prefeitura e a Câmara para pensar nas possíveis revisões dos programas existentes. Quando se formula uma legislação idealmente é uma coisa, mas quando se trabalha à luz de uma experiência é outra coisa.

Posso falar do VAI. Quando escrevemos a lei, eu estava na Câmara Municipal de São Paulo, formulando-a; depois, eu estava na secretaria, implementando a mesma lei. E esbarrávamos na implementação, nos limites disso. Por exemplo, pressupomos que o Conselho Municipal da Cultura estaria funcionando. Quem indicava a comissão era o conselho e, na ausência deste, o secretário tinha de escolher entre as entidades cadastradas. O conselho não foi chamado, o cadastro caducou e não tínhamos mais como chamar pessoas para a comissão. Mexe-se na lei para poder resolver esse ponto. Quando formulamos o VAI 2, aproveitamos para corrigir algumas coisas. Por exemplo, havia pessoa física e pessoa jurídica, e isso podia dar margem a alguém querer colocar mais recursos para pessoas jurídicas, mas sabemos que as/os jovens não se organizam como personalidade jurídica. Quando foi criada a lei do VAI 2, aproveitou-se para corrigir alguns pequenos aspectos na lei do VAI com base na experiência.

No caso do Jovem Monitor/a Cultural, seria interessante rever com base nessas experiências existentes. O que existe no Jovem Monitor/a Cultural e o que existe nos outros programas? Precisamos fazer uma avaliação, com trocas de experiência.

PÓLIS – No PJMC, por exemplo, acabamos criando o Conselho Participativo, que não estava previsto.

[MRR] – Isso é um avanço. É uma coisa superpositiva, que tem dado muito certo.

PÓLIS – Naquela roda com o prefeito, as/os jovens monitoras/es se diferenciavam muito, a fala delas/es era mais integrada. Elas/es tinham uma fala muito forte de direito à cidade. Essa atuação já é produto da formação; era muito bonito ver as/os jovens monitoras/es com uma visão de cidade, da cultura.

Mesmo sabendo dos acúmulos que nossas entidades têm, acreditamos que esse programa também é de grande experimentação e estamos a

Vivemos os conflitos mais diversos quando tomamos a decisão política de colocar na coordenação de alguns equipamentos, como nas casas de cultura, jovens que estão inseridas/os nos movimentos culturais da região.

Instituto Pólis

todo momento aprendendo e se re- vendo. Queremos ir além da própria atuação delas/es nos equipamentos, preparando o campo das políticas públicas para o direito à cidade, abrindo perspectivas profissionais e preparando para a vida mesmo, no sentido dos valores e dos repertórios. Isso tudo

circula bastante nesse programa. Eu queria saber como é que a senhora vê a questão da formação delas/es, que pontos deveriam ser reforçados, quais outros ingredientes são importantes para a formação do jovem?

[MRR] – Não tenho tantos elementos para saber como vocês constroem essa formação. A impressão que tenho é que a formação é mais voltada para a cidadania, para o direito à cidade, então talvez coubesse alguma coisa de gestão propriamente dita, dos poderes, pensando em formar para a vida, mas também a formação profissional é importante nesse caso. Não é formação técnica, é mais formação profissional de inserção, seja no Terceiro Setor nas ONGs, seja nas políticas públicas, seja na produção cultural.

PÓLIS – Temos uma preocupação em dividir a formação teórica em geral e específica. A específica é mais voltada às coisas mais técnicas, diretamente relacionadas aos equipamentos; a biblioteca tem a mediação de leitura, por exemplo. A estrutura da formação é para dar repertório às/ aos jovens, condições de atuar como agentes culturais, editais, ser agente cultural etc. Elas/es já saem mais preparadas/os para isso, porque se mantêm como ativistas e artistas.

[MRR] – Todas/os trazem as dificuldades de sobreviver neste mundo. Mesmo os editais, que são finitos, atendem uma parcela pequena de pessoas, apenas nos setores mais organizados. Há uma fragilidade ainda

nesse universo – por exemplo, de pessoas que não entraram em contato com a elaboração do projeto, com a técnica da escrita, com o procedimento, com o caminho de acesso às políticas públicas.

PÓLIS – A senhora acha que deve haver uma formação especial para a pessoa que trabalha no gabinete e para o funcionalismo, um programa de capacitação para o funcionalismo?

[MRR] – Existe a Escola de Administração, a Escola do Servidor, há convênio com a Câmara Municipal; a secretaria usufrui programas da prefeitura. Na verdade, precisaria haver um investimento na formação que é dada, com mais elementos da cultura. Na Câmara há a Escola do Parlamento, que podemos usar e que deveria ser mais explorada, além de outros canais já existentes.

Existe a Escola de Administração, a Escola do Servidor, há convênio com a Câmara Municipal; a secretaria usufrui programas da prefeitura. Na verdade, precisaria haver um investimento na formação que é dada, com mais elementos da cultura

PÓLIS – E programas como o Jovem Monitor/a para capacitar funcionárias/os?

[MRR] – Acho difícil conseguirmos viabilizar financeiramente.

PÓLIS – E no caso do gabinete, que é o cérebro da secretaria, precisaria haver uma formação especial para as/os jovens que lá atuam?

[MRR] – O gabinete não tem condições de fazer cursos e tem um número pequeno de jovens monitoras/es. Penso que não justificaria ter uma formação especial.

(Entrevista à equipe do PJMC/Pólis.)

Entrevista com: Isabel Lagedo Pizzingrilli

Coordenadora pedagógica dos equipamentos vinculados ao Departamento de Expansão Cultural (DEC), no período de 2014-2015

Isabela Tramansoli Resende

Coordenadora Político-Pedagógica do PJMC

Ricardo Scardoelli

Diretor do CCJ

PÓLIS – Estamos no final do segundo ano do Programa Jovem Monitor/a Cultural, com coisas bastante palpáveis, resultados e importâncias. Envolvemos muito nossa vida e nossos saberes na construção desse programa. Sobre ele, vamos centrar nossa conversa em quatro questões:

- 1. A importância do programa como construção de políticas públicas e cultura de juventudes.**
- 2. Desafios do PJMC.**
- 3. Os resultados.**
- 4. As perspectivas.**

PÓLIS – Qual é a importância do Programa Jovem Monitor/a Cultural como política pública de juventudes?

ISABELA TRAMANSOLI RESENDE – Eu entrei na prefeitura de São Paulo muito jovem, com 21 anos. Sou de uma geração que vê as políticas públicas sendo construídas para as juventudes, e não com elas. A concepção da juventude como o período entre 18 e 29 anos vem ganhando força, principalmente depois do Estatuto da Juventude, além de importância e abrangência nas ações do poder público. O Programa Jovem Monitor/a Cultural contribui muito para isso na cidade de São Paulo e vem ganhando corpo dentro da Secretaria Municipal de Cultura e espelhando outros programas com esse mesmo recorte, em outras secretarias, que de algum modo acabam se relacionando com esse olhar do que é juventude, não só pelo recorte

Quando o programa se expandiu, havia muitas dúvidas se as/os jovens seriam estagiárias/os, jovens aprendizes... Quem são? Mas o programa ajudou dentro da secretaria a dar concretude para a juventude, a pensar na questão do protagonismo.

da faixa de idade, mas da importância de voltar o olhar e pensar políticas públicas exclusivas para jovens.

Quando eu era criança/adolescente, ouvia a frase: “Ah! O jovem é o futuro do Brasil!”. Mas a juventude sempre sofre com o mesmo dilema: “Como posso ter experiência se não me dão a chance

de ter essa experiência e experimentar de fato o mercado de trabalho?”. O programa dentro da secretaria trouxe essa concretude do que é a juventude. Por exemplo, a importância desta questão: quando o programa se expandiu, havia muitas dúvidas se as/os jovens seriam estagiárias/os, jovens aprendizes... Quem são? Mas o programa ajudou dentro da secretaria a dar concretude para a juventude, a pensar na questão do protagonismo.

O programa valoriza, portanto, essa fase de vida. E, em momentos de crise, esse é o segmento mais afetado com cortes que reduzem os direitos humanos. Então é muito importante esse programa ser voltado para

a juventude e estimular seu protagonismo. Ao mesmo tempo, o programa não tem só como objetivo a inserção do jovem no mercado de trabalho e a capacitação profissional, mas também a valorização do indivíduo como sujeito

O programa não tem só como objetivo a inserção do jovem no mercado de trabalho e a capacitação profissional, mas também a valorização do indivíduo como sujeito da própria trajetória.

da própria trajetória, com protagonismo e reflexão crítica, autocrítica para ir se formando como cidadão, com um olhar que vai além da questão do mercado de trabalho. Por isso a importância de experimentar. Esse é um caminho que não tem volta, depois que promove uma formação que tem esse olhar tão sensível para as questões que hoje são fundamentais.

RICARDO SCARDOELLI – Percebemos no cotidiano – e estudos sobre a juventude também apontam – que a visão da sociedade sobre esse segmento é positiva no que diz respeito ao individual, à estética e à beleza. Entretanto, quando o assunto é a tomada de decisão política, a coordenação de processos e espaços e o protagonismo para exercício dos direitos, a sociedade tende a julgar a juventude como irresponsável, imatura ou ainda não preparada para assumir determinadas responsabilidades.

O Estatuto da Juventude assegura o jovem como sujeito de direitos e protagonista de sua própria história, e é isso que as políticas públicas de juventude devem garantir. Nesse sentido, o PJMC tem o desafio de proporcionar ao jovem uma experimentação no campo da gestão cultural e uma reflexão sobre o mundo, mas não apenas para o mundo do trabalho, e sim com pensamento e ação sobre a cidadania, sobre a importância das políticas públicas para a sociedade.

O Estatuto da Juventude assegura o jovem como sujeito de direitos e protagonista de sua própria história, e é isso que as políticas públicas de juventude devem garantir.

O PJMC conseguiu trazer essa faceta do jovem como sujeito de sua própria história, conduzindo diversos processos. No início, quando havia PJMC somente no CCJ, precisamos romper com a visão da/o jovem como pura mão de obra para garantir o espaço funcionando e alterar sua es-

Assim, a/o jovem que passa pelo programa tem a oportunidade de atuar de uma forma diferente do mercado formal, pois trabalha de forma ativa no exercício da cidadania, na compreensão da organização do Estado.

tempo que incrementamos e melhoramos o serviço público ofertado para a população, pois as/os jovens também se mostraram essenciais para o funcionamento da secretaria, sobretudo nos equipamentos públicos menos estruturados e situados nas periferias da cidade.

Assim, a/o jovem que passa pelo programa tem a oportunidade de atuar de uma forma diferente do mercado formal, pois trabalha de forma ativa no exercício da cidadania, na compreensão da organização do Estado. Essa experimentação garante a ampliação do repertório e do leque de possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Obviamente não se garante uma reserva de mercado, mas a política pública cumpre seu papel fundamental, que é expandir essas possibilidades.

PÓLIS – Como vocês veem o protagonismo, tanto para a ação como para a vida? Acreditamos que a/o jovem está sendo formada/o não apenas para uma ação cultural ou para o mercado de trabalho, mas para a vida. Isso está bem claro para nós. Como é que vocês veem isso?

RICARDO SCARDOELLI – Não temos dúvidas de que o PJMC proporciona um processo de formação para a vida, e isso com certeza poderá contribuir para a entrada no mercado de trabalho, mas não é o direcionamento exclusivo

Não temos dúvidas de que o PJMC proporciona um processo de formação para a vida, e isso com certeza poderá contribuir para a entrada no mercado de trabalho, mas não é o direcionamento exclusivo dessa política.

dessa política. A reflexão sobre cidadania cultural e o exercício como protagonista são determinantes na concepção do programa. Sentimos o efeito disso em diversos relatos de jovens após saírem do programa e ingressarem em novas experiências, sobretudo quando apontam a possibilidade de decidir, de conduzir e influenciar em processos dentro dos equipamentos em que atuam. Geralmente sentimos essa avaliação após a saída do programa, quando comparam com outras experiências.

Sabemos que, por ser uma política pública complexa, existem disputas de compreensão e concepção de qual deveria ser sua ênfase (mais técnica, mais específica para cada setor, mais generalista, foco em cidadania?). Entretanto, entendo que o formato atual é compreendido como fundamental pela maior parte da SMC e da prefeitura, pois ele congrega a faceta de ter impacto na transformação da vida das/os jovens e é muito importante para o funcionamento da prefeitura.

ISABELA TRAMANSOLI RESENDE – É um tipo de política pública que reverbera também dentro da secretaria; é um processo de oxigenação de uma estrutura que muitas vezes é segmentada. Aparece uma série de conflitos que não se entende como ruins, mas que provocam reflexões e autocríticas e de fato promovem uma transformação interna, a qual acontece para fora também, porque esses jovens, depois do aumento de repertório, acessam suas redes e transformam também seus entornos. E suas redes são seus colegas, seus amigos, sua família, os espaços e os territórios em que transitam, seus grupos, seus coletivos políticos e culturais.

A questão do protagonismo do jovem é uma concepção que ainda está em disputa, porque não é um conceito objetivo, e sim subjetivo, e em construção. Desde o início do programa fizemos uma série de reflexões sobre o significado de nosso protagonismo. Ou seja, aquilo que cabia e conversava com a proposta do programa. O foco não está em um só indivíduo, apesar de a transformação acontecer individualmente em cada jovem.

A mudança é feita de forma coletiva, por meio do encontro de diferentes visões e perspectivas, de uma formação voltada para a cidadania cultural e a troca intensa, durante todo o período de formação. Por meio

das experiências foi-se questionando, dinamizando esses conceitos, pois já trazemos uma bagagem, e conseguindo fazer essa disputa com mais propriedade. Tiramos um pouco o peso de que o protagonismo é só a proposição de projetos, pois isso gera muitos conflitos e muitas inquietações nas/os jovens que estavam numa estrutura sem possibilidade de atuação na ponta, e estas/es eram as/os que mais questionavam a ideia do protagonismo. Poderemos fazer essa disputa a partir do momento em que se consiga consolidar as instâncias de participação, e elas foram fundamentais nesse processo, quando foi criado o Conselho Participativo com as/os jovens, quando criamos um GT de Comunicação com as/os jovens e uma abertura para o diálogo construtivo, não com estruturas em que cada um impõe seus pontos de vista, mas no sentido de olhar e entender o que é a coletividade, entender suas funções e a representação.

Isso foi fazendo com que se conseguisse modificar e avançar nessa questão do protagonismo. Conseguimos ver o resultado concreto dessa disputa vendo as/os jovens comprometidas/os, se engajando, se organizando, mas sem disputar um programa para elas/es – essa foi a grande

É um tipo de política pública que reverbera também dentro da secretaria; é um processo de oxigenação de uma estrutura que muitas vezes é segmentada.

A questão do protagonismo do jovem é uma concepção que ainda está em disputa, porque não é um conceito objetivo, e sim subjetivo, e em construção. Desde o início do programa fizemos uma série de reflexões sobre o significado de nosso protagonismo.

diferença. Não é uma disputa do programa para um grupo, mas para que outras pessoas tenham essa mesma oportunidade. Ela amplia os horizontes de determinada forma e as/os jovens conseguem olhar para além de si mesmas/os, como indivíduos, e se consegue ter essa conversa, essa ideia do coletivo. Isso fica evidente na atuação das/os jovens em relação às audiências sobre o orçamento na Câmara Municipal e no Projeto Scholas Occurrentes.

ISABEL LAGEDO PIZZINGRILLI – Em uma narrativa literária, o protagonista é aquele que movimenta toda a história, é quem muda a história do coletivo que está em torno dele. Pensando nisso, quero falar da implan-

Tampouco sabíamos os significados do programa para o cotidiano, nem mesmo o alcance que ele ganharia nos equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura e na cidade.

tação do Programa Jovem Monitor/a Cultural no DEC (Departamento de Expansão Cultural), do ponto de vista das/os funcionárias/os. Quando o PJMC foi implantado no DEC, não sabíamos ainda que um de seus obje-

tivos era fomentar o protagonismo das/os jovens. Tampouco sabíamos os significados do programa para o cotidiano, nem mesmo o alcance que ele ganharia nos equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura e na cidade. Sabíamos, no entanto, que se tratava de um programa de formação para jovens e que formaríamos uma equipe para implantar o projeto. A princípio, o então diretor do DEC, Eduardo Senna, formou uma equipe de funcionárias/os (da qual eu fiz parte) responsável por realizar todo o processo de seleção das/os jovens, assim como o processo de orientação às/aos gestoras/es dos equipamentos, com apoio do CCJ.

Retomando as características do protagonista, observo hoje que a presença da/o jovem monitora/or cultural, em condição de constante formação e interação com as instituições conveniadas, é positiva para

Retomando as características do protagonista, observo hoje que a presença da/o jovem monitora/or cultural, em condição de constante formação e interação com as instituições conveniadas, é positiva para a vida do equipamento cultural e para funcionárias/os e gestoras/es.

a vida do equipamento cultural e para funcionárias/os e gestoras/es. Na Galeria Olido, onde trabalho, isso fica evidente tanto no dinamismo da programação quanto na renovação do interesse das/os funcionárias/os públicas/os, que, inspiradas/os pela atuação das/os jovens, ressignificam seu trabalho na equipe. Ressalto

também a importante contribuição das/os jovens monitoras/es em formação na concepção da programação, quando, por exemplo, ao longo de uma conversa sobre determinada programação, elas/es apontaram os conteúdos preconceituosos presentes em determinado objeto e, as-

sim, contribuíram muito para que essa programação não fosse um mero evento, mas proporcionasse a reflexão tanto de quem produz o programa quanto de quem participa, ajudando a pensar que a programação deve ser mais, deve ser compromisso social, cultural, com um olhar ampliado da situação.

Daí o papel do protagonista, que muda o coletivo e transforma o curso da história. E isso é uma provocação constante, pois a formação é voltada para a juventude, mas o PJMC, segundo eu leio, proporciona, pelo fluxo, formação para o conjunto da Secretaria Municipal de Cultura.

Não obstante, a formação da/o funcionária/o pública/o, bem como a das/os gestoras/es, ainda é um desafio; ainda temos muito que fazer. E esse processo de formação deverá ser constante. A programação cultural, a meu ver, deveria ter o ponto de vista formativo, sempre.

Quanto aos resultados do programa, é difícil pensar, pois ele ainda está em processo.

PÓLIS – Vocês podem falar um pouco da importância do programa para a comunicação dos equipamentos da cultura com o território e como o programa incide nisso?

RICARDO SCARDOELLI – O programa começa no CCJ, equipamento que acompanho no cotidiano. A estruturação e a organização do PJMC nesse equipamento têm a ver também com o desenho organizacional do espaço. A ideia é justamente proporcionar uma iniciação na gestão cultural pública, entendendo as diretrizes dessa gestão como garantia de participação, direitos, cidadania, importância do equipamento para o território no qual está inserido etc. Esse desafio é o mesmo dos demais equipamentos públicos nas pontas, pois a diretriz é de toda a prefeitura, e não apenas do CCJ. Podemos citar vários exemplos, como a transferência das casas de cultura para a Secretaria de Cultura e a criação de novas casas de cultura e novos centros culturais espalhados pela cidade, ampliando a articulação dos equipamentos com seus territórios.

A ideia é justamente proporcionar uma iniciação na gestão cultural pública, entendendo as diretrizes dessa gestão como garantia de participação, direitos, cidadania, importância do equipamento para o território no qual está inserido etc.

Assim, a interação da/o jovem monitora/or com o território está alinhada com a diretriz política da gestão como um todo, com especificidades em cada local de atuação. Outro fator que torna o PJMC um importante elemento de comunicação entre os equipamentos e o território é a regra que determina a participação de jovens que residem na região em que os equipamentos públicos estão inseridos. Isso proporcionou que os equipamentos ganhassem maior capilaridade, mas também proporcio-

nou à/ao jovem outro olhar sobre seu território e sobre a importância da presença do Estado no território, e não apenas como a presença mais conhecida nas periferias do Estado policial e violento. Fez, inclusive, com que as/os jovens fossem mais empolgadas/os nessa interação porque são espaços que conheciam, onde conviviam, e fez com que os equipamentos ganhassem outra vida e outro olhar.

Tudo isso é positivo, mas também gera disputas de concepções, por exemplo: qual é o papel da biblioteca ou de uma casa de cultura? A biblio-

A incidência da/o jovem monitora/or também fez com que os equipamentos fossem obrigados a ressignificar sua atuação nos territórios ou, no mínimo, fazer um debate e uma reflexão sobre esse ponto.

teca precisa ter uma/um jovem para fazer articulação territorial ou ela/e vai deve somente aprender funções clássicas de uma biblioteca, como o funcionamento da catalogação, do armazenamento e do empréstimo? Ou seja, a incidência da/o jovem moni-

toradora/or também fez com que os equipamentos fossem obrigados a ressignificar sua atuação nos territórios ou, no mínimo, fazer um debate e uma reflexão sobre esse ponto.

PÓLIS – Desafios fazem girar a cultura nos territórios?

ISABELA TRAMANSOLI RESENDE – Considero relevante sobre o território, reforçando a questão da articulação, porque na proposta da gestão Haddad a Secretaria de Cultura tinha como diretriz pensar o território de forma articulada. Apesar de existir um projeto de territorialização,

Apesar de existir um projeto de territorialização, o programa reforçou a importância do território, contribuindo para que as/os gestoras/es dos equipamentos realizassem esse diálogo e pensassem mais amplamente, a fim de rever as funções sociais do espaço.

o programa reforçou a importância do território, contribuindo para que as/os gestoras/es dos equipamentos realizassem esse diálogo e pensassem mais amplamente, a fim de rever as funções sociais do espaço. O programa conseguiu contribuir para as articulações que já estavam sendo pensadas nas diretrizes dessa gestão.

É muito legal ver um movimento em Santo Amaro, por exemplo, entre as casas de cultura, biblioteca e teatro: fizeram um conjunto de atividades compartilhadas. Promoveram um caminho da cultura no bairro e pensaram como equipamentos que estão no mesmo território com funções diferentes, e com base no serviço que oferecem, passam a trabalhar em conjunto e a fazer girar a cultura naquele polo. Cada um com suas especificidades e suas atividades sendo oferecidas de forma conjunta, fortalecendo a cultura da região. Esse é um exemplo que traduz a importância do programa para o diálogo do equipamento com o território.

Acredito que o PJMC favoreceu e muito a comunicação entre os equipamentos e o reconhecimento no território da presença e da visibilidade da Secretaria de Cultura nos bairros. Desafio para mim é formação sempre.

DESAFIOS

PÓLIS – Até que ponto a secretaria, com sua estrutura e gestoras/es, e o próprio gabinete tinham uma compreensão desse programa ou da importância dele? Qual é o lugar desse programa na secretaria?

RICARDO SCARDOELLI – Isso tem a ver com o histórico e o amadurecimento do programa. Hoje o gabinete tem a avaliação de que é um programa fundamental para a juventude, para a cultura, para a própria secretaria e para a cidade. Ele ganhou esse espaço central na compreensão dos núcleos mais estratégicos da secretaria ao longo do tempo. O programa foi ganhando importância à medida que foi se estruturando.

Quando começou o governo, o PJMC praticamente não existia, a não ser como um puxadinho para garantir que o CCJ funcionasse. Quando se criou o Plano de Metas, o PJMC não estava em seu horizonte. Temos os Pontos de Cultura, uma política do governo federal com importância nacional; tínhamos o VAI, uma política de dez anos; o Agente Comunitário de Cultura, desenvolvido na academia e trazido para a prática na gestão pública. O Programa Jovem Monitor/a era marginal; não era uma política de fato. Apesar de existir uma lei que o criava, o que acontecia era uma prática paralela no CCJ com esse nome – que ajudava na criação da lei, mas não era a aplicação dela.

O PJMC não tinha destaque num primeiro momento do governo. A política foi sendo construída ao longo do tempo e o CCJ foi se fortalecendo como órgão gestor do Programa Jovem Monitor/a até sua expansão.

Posteriormente veio a necessidade de criarmos frentes mais amplas e autônomas de gestão. As instituições conveniadas foram importantes parceiras em toda a condução da política. Com essa conjunção de fatores, ele foi evoluindo e ganhando força não

só para o núcleo estratégico ou para quem está nos espaços de decisão, mas também para as/os próprias/os funcionárias/os da secretaria. Ainda assim, não estava necessariamente na agenda principal.

Hoje o gabinete tem a avaliação de que é um programa fundamental para a juventude, para a cultura, para a própria secretaria e para a cidade. Ele ganhou esse espaço central na compreensão dos núcleos mais estratégicos da secretaria ao longo do tempo.

O PJMC não tinha destaque num primeiro momento do governo. A política foi sendo construída ao longo do tempo e o CCJ foi se fortalecendo como órgão gestor do Programa Jovem Monitor/a até sua expansão.

Aos poucos o programa se impôs, inclusive por ter espaço de participação e estimular encontros e debates nos quais eram explicitadas convergências e divergências entre gestoras/es, conveniadas e jovens. Cresceu e mostrou que faz uma diferença enorme nos espaços, na vida da população e das/os próprias/os jovens. Em momentos decisivos de conflito político, o programa também cresceu. Hoje, inclusive, aparece no centro das discussões no movimento cultural. Na definição do orçamento na Câmara Municipal, está na lista das reivindicações.

Entendo que tivemos um papel relevante no amadurecimento dessa política pública. Sua estruturação não surgiu necessariamente de pressões externas do movimento cultural, no entanto, ao longo dos anos, ganhou a adesão da população e entrou na agenda do governo e dos movimentos.

ISABELA TRAMANSOLI RESENDE – Nosso grande desafio é a questão da formação. Não digo só no Programa Jovem Monitor/a, mas a proposta

Nosso grande desafio é a questão da formação. Não digo só no Programa Jovem Monitor/a, mas a proposta de programas de formação em uma Secretaria de Cultura que sejam ousados, corajosos, inovadores e profundamente transformadores.

de programas de formação em uma Secretaria de Cultura que sejam ousados, corajosos, inovadores e profundamente transformadores. É muito gratificante trabalhar em uma gestão que valoriza a cultura não só como entretenimento, ou do ponto de vista do mercado, mas dá outra

cara a ela. Qual é o sentido de haver um programa de formação dentro da Secretaria de Cultura? Ele vai ganhando reconhecimento a partir do momento em que vai se expandindo, se reestruturado e demonstrando sua importância para os equipamentos, para a formação das juventudes, para a estrutura central da secretaria e para sua visibilidade. É possível fazer uma série de outras atividades que dialogam entre si.

Outro ponto do reconhecimento da importância do programa foi a expansão do número de jovens. Em 2013 havia trinta jovens no CCJ, e esse número passou para 263 em menos de dois anos.

Outro ponto do reconhecimento da importância do programa foi a expansão do número de jovens. Em 2013 havia trinta jovens no CCJ, e esse número passou para 263 em menos de dois anos. Corrigimos as consequências negativas do crescimento. Revertemos

um quadro que poderia ser desastroso e mostramos que o programa tem um potencial de transformação e de impacto na cidade muito grande. A partir disso, o PJMC foi tendo o reconhecimento que ele tem hoje.

Outro desafio: muitas vezes, quando realizamos um processo avaliativo, nesses momentos de troca com as/os jovens, muitas coisas que

aparecem não são desafios do programa, e sim da própria administração pública, então estão além de nossa alçada. Mas conseguimos perceber que, a partir do momento em que dialogamos, ou seja, criamos canais de diálogo e participação, conseguimos expor nossas limitações e desafios. Isso muda completamente a visão que elas/es têm sobre a máquina e se tornam parceiras/os na busca por soluções.

Outro desafio foi conseguir criar uma rede de apoio para as/os jovens. O fato de as conveniadas fazerem formação para as/os agentes de formação foi um caminho bastante positivo, mas a máquina pública tem um desafio de conseguir criar redes e pensar políticas públicas de forma transversal. Essa rede é fundamental para que possamos dar um suporte para essas/es jovens, para auxiliá-las/os a enfrentar algumas dificuldades, como depressão, crise de pânico, questões familiares, de abusos, de condições que afetam sua vida e impactam de forma bastante direta sua relação com o programa.

RICARDO SCARDOELLI – Foi uma trajetória que garantiu uma força política para o PJMC que vai de sua expansão até a luta por orçamento na Câmara por parte dos movimentos culturais, sobretudo os movimentos culturais das periferias. O primeiro ano foi de adequação jurídica para fazer o programa funcionar. No segundo ano, expandimos. No terceiro, montou-se uma equipe de gestão ainda sem estrutura e, no último ano, fortaleceu-se a equipe de gestão e criou-se uma coordenação pedagógica, garantindo espaços e mecanismos de participação. Ele evoluiu numa linha cronológica, sem planejamento minucioso dessas etapas, mas com orientação e organização para consolidar a política pública por meio de processos de diálogos e disputas de compreensão.

O primeiro grande desafio é manter o programa no centro da visão e nas prioridades políticas das gestões que virão, além de deixá-lo vivo na boca dos movimentos da sociedade civil. Hoje o PJMC já atinge uma juventude que é em sua maioria de baixa renda, mas não necessariamente é todo o recorte que a política deveria atingir. Por exemplo, uma pesquisa

realizada mostrou que boa parte das/os jovens tem perfil universitário (terminou, está cursando ou vislumbra cursar) e tem acesso a um conjunto de direitos e de informações. Então, apesar de ser um público de

Foi uma trajetória que garantiu uma força política para o PJMC que vai de sua expansão até a luta por orçamento na Câmara por parte dos movimentos culturais, sobretudo os movimentos culturais das periferias.

O primeiro grande desafio é manter o programa no centro da visão e nas prioridades políticas das gestões que virão, além de deixá-lo vivo na boca dos movimentos da sociedade civil.

baixa renda, não é obrigatoriamente um público em situação de alta vulnerabilidade. Portanto, é um desafio do programa atingir esse público.

Sem deixar de lado o público universitário, deveríamos criar ferramentas que proporcionem ampliar quem atingimos com a política. Sem dúvida, para a/o jovem mais vulnerável, o impacto da política seria fundamental. Acredito que o impacto seja ainda maior na transformação da vida dessas/es, apesar de também ser fundamental para jovens já iniciadas/os em produção cultural e com iniciação artística.

PÓLIS – Vocês acham que isso também passaria por mudar a exigência de Ensino Médio completo para ser selecionado?

RICARDO SCARDOELLI – Exatamente. Para isso, a primeira ação seria tirar o Ensino Médio completo da exigência, o que poderia proporcionar atingirmos jovens, por exemplo, que estão em qualquer tipo de conflito com a lei. Precisamos expandir a capilaridade e o potencial de acesso às diferentes juventudes.

ISABELA TRAMANSOLI RESENDE – Nessa questão da perspectiva, precisamos garantir que o programa se torne uma política de Estado. Promover uma série de reflexões de como se atingem as juventudes, fazendo uma

Nessa questão da perspectiva, precisamos garantir que o programa se torne uma política de Estado.

série de adaptações no próprio processo seletivo, na forma de realizar inscrição etc. Nessa perspectiva, o desafio é manter o programa em ou-

tras gestões que tenham esse mesmo olhar da formação progressista, transformadora e voltada para a cidadania cultural. O receio seria transformar seu enfoque em algo semelhante à capacitação para o primeiro emprego, como o Jovem Aprendiz. Esses programas também são importantes, no entanto isso descaracterizaria o Jovem Monitor/a, tirando o peso da experimentação e do protagonismo das/os jovens. Assim, são poucos os desafios nas perspectivas daqui para a frente.

É fundamental para a continuidade do programa a interação com as conveniadas, porque o processo formativo faz parte dessa concepção do

É fundamental para a continuidade do programa a interação com as conveniadas, porque o processo formativo faz parte dessa concepção do que é a formação

que é a formação. A dialogia tem de ser mantida com uma concepção de formação não autoritária, não paternalista. Se a continuidade do programa é essa, a permanência da interação com as conveniadas é importante

para garantir o processo formativo das/os jovens e o diálogo constante com a gestão.

Desafios: papel do Estado e das políticas públicas e perspectivas futuras

RICARDO SCARDOELLI – Outro grande desafio da formação é que ela dê conta de iniciar ou reforçar esse aspecto coletivo da organização da sociedade e o papel do Estado, pois em vários momentos se nota que não há compreensão do que é política pública, sua importância e tudo que está envolvido em sua implantação. Qual é a importância das instituições e como isso se relaciona com os novos movimentos das juventudes?

Devemos provocar a reflexão sobre o papel do Estado e sua importância na promoção de políticas públicas. As/Os jovens têm acesso, minimamente, a essa reflexão/provocação em suas formações, mas nem na formação prática nem na teórica vejo que conseguimos aprofundar temáticas fundamentais, como as diferenças entre perfis de gestões em suas diretrizes políticas, como o Estado pode cumprir um papel diferente na garantia de espaços de participação, ou se é possível pensar uma reforma do Estado que o torne mais democrático etc. Aprofundar tais questões garantiria mais repertório para fortalecer e qualificar pressões políticas futuras.

O discurso individual e meritocrático, que são bases do capitalismo, ainda é muito forte e presente. O PJMC tende a se contrapor a ele, mas não temos a capacidade de mensurar o impacto disso nas atuações individuais de quem passa pelo programa.

Ainda no campo do desafio, para assegurarmos com mais força jurídica os espaços de participação, o Conselho Participativo do programa deve ser incluído na lei do PJMC. Foi um grande avanço garantido por portaria que pode ser alterada de forma mais simples que outros mecanismos. Essa decisão fica a cargo do perfil da gestão que ingressa no Poder Executivo, por isso a inclusão na lei deixaria algo mais sólido.

Ainda no campo do desafio, para assegurarmos com mais força jurídica os espaços de participação, o Conselho Participativo do programa deve ser incluído na lei do PJMC.

RESULTADOS

PÓLIS – O último ponto é sobre os resultados. Como vocês viram esses resultados como processo formativo? Como sentem isso do ponto de vista da secretaria?

ISABELA TRAMANSOLI RESENDE – Do ponto de vista individual, as/os jovens conseguiram contribuir para os equipamentos em que estavam inseridas/os, e é evidente essa mudança. Muitos equipamentos tiveram uma contribuição em suas ações e em sua estrutura – repensar proces-

sos, criar mecanismos de avaliação que antes não existiam, repensar as atividades, diversificar o público, dar visibilidade para os espaços, dialogar com o território. Isso oxigenou o espaço, deu uma possibilidade de novas coisas aparecerem, de serem muitas vezes, reinventadas. Esse foi o resultado que de fato contribuiu muito para os equipamentos avançarem. Nos equipamentos da ponta e nos projetos da secretaria, como o Carnaval e a Virada Cultural, a experiência das/os jovens foi muito positiva. E temos os resultados do próprio programa: é visível o desenvolvimento de cada jovem desde quando entram e vão passando por todos esses processos e reflexões, e vão se reinventando. Os engajamentos atuais são resultado dessa formação.

No entanto, os temas sobre projetos de cidade precisavam ter sido um pouco mais aprofundados. As/Os jovens que passaram pelas instâncias de participação têm outra postura sobre o entendimento da política pública, da coisa pública. No Conselho Participativo e na discussão com a gente passaram a entender os limites institucionais das ações.

Outro resultado é a inserção das/os jovens no mercado da gestão cultural. Principalmente nesse último ano, temos um indicador muito bacana com um número muito grande de jovens que conseguiram se inserir no mercado formal graças à formação que receberam no programa.

Principalmente nesse último ano, temos um indicador muito bacana com um número muito grande de jovens que conseguiram se inserir no mercado formal graças à formação que receberam no programa.

Ao longo dos últimos quatro anos, muitas/os jovens tinham sido absorvidas/os, por exemplo, na estrutura do CCJ, e tivemos uma quantidade muito grande de jovens se inserindo no mercado de trabalho e dentro da própria secretaria, muito pelo reco-

nhecimento da formação que elas/es têm. Isso foi um resultado muito positivo, relacionado ao reconhecimento dessa formação de boas/bons profissionais. Elas/es estão inseridas/os no mercado da gestão pública e da gestão cultural.

RICARDO SCARDOELLI – Os resultados a cada ano são diferentes e, pensando no encerramento de ciclos, há um somatório de todos esses resultados menores, alguns processuais e outros mais objetivos. E, sem dúvida, temos resultados para todas as esferas envolvidas no programa: jovens, SMC e provavelmente também as conveniadas.

Para as/os jovens que passam pelo programa, os resultados são em diferentes frentes. Apesar de ainda não termos o dado exato, sabemos que um número considerável deles se inseriu no mercado de trabalho no campo da cultura. Sabemos que o mercado da cultura não é tão vasto assim, mas ele tem algumas brechas em que as/os jovens conseguiram

entrar, pois houve uma ampliação dos repertórios e o leque de possibilidades aumentou.

Existem resultados mais subjetivos para a vida de cada jovem, por exemplo, no que diz respeito às reflexões sobre identidade, sexualidade, raça, etnia, entre tantas outras. Não é incomum, por exemplo, que jovens que preencheram cadastro de inscrição para entrar no programa se classificando como brancas/os tenham saído se considerando negras/os. Ou ainda relatos de meninas que passaram a denunciar relacionamentos abusivos etc. Uma menina que vinha de uma formação familiar mais conservadora falou: “O programa fez com que eu rompesse paradigmas em relação ao que entendo sobre a vida, sobre religião, sem menosprezar seu papel e continuar frequentando, mas com outro olhar”.

Os resultados para a SMC são visíveis. Houve qualificação do serviço público prestado à população e ampliação da articulação com os territórios. Alguns podem parecer subjetivos, mas são palpáveis: bibliotecas aumentando o número de empréstimos de livros e mais público nos equipamentos. Obviamente que não foi só graças ao programa, pois há também o trabalho de toda a gestão da prefeitura, mas o Jovem Monitor/a tem intersecção com tudo isso.

Portanto, existe a vivência e a garantia de repertório técnico às/ aos jovens, porém há um intenso processo de troca dialógica, de reflexão política que serviu para todas as partes, tanto para a nossa como cidadãs/ ãos e como servidoras/es públicas/os quanto para as/os jovens em sua vida e atuação no cotidiano.

PÓLIS – O que o programa significou para a vida de vocês?

ISABEL LAGEDO PIZZINGRILLI – O programa, para mim, foi importantíssimo, pois me ajudou a revisitar a jovem que fui, nos anos 1980, e contribuiu para uma espécie de revisão de minha atuação no que se refere às juventudes, como funcionária pública, como professora, como mulher... Grande parte do repertório formativo do Programa Jovem Monitor/a Cultural eu levei para o diálogo com as pessoas com quem convivo e trabalho diariamente. Foi importante rever meu lugar e meu compromisso com as/os jovens. A questão da juventude é urgente na cidade e deve implicar a todos: o centro cultural, o posto de

Sabemos que o mercado da cultura não é tão vasto assim, mas ele tem algumas brechas em que as/os jovens conseguiram entrar, pois houve uma ampliação dos repertórios e o leque de possibilidades aumentou.

O programa, para mim, foi importantíssimo, pois me ajudou a revisitar a jovem que fui, nos anos 1980, e contribuiu para uma espécie de revisão de minha atuação no que se refere às juventudes, como funcionária pública, como professora, como mulher...

saúde, a escola, a igreja... A juventude não é o “futuro do Brasil”, ela se apresenta aqui e agora.

ISABELA TRAMANSOLI RESENDE – Pessoalmente, é difícil de dizer e fico emocionada. Para mim teve uma importância muito grande, por ser jovem e trabalhar com um programa de juventude. Eu sentia que, quanto mais elas/es iam se transformando, quanto mais essa formação ia acontecendo, isso ia acontecendo comigo também. E as inquietações são compartilhadas. Então eu também me via naquela/e jovem, passando por determinadas situações e fases. Eu entrei uma no programa e saio outra hoje, completamente diferente. Foi uma transformação muito grande e, como profissional, foi superimportante, por ser gestora de políticas públicas e ter contato com uma política pública que tem um olhar sensível para as questões individuais. Todo mundo que teve contato com esse programa hoje vai olhar para as políticas públicas de forma diferente.

RICARDO SCARDOELLI – O programa serviu para a ampliação de nosso repertório e para a transformação de nossa visão de mundo. Entendo que o PJMC faz a diferença na vida das pessoas e influencia outras políticas públicas, e isso já nos transforma.

Por ter feito gestão de políticas públicas e por minha visão de mundo e posicionamento político, acredito que as transformações são coletivas, e o fazer das políticas e das disputas é fundamental para essas transfor-

O programa serviu para a ampliação de nosso repertório e para a transformação de nossa visão de mundo. Entendo que o PJMC faz a diferença na vida das pessoas e influencia outras políticas públicas, e isso já nos transforma.

mações. Estar no meio desse processo me transformou como indivíduo e me fez compreender quais devem ser as disputas políticas futuras: hoje não podemos nos dizer minimamente progressistas e fazermos qualquer discussão sobre a relação capital e trabalho

se não incluirmos discussões sobre gênero, LGBT, raça. O Programa Jovem Monitor/a é provocativo e nos coloca em contato com esses desafios. Não tenho dúvida: transformou cada uma/um das/os jovens e nos transformou como gestoras/es, logo como humanas/os. O programa contribuiu para inversões de prioridades como ser humano.

Por fim, gostaria de acrescentar que nós, participantes da entrevista (Isabela, Isabel e eu), tivemos um papel fundamental para a consolidação dessa política, mas não poderíamos deixar de destacar que o Alex Piero também foi essencial para sua criação, fortalecimento e consolidação como política pública.

PÓLIS – Muito bom. Acho que encerramos bem, de forma poética e cultural.

CARTAS DE JOVENS POETAS

A cada encontro: imprevisto: impossível.
A cada encontro: rotina: algo inusitado.
A cada elemento: surpresa.
A cada elemento já aparecido: ante
conhecido: aspectos desconhecidos.
A cada encontro: um novo desafio, mesmo
que supostamente já vivido.
A cada tempo: novo parto novo,
compromisso: fazendo história.
A cada conflito: rompimento do estabelecido
para a construção da mudança.
A cada emoção: faceta insuspeita.
A cada encontro: descobrimentos: cáve
ainda não desbravadas.

Grupo é grupo

O que chega, transforma e deixa rastros em processo

Gisely Alves. Jovem Monitora Cultural

Aquilo que toca bem fundo. Cutuca a ferida e a deixa exposta. Te põe em confronto. É a lágrima que escorre diante dos véus que foram caindo. E uma vez que acontece a descoberta de outros mundos, não tem mais volta.

É o corpo que estremece. Dá um nó na garganta, bagunça a cabeça, tira o seu chão (chão que ao longo da vida foi construído às custas de um sistema estupidamente perverso, que nem mesmo você poderia imaginar).

Vai com os pensamentos bem ao fundo, em lugares que não pensou que podia chegar. Tateia o escuro, tateia aquele vazio, que vai sendo habitado por um outro olhar. Vai sendo habitado por um olhar atento, político, um olhar onde cabe muitas falas...

O mundo te fala mais alto. As coisas ficam estridentes quando lhe chegam aos ouvidos. É a todo instante, ouvir o grito em silêncio daqueles que são invisibilizados. As vozes ecoam. Os comentários machistas, homofóbicos, misóginos, preconceituosos, embebidos nesse sistema cruel e excludente, te perfuram os tímpanos.

As experiências lhe chegam diferente. E agora não tem mais volta. E que bom que não tem. Nada será como antes...

Agora, o mundo mudou de cor, de cheiro e estou apenas descobrindo o que é isso tudo. Levei uma grande rasteira. Foi um grande impacto que me fez cair com tudo no chão, levar um chacoalhão de doer até os ossos, mas que logo em seguida, me levantou bem rápido, estendendo uma mão calorosa e maternal, que me fez olhar no horizonte e tentar alcançar quem via.



Quando se levanta desse processo e percebe o quanto foi transformadx, a vida passa a ser urgente, com todas as suas necessidades de mudança. As fronteiras foram alargadas e agora, tudo ganhou outras camadas.

É se deparar com as dores de sua ignorância. Muito a aprender nessa jornada. Mas que passado por um processo tão intenso de desconstrução (que está apenas começando), muitas coisas ganharam contornos, se estruturaram em alianças, em cuidado com a outra, com o outro. Foi um despertar para uma nova realidade. Que esteve ali o tempo inteiro. Eu apenas e somente não a via. Mas agora, quero ver! Vejo, escuto, sinto. Me toca os poros. Muda minha respiração. Me põe em confronto com familiares, com amigxs, com o mundo. Mas que também, me põe em aliança com aquelesxs fortes e corajososxs que já passaram por esse processo.

Processo esse, que dói, mas que ao mesmo tempo te fortalece numa luta coletiva.

Passei por um ciclo de muito aprendizado ao longo de quase um ano no Programa Jovem Monitor(a) Cultural. Sentindo-me extremamente privilegiada pela oportunidade de estar ali com aquelas pessoas. Entrei em contato com assuntos que dizem a respeito da construção de indivíduos humanizados. Questões que deveriam fazer parte da formação de cada cidadão, que deveriam ser disseminadas em grandes escalas, para que outras pessoas pudessem ouvir essas diversas e múltiplas vozes que agora escuto. E que me sinto no dever de passar adiante.

Estive em lugares, escutei sobre assuntos, me deparei com conflitos, experienciei coisas, que talvez se não estivesse no Programa, acho que não chegariam, ou demorariam para chegar.

Estive em diversos equipamentos culturais de São Paulo. Entrei em contato com grupos, coletivos, mulheres militantes. Escutei falas preciosíssimas de resistência. Ouvi sobre alimentação, compostagem, economia solidária... Fui instigada a pensar sobre políticas públicas, sobre gestão cultural, sobre acessibilidade, sobre tantos outros temas me transformaram e que agora que entrei em contato, poderei transformá-los também. Percebi que sou jovem.

Para além de uma vivência cultural e múltipla, me transpassou alicerces de humanidade. Bases que propiciam passos mais largos e firmes, que me fazem a cada caminhar mais segura e esclarecida de muitas questões. Esse foi apenas o início. O comecinho de um processo que estou descobrindo, mas que já provocou transformações consideráveis para seguir adiante.

Seguimos!!



ensaio para o fim

Moisés Mendoza. Jovem Monitor Cultural

esse ano descobri que sou jovem.

tive o privilégio de fazer parte de uma política pública voltada só para juventudes. e eu nem fazia ideia que esse recorte importava. descobri que importa sim. fui Jovem Monitor Cultural. descobri que tenho muitos privilégios. que mesmo sendo gay, sou homem cis. que é urgente falar sobre questões de gênero e saber nomear as coisas pra não invisibilizar ninguém. que o meu jeito de ser é construção. que o meu gosto é construção. que minha sexualidade é construção. que sou um ativista e que não estou sozinho. que existem narrativas fodas sendo silenciadas por um sistema racista, LGBTfóbico e misógino. que existem lugares de fala e que isso importa. que representatividade importa. que ocupar os lugares importa. que o corpo é político e que como eu me apresento ao mundo importa.

aprendi que os indígenas já entenderam coisas que eu ainda não entendi. que essa população existe, existe e não quer ser vista como parte de um passado que não mais os representa. que existem projetos de mundo mais inclusivos e mais humanos. que tem muita gente vivendo através da economia solidária e que isso é importante. que entender de fato o que oprime uma pessoa é não relativizar nunca a sua dor. que nunca se deve duvidar do relato de uma vítima, seja qual for a violência.

confirmei que a mídia tem um poder sinistro sobre mim. que a universidade não é mesmo pra todo mundo e que isso é um problema bem grande. que um coletivo jovem, seja qual for a vertente da sua atuação, pode e deve protagonizar suas próprias questões. que as juventudes tem pautas específicas. que ser jovem é ser plural. que é muito mais do que parece. que não é simples.

aprendi que sou forte porque não estou fazendo sozinho. que ouvir é mais importante que falar, mas que falar ainda assim é importante. que eu tenho sim um lugar de fala e que ele importa. que eu importo – foi louco aprender isso.

conheci as melhores pessoas, as mais fortes do mundo, as mais inspiradoras. tem gente no meio do caos propondo diálogo! tem gente querendo ouvir!

ainda é tempo. ainda dá tempo.

caminho hoje com a alma mais larga, cabendo mais mundo(s) e mais narrativas.

Não tem mais volta

Victória Mariana Toreti Vasconcelos. Jovem Monitora Cultural

“Não tem mais volta”

Eu ouvi e disse essa frase algumas vezes esse ano.

“Não tem mais volta”.

Depois desse ano digo com certeza, não sou mais a mesma, mas me tornei várias, e vários. Descobrir o outro, a outra história, o outro lugar, a outra luta que me fez descobrir muito de mim. Mas que também me confrontou de frente. Esse ano derramei muitas lágrimas, vi quando a gente toma conhecimento dos nossos privilégios uma coisa estilhaça bem forte.

Me colocaram em alguns lugares. Eu também me pus. Levei tapas na cara e alguns cutucões fundos. Mas digo que foi um ano que fui levada a várias sorrisos. Nunca conheci tanta gente corajosa, tanta gente que acredita naquilo que é e naquilo que faz. Saio desse ciclo, grata por ter encontrado pessoas incríveis. Acredito que as relações nos transformam.

A Victória de hoje, tem uma alma mais larga, hoje nela cabem pautas e lutas que não cabiam antes. A Victória de hoje discute racismo, gênero, sexualidade, desigualdade, acesso democrático, política pública, lugar de fala, feminismo, sustentabilidade de uma forma mais profunda, instrumentalizada e apropriada.

A Victória de hoje tem sonho de ser educadora. Mas daquelas que não deixa ninguém para trás. Acredita na inclusão, na autonomia, e acredita que devemos apoiar as diferenças e dar espaço a todas elas.



Da desconstrução que dói, mas não mata.

Jhennifer Peguim. Jovem Monitora Cultural

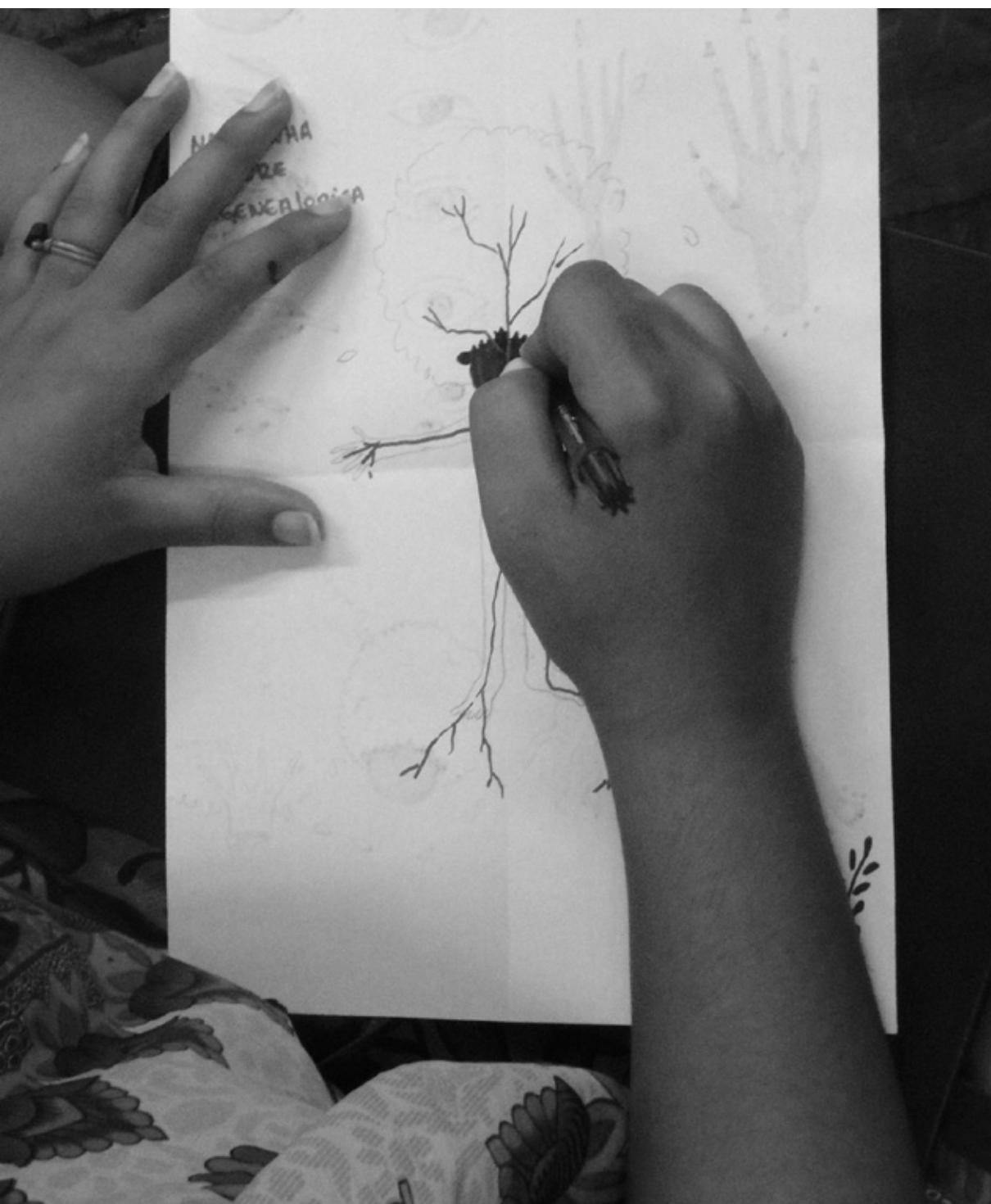
Como andar. Como andar com as próprias pernas. Como pensar. Como se ver e se colocar politicamente. Até parece que eu estava adormecida. Ou não. Talvez eu já tenha entendido muita coisa, mas não sabia dar nome. Raso. Hoje não. É profundo. Tão profundo que é muito difícil de enxergar o final. Não tem final. Parece cíclico. Sinto que tudo está maior e que eu sou responsável por isso. É pesado. A consciência pesa, não só na cabeça, mas nos ombros, nos olhos, nos lábios, nas mãos e nos pés.

Eu quero dizer que tenho uma identidade. Não só uma, mas várias. Sinto que eu estou em todos os lugares e em nenhum. É difícil fincar meus pés num chão misturado de areia, terra, cimento molhado e lama. Eu posso ser tudo isso e nada ao mesmo tempo. Dói. Talvez não seja importante me dar respostas, elas se modificam o tempo todo. Quero me fazer perguntas. Quero te fazer perguntas. Se fizer o mínimo de sentido falar sobre algo, eu falarei, pode ser sobre a minha dor ou sobre a do outro que também se tornou minha. Eu falarei. Eu lutarei. Integrarei forças e segurarei mãos.

Por que as coisas boas parecem tão utópicas? Eu quero isso, viver essa utopia e conseguir negar tudo o que me corrompe. Só faz sentido se despedaçar se for pra nascer de novo. Eu tirei todas as minhas pétalas, uma a uma, eu recebi ajuda pra fazer isso. Eu pedi. Consegui encontrar minhas raízes, percebi o quão profundas elas são. Eu reguei o meu chão e plantei coisas e pessoas no mesmo jardim em que eu estou. Eu morri um pouco. Morri várias vezes. E depois de muita luz percebi o que me fazia respirar, do que eu queria me alimentar e de como eu queria cuidar do outro.

Cuidado. Eu gosto muito dessa palavra. Eu devo ter cuidado com o outro e cuidado comigo. Cuidado para não machucar e cuidado pra acolher. Eu cuido por respeito e por amor. Cuido de mim. Cuido das minhas palavras e atitudes. Cuido daquelas lágrimas que já foram minhas. Cuido da minha sombra. Cuidado! Cuidado com as preciosidades que me foram dadas. Tenho o cuidado de receber e dar presentes. Cuidado com o que eu conquisto. Cuidado com a luta e com a força. Cuidado nunca é demais.

Hoje sou uma outra pessoa, cuido mais de mim. Aprendi a escolher. Aprendi a falar. Aprendi a ouvir. Aprendi a entender quem eu sou. Aprendi a me aproximar do outro. Eu discuti. Com muitos. Comigo. Entendi a minha melancolia e minha desilusão. Não quero desistir. Não deixarei que me engulam. Ainda preciso andar muito, eu estou só no começo de um processo bem longo. Mudanças. Muitas coisas me afetam agora. E eu gosto. Sigo andando devagar e percebendo quem eu sou hoje. Depois de conhecer um mundo inteiro é impossível voltar pra caixa.





GOLPE NUNCA MAIS!!

SEJA MARGINAL

Bem Vindo

PUNK



GOLPE NUNCA MAIS!!

SEJA MARGINAL

Bem Vindo

PUNK



Equipe do Programa Jovem Monitor/a Cultural

Hamilton Faria Coordenador Geral
Bruna Mantese Coordenadora de Gestão (2016)
Veridiana Negrini Coordenadora de Gestão (2017)
Martha Lemos Coordenadora Pedagógica
Wanda Martins Coordenadora Administrativo-Financeira
Altair Moreira Assessor de Formação Teórica
Valmir de Souza Assessor de Formação Cultural
Luiz Barata Assessor Cultural do Instituto Pólis
Leandro Noronha da Fonseca Assessor de Comunicação
Iraci Oliveira Assessora Pedagógica
Janaina Santana Assessora de Articulação
Ana Paula Santana Correia Agente de formação
Beatriz Soares Benedito Agente de Formação
Dayane Rodrigues Agente de Formação
Giselda Pereira de Lima Agente de Formação
Jandilson Vieira Agente de Formação
José Roberto da Silva Agente de Formação
Laura Juliana dos Santos Agente de Formação
Marcelo Freitas Agente de Formação
Wallace Augusto Nunes (Guto Nunes) Agente de Formação
Pollyanna Rocha Auxiliar de Formação
Andreia Alves Assistente Administrativa
Keide Fernandes Assistente Administrativa
Andreza Davidian Consultoria de Indicadores

Instituto Pólis

Fundado em 1987, o Instituto Pólis é uma Organização não Governamental de atuação nacional e internacional que atua na construção de cidades mais justas, democráticas e sustentáveis, por meio das seguintes áreas: Direito à Cidade e Reforma Urbana, Democracia e Participação, Inclusão e Sustentabilidade e Cidadania Cultural.

Para o fortalecimento da Cidadania Cultural, o Pólis trabalha com as culturas locais, as políticas de diversidade cultural e a interculturalidade; as práticas, metodologias e valores de convivência, não violência e cultura de paz; o trabalho em rede e a defesa da democratização da comunicação e das mídias livres. O Pólis propõe políticas públicas de culturas democráticas que valorizem o desenvolvimento humano e solidário, a troca de experiências interculturais municipais e a democratização da gestão; o fortalecimento de coletivos, grupos e redes e iniciativas culturais inovadoras da sociedade civil – além de debater os desafios contemporâneos relacionados com as questões de gênero e étnico-raciais (principalmente contra o genocídio da população negra e pobre).

No que tange o Programa Jovem Monitor/a cultural, o Instituto Pólis tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento da cidadania cultural na cidade de São Paulo, através da formação dessas/es jovens, promovendo reflexões a respeito do direito à cidade, da cultura de paz, da convivência em espaços públicos, da gestão cultural, da intervenção no território, da cultura alimentar, do desenvolvimento cultural local, economia solidária da cultura, entre outros saberes. Nesse Programa, atua juntamente com o Centro Cultural da Juventude (CCJ), a Ação Educativa e com a Gestão da SMC/SP.

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
Centro de Documentação e Informação

Pólis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Juventudes e formação: trajetórias, narrativas e poéticas – São Paulo : Instituto
Pólis, 2017. 144p.

ISBN 978-85-7561-087-9 (Publicação Impressa)

SBN 978-85-7561-088-6 (Publicação Digitalizada)

1. Protagonismo juvenil. 2. Repertório. 3. Autonomia. 4. Experiência. 5. Juventudes.
6. Experimentação. 7. Jovens monitores/as. 8. Identidades. 9. Coletivos. 10.
Negritude. 11. Reencantamento. 12. Cultura de paz. 13. Convivência intercul-
tural. 14. Cultura Alimentar. 15. Direito à cidade. 16. Diversidade. 17. Cultura. 18.
Gênero. 19. Étnico – racial. 20. Poéticas. 21. Saraus. 22. Território. 23. Quebradas.
24. LGBTI. 25. Redes. 26. Narrativas. 27. Dialogicidade. 28. Educação cultural. 29.
Empoderamento. 30. Criatividade. 31. Metodologias participativas. 32. Ativismo.
33. Intervenções artísticas. 34. Manifestações culturais. 35. Cidadania cultural. I.
Título. II. Projeto Jovem Monitor Cultural. III. Instituto Pólis.

CDD 301.43

CDU 316.7



O trabalho Juventudes e formação: trajetórias, narrativas e poéticas está li-
cenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-
SemDerivações 4.0 Internacional

Primeira edição Fevereiro de 2017

Tiragem 1.000 exemplares

Impressão Max Editora

Papel do miolo off set 90g/m²

Papel da capa cartão supremo alta alvura 250g/m²

ÉTnico-RACIAL
AUTONOMIA
INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS
IDENTIDADES
DESCONSTRUÇÃO
LUGAR DE FALA
REENCANTAMENTO
CULTURA DE PAZ
INTEN-CIDADE
REDES
CULTURAL MENTAR
EXPERIÊNCIA
MANIFESTAÇÕES CULTURAIS PARTICIPATIVAS
QUEBRADAS
ANCESTRALIDADE
COLETIVOS
EMPODERAMENTO

Realização

